



UFRRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR / INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares

VIVIAN SOUZA DOS SANTOS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Orientador:
Prof. Dr. José dos Santos Souza

Nova Iguaçu/ RJ
Dezembro de 2013

VIVIAN SOUZA DOS SANTOS

**CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE ESTÁGIO CURRICULAR NA
ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JUSCELINO KUBITSCHEK:
ato educativo ou trabalho precário?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Desigualdades Sociais e Políticas Educacionais

Orientador:
Prof. Dr. José dos Santos Souza

Nova Iguaçu/ RJ
Dezembro de 2013

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)

S237c

SANTOS, Vivian Souza dos

Concepções e práticas de estágio curricular na Escola Técnica Estadual Juscelino Kubitschek: ato educativo ou trabalho precário? / Vivian Souza dos Santos. Nova Iguaçu (RJ): 2014.

128 f.

Orientador: Dr. José dos Santos Souza

Dissertação [Mestrado em Educação] - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Bibliografia: f. 121-128.

1. Educação Profissional. 2. Ensino técnico - Brasil. 3. Estágio supervisionado. 4. Prática de ensino. 5. Escola Técnica Estadual Juscelino Kubitschek. I. Souza, José dos Santos, 1966-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. III. Título.

CDU 377



UFRRJ UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares (PPGEduc)

VIVIAN SOUZA DOS SANTOS

**CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE ESTÁGIO CURRICULAR NA
ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JUSCELINO KUBITSCHKE:
ato educativo ou trabalho precário?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Desigualdades Sociais e Políticas Educacionais

Dissertação aprovada em 08/01/2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José dos Santos Souza (Orientador)

UFRRJ

Prof.ª. Dr.ª. Célia Regina Otranto

UFRRJ

Prof.ª. Dr.ª. Jussara Marques de Macedo

UFRRJ

*À minha avó Jurema, que ensinou a força
do trabalho, da honestidade e da dedicação
a todas as mulheres da minha família.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me dado saúde e capacidade para realizar este trabalho.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. José dos Santos Souza, por toda paciência, dedicação e principalmente por acreditar na minha capacidade. Sem ele, a realização deste trabalho seria impossível.

Agradeço ao meu esposo e ao meu filho, Jorge Alan e Pedro Jorge, companheiros em todos os momentos, por me incentivar e entender a importância da minha dedicação a este trabalho.

Agradeço aos meus pais, pelo apoio, confiança e toda preocupação com meu bem estar, para que tivesse estrutura ambiental e pessoal que permitisse dedicar-me a este trabalho.

Agradeço a minha tia Sandra, por ser exemplo de mulher trabalhadora e determinada, o que me inspira sempre a lutar para alcançar todos os meus objetivos.

Agradeço aos meus amigos pelo apoio prestado em todos os momentos de dificuldade enfrentados por uma mestranda trabalhadora e, em certo período, gestante.

Agradeço ao GTPS, principalmente ao Ricardo, Bruno e Fernanda, pela oportunidade de vivenciar discussões que colaboraram de forma fundamental para elaboração deste trabalho.

Agradeço aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, pela formação a mim proporcionada.

Agradeço a Coordenadora do PPGEduc, Prof. Dr^a Célia Otranto e as funcionárias técnico-administrativas da Secretaria, pelos serviços prestados.

Agradeço ao povo brasileiro que, por meio de impostos, proporcionaram a oportunidade de elaboração deste trabalho, bem como de conclusão do curso, apesar de nem todos poderem usufruir desta mesma oportunidade.

SANTOS, Vivian Souza dos. **Concepções e práticas de estágio curricular na Escola Técnica Estadual Juscelino Kubitschek: ato educativo ou trabalho precário?** Nova Iguaçu (RJ): 2013. 128 f. Dissertação [Mestrado em Educação] – Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

RESUMO: Diante da crise do capital que se abateu sobre as economias mundiais, a população jovem foi a mais atingida e isto deflagra significativa ampliação das políticas públicas de inclusão de jovens de baixa renda no Brasil, tanto para conformar um grande contingente de jovens excluídos como para formar um exército de reserva de trabalhadores de novo tipo, mais adaptados à polivalência e à flexibilidade do trabalho e da produção exigidas pelo atual regime de acumulação capitalista. Em busca de ampliar suas condições de inserção no mercado de trabalho, uma opção frequentemente usada pelos jovens são as escolas técnicas federais e estaduais, como por exemplo, as escolas técnicas da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC). Na maioria dos cursos técnicos de nível médio oferecidos por essas instituições de ensino, o estágio supervisionado constitui-se como componente curricular obrigatório e, como tal, sua conclusão é condição indispensável à certificação dos estudantes. A legislação aponta que o estágio curricular é um ato educativo, uma complementação do ensino e da aprendizagem, onde o estagiário pode relacionar teoria e prática, cabendo à escola garantir que ele seja de fato instrumento de aperfeiçoamento técnico-cultural e científico. Entretanto, a escola não tem garantido condições objetivas para que o estágio cumpra esse papel, pois nem sempre oferece ao estudante oportunidade de vivenciar a síntese entre teoria e prática, tampouco tem contribuído para o aperfeiçoamento e/ou complementação de sua formação profissional. Neste caso, o estágio perde sua função formativa e possibilita que as empresas burlem o contrato de trabalho, disfarçando contratação de força de trabalho jovem, minimamente qualificada, em caráter temporário, na forma estágio supervisionado. Em lugar de estágio, esta condição materializa uma das formas mais perversas de precarização do trabalho. A partir desse pressuposto, esta dissertação analisa a experiência de gestão da atividade de estágio supervisionado da Escola Técnica Estadual Juscelino Kubitschek, da Rede de Estadual de Ensino Técnico e Tecnológico do Rio de Janeiro, geridas pela FAETEC. O objetivo da investigação é verificar se a organização do trabalho pedagógico dessa instituição de ensino propicia que o estágio curricular cumpra seu papel como ato educativo e instrumento de aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, constituindo-se como complementação do ensino e da aprendizagem do estudante em sua formação profissional. Trata-se de uma pesquisa básica, de análise qualitativa, de caráter descritivo, que combina técnicas de um levantamento e de análise documental. Para coleta de dados, utilizamos de entrevistas, questionários, observação e análise de fontes primárias. Ao desenvolver este projeto de pesquisa, verificamos que o estágio curricular na unidade escolar investigada nem sempre tem cumprido seu papel como ato educativo, se tornando um mecanismo de precarização do trabalho. Percebe-se que, no lugar da complementação da formação profissional do estudante, as empresas estão mais preocupadas em adquirir mão de obra barata, minimamente qualificada, em caráter temporário e sem custos trabalhistas.

Palavras-Chave: Estágio Supervisionado; Educação Profissional; Ensino Técnico; Ensino Médio; Política Educacional.

SANTOS, Vivian Souza dos. **Conceptions and practices of curriculum traineeship in the Escola Técnica Estadual Juscelino Kubitschek: educational act or precarious work?** Nova Iguaçu (RJ): 2013. 128 f. Dissertation [Master Degree in Education] - Program for Postgraduate in Education, Contemporary Contexts and Popular Demand, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

ABSTRACT: Faced with the crisis of capital that has befallen the world's economies, young people were the most affected and this triggers significant expansion of public policies to include low-income youth in Brazil, both for forming a large contingent of young people excluded as to form an army of reserve workers a newer type, more adapted to the versatility and flexibility of labor and production required by the current regime of capitalist accumulation. Seeking to expand its conditions of participation in the labor market, an option often used by young people are the federal and state technical schools, such as technical schools of Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC). In most mid-level technical courses offered by these institutions of education, supervised traineeship constitutes a mandatory curriculum component and as such, their completion is essential to the certification of student status. The legislation indicate the traineeship is an educational act, a supplementary teaching and learning, where the traineeship can relate theory and practice, while the school ensure that it is in fact an instrument of cultural and scientific-technical improvement. However, the school does not guarantee that the objective conditions for traineeship fulfill this role, it is not always offers the student the opportunity to experience the synthesis of theory and practice, neither has contributed to the improvement and / or completion of their training. In this case, the traineeship loses its formative function and allows companies can circumvent the employment contract, disguising hiring young labor force, minimally qualified, temporarily, in form supervised traineeship. Instead of traineeship, this condition embodies one of the most perverse forms of precarious work. From this assumption, this dissertation analyzes the experience of managing its supervised traineeship of the State Technical School Juscelino Kubitschek, Network State Technical and Technological Education of Rio de Janeiro, managed by FAETEC. The goal of the investigation is to verify that the organization of the pedagogical work of this educational institution provides the curricular traineeship to fulfill its role as an educational act and instrument technic-cultural and scientific improvement, establishing itself as complementation of teaching and student learning in their professional training. This is a basic research, qualitative analysis, descriptive, combining techniques from a survey and document analysis. For data collection, we use them for interviews, questionnaires, observation and analysis of primary sources. In developing this research project, we found that the traineeship in school unit investigated has not always fulfilled its role as an educational act, becoming a mechanism of precarious work. It is noticed that, instead of complementing the professional training of students, companies are more concerned with acquiring cheap labor, minimally qualified, temporarily and without labor costs.

Keywords: Curriculum Traineeship, Professional Education, Technical Education, Secondary Education, Educational Policy.

LISTA DE SIGLAS

ANPEd	⇒ Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BDTD	⇒ Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BIRD	⇒ Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
CAPES	⇒ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior
CEI	⇒ Centro de Educação Integrada
CIEE	⇒ Centro de Integração Empresa-Escola
CIEJK	⇒ Centro Interescolar Juscelino Kubitschek
CLT	⇒ Consolidação de Leis de Trabalho
DCN	⇒ Diretrizes Curriculares Nacionais
DIVEST	⇒ Divisão de Estágios
ECA	⇒ Estatuto da Criança e do Adolescente
ETEJK	⇒ Escola Técnica Estadual Juscelino Kubitschek
EUA	⇒ Estados Unidos da América

FAETEC	⇒ Fundação de Apoio à Escola Técnica
FAT	⇒ Fundo de Amparo ao Trabalhador
FEBEM	⇒ Fundação Estadual de Bem Estar do Menor
FEEM	⇒ Fundação Estadual de Educação do Menor
FHC	⇒ Fernando Henrique Cardoso
FIA	⇒ Fundação para a Infância e a Adolescência
FLUBEM	⇒ Fundação Fluminense de Bem Estar do Menor
FMI	⇒ Fundo Monetário Internacional
FUNABEM	⇒ Fundação Nacional de Bem Estar do Menor
GTPS	⇒ Grupo de Pesquisas Sobre Trabalho, Política e Sociedade
IBGE	⇒ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
II PND	⇒ Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento
IPEA	⇒ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	⇒ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	⇒ Ministério de Educação
MERCOSUL	⇒ Mercado do Cone Sul

MTE	⇒Ministério do Trabalho e Emprego
PCN	⇒Parâmetros Curriculares Nacionais
PEA	⇒População Economicamente Ativa
PEQ	⇒Programa Estadual de Qualificação
PLANFOR	⇒Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNAD	⇒Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNBEM	⇒Política Nacional de Bem Estar do Menor
PND	⇒Plano Nacional de Desenvolvimento
PNQ	⇒Plano Nacional de Qualificação
PPP	⇒Projeto Político Pedagógico
RH	⇒Recursos Humanos
SAM	⇒Serviço de Assistência ao Menor
SASC	⇒Secretaria de Estado de Ação Social e Cidadania
SEASDH	⇒Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos
SECRIA	⇒Secretaria de Estado da Criança e Adolescente
SECT	⇒Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia

SEE	⇒Secretaria Estadual de Educação
SENAI	⇒Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	⇒Serviço Social da Indústria
SIDES	⇒Sistema de Descentralização de Recursos
UNESCO	⇒Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01:	Classificação dos estagiários por faixa etária	p. 96
Gráfico 02:	Classificação dos estagiários por sexo	p. 97
Gráfico 03:	Classificação dos estagiários por Estado Civil	p. 98
Gráfico 04:	Classificação dos estagiários por número de filhos	p. 98
Gráfico 05:	Classificação dos estagiários por Naturalidade	p. 99
Gráfico 06:	Classificação dos estagiários por Endereço	p. 100
Gráfico 07:	Classificação dos estagiários conforme a situação trabalhista	p. 100
Gráfico 08:	Classificação dos estagiários conforme a renda familiar	p. 101
Gráfico 09:	Tipos de empresas onde se encontram os estagiários	p. 102
Gráfico 10:	Expectativa dos alunos em relação à contratação	p. 103
Gráfico 11:	Expectativas em relação ao estágio	p. 103
Gráfico 12:	Expectativa em relação à ampliação de oportunidades no mercado de trabalho	p. 104

Gráfico 13:	Avaliação da experiência de Estágio Curricular	p. 106
Gráfico 14:	Quanto à entrega mensal de relatórios sobre as atividades desenvolvidas no estágio	p. 107
Gráfico 15:	A importância do professor orientador visitar a empresa onde se encontra o estagiário	p. 108
Gráfico 16:	O valor da bolsa-auxílio recebida pelos estagiários	p. 109
Gráfico 17:	Utilização da bolsa-auxílio pelos estagiários com educação	p. 110
Gráfico 18:	Utilização da bolsa-auxílio pelos estagiários para complementar a renda familiar	p. 111
Gráfico 19:	Utilização da bolsa-auxílio pelos estagiários com gastos pessoais e lazer	p. 111
Gráfico 20:	O Estágio Curricular tem permitido relacionar teoria e prática?	p. 112
Gráfico 21:	O estágio colaborou para o aumento do conhecimento da futura profissão?	p. 113
Gráfico 22:	A empresa lhe atribui atividades que vão além do que lhe caberia como estagiário?	p. 114
Gráfico 23:	A empresa lhe atribui atividades que não estão de acordo com seu curso técnico?	p. 114

LISTA DE TABELAS

Tabela 01:

Nº de alunos da ETEJK matriculados por curso e por modalidade de ensino - 2013

p. 67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA FAETEC.....	19
1.1. Partindo da Realidade	22
1.2. Formulação do Problema	26
1.3. Justificativa da Pesquisa	28
1.4. O percurso Teórico Metodológico.....	30
1.5. Referências Teóricas.....	33
2. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, REFORMA DO ESTADO E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO.....	35
2.1. Crise do Emprego.....	47
2.2. Trabalho Precário	51
2.3. As Políticas de Inclusão/Exclusão do Jovem.....	57
3. A ATIVIDADE DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DE TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NA ETEJK.....	61
3.1. A FAETEC e a Organização do Ensino Técnico de Nível Médio no Estado do Rio de Janeiro	61
3.2. A ETEJK e a Formação do Técnico de Nível Médio.....	64
3.3. A Legislação de Estágio	77
3.4. O Estágio na ETEJK.....	80
3.5. O Professor Orientador e o Acompanhamento do Estagiário.....	92
3.6. Os Estagiários	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
BIBLIOGRAFIA	121
Referências Bibliográficas.....	121
Referências Digitais	127
Outras Obras Consultadas.....	128

INTRODUÇÃO

Esta dissertação foi desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS), como parte integrante do Projeto de Pesquisa intitulado “*Mediação entre a escola e o mundo do trabalho na formação do técnico de nível médio: experiência de estágio curricular na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*”, coordenado pelo Prof. Dr. José dos Santos Souza, do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares desta Universidade. Na realidade, esta dissertação é fruto da minha participação neste projeto de pesquisa.

As questões que buscamos elucidar neste trabalho são: será que na prática, o estágio tem se materializado como um ato educativo que tem contribuído na formação do aluno? O aluno consegue estabelecer relações entre teoria e prática no estágio, entendendo que o estágio é um instrumento de aperfeiçoamento técnico-cultural e científico? Os benefícios financeiros propostos pelas empresas atraem os alunos, dificultando que os mesmos percebam que a flexibilização das relações de trabalho leva a novas formas de precarização? Por que a escola técnica permanece quase que ausente na supervisão deste ato educativo de sua responsabilidade? Já que o estágio é um componente curricular indispensável à obtenção do diploma do curso técnico, ele não deveria receber mais atenção por parte da escola?

Para esclarecer estas questões, procuramos verificar se o estágio curricular na unidade escolar investigada tem cumprido seu papel como ato educativo e instrumento de aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, propiciando uma complementação do ensino e da aprendizagem.

Para isso, tomamos como referência empírica de nossa análise, a Escola Técnica Estadual Juscelino Kubitschek (ETEJK), pertencente à Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC).

Para o desenvolvimento da análise, inicialmente, foi realizada uma revisão da literatura com vistas à construção de um quadro teórico que nos permitisse relacionar os seguintes pontos de referência para a análise: “crise do capitalismo”, “novas demandas de qualificação profissional”, “reforma da Educação Profissional no Brasil” e “políticas públicas para a juventude”.

Para desenvolvermos esta pesquisa, descrevemos: a estrutura e o funcionamento da educação profissional promovida pela FAETEC; quem são os estagiários e como avaliam o estágio, bem como professores e gestores da unidade escolar investigada; e os pressupostos político-ideológicos que norteiam o trabalho educativo da mesma. Apresentamos a definição do conceito de estágio, bem como o de trabalho precário, para que apoiados na bibliografia possamos definir se o estágio se configura numa forma de trabalho precário, utilizado pelo empresariado para burlar um contrato de trabalho com todas as garantias trabalhistas. Com base, nos processos administrativos e pedagógicos que norteiam o estágio curricular na unidade escolar investigada.

Para coleta de dados, nos utilizamos principalmente de fontes bibliográficas primárias (documentos da FAETEC e da ETEJK), de conteúdos disponibilizados no site oficial da FAETEC, de entrevistas com os professores e gestores e aplicação de questionários aos alunos da ETEJK.

Para a apresentação dos resultados da pesquisa empreendida em forma de dissertação, organizamos o texto em três capítulos. No capítulo I, apresentamos o problema da pesquisa, partindo da realidade, começando a descrever a cerca do atual debate sobre o tema, delimitando do objeto de estudo. Apresentamos, também, a justificativa da pesquisa e o percurso teórico metodológico utilizado para a realização desta pesquisa.

No capítulo II, apresentamos o sistema de metabolismo social do capital e suas crises estruturais, onde a partir daí, ocorrem processos de reestruturação produtiva que vão exigir mudanças na qualificação social e profissional do trabalhador. Apresentamos ainda a reforma da Educação Básica e Profissional realizada pelo Estado para atender as novas exigências do mercado de trabalho, após

o surgimento dessas novas demandas de qualificação profissional. Bem como, uma descrição das políticas de inclusão/exclusão do jovem neste contexto.

No capítulo III, apresentamos a FAETEC e o ETEJK, bem como, os pressupostos político-pedagógicos que norteiam o trabalho educativo da instituição e o que dizem as leis brasileiras sobre o Ensino Médio e o estágio. Explicitamos os resultados da pesquisa de campo, descrevendo a rotina da escola e do estágio, o papel das partes envolvidas e quem são os estagiários da ETEJK.

1. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA FAETEC

A FAETEC foi criada pelo governo do estado do Rio de Janeiro em 1º de junho de 1997, a partir da reforma na legislação da educação profissional, regulamentada pelo decreto 2.208/97 e pela Portaria 646/97 que estabeleceu uma separação entre o ensino médio e o profissional. Ela foi criada para oferecer educação profissional gratuita em diversos níveis de ensino à população do Estado do Rio de Janeiro. Todas as escolas técnicas antes pertencentes à Secretaria Estadual de Educação (SEE) passaram a pertencer à FAETEC que pertence à Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia (SECT).

A FAETEC reúne Escolas Técnicas Estaduais; Unidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Industrial e Comercial; Institutos Superiores de Educação e Tecnologia; e os Centros de Educação Tecnológica e Profissionalizante. A FAETEC apresenta como ideologia, a educação técnica como um pilar relevante na formação do indivíduo, por isso oferece 40 cursos técnicos em nível médio integrantes de distintas áreas, como por exemplo: Enfermagem e Patologia Clínica; Administração e Contabilidade; Comunicação, Propaganda, Marketing e Design Gráfico. Em nível superior, também são oferecidos muitos cursos, entre eles, os de Tecnologia em Sistemas de Informação, de Gestão Ambiental, de Produção de Polímeros, de Gestão em Construção Naval e Offshore. Além dos cursos de idiomas (inglês, francês e espanhol), informática, telemarketing, vendas e recepção, com duração média de quatro meses. São três formas de ingresso nos cursos da rede de ensino da FAETEC: sorteio, para a Educação Infantil e Ensino Fundamental; Concurso, para Ensino Médio e Ensino Técnico (Concomitante e Subsequente), Pós-técnico e Superior; e inscrições regulares para os cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores (FAETEC, 2010 - *texto em HTML*).

A estrutura operacional da FAETEC é composta por: Presidência, Chefe de Gabinete, Vice-Presidência Administrativa, Vice-Presidência Educacional, Assessoria de Comunicação, Assessoria Especial, Assessoria Jurídica, Diretoria Administrativa, Diretoria de Apoio Operacional, Diretoria de Ensino Superior, Diretoria de Integração Social e Tecnologia, Diretoria Financeira e Diretoria Pedagógica (FAETEC, 2010 - *texto em HTML*).

Ao todo são dezesseis escolas técnicas onde são oferecidos os cursos profissionalizantes de nível técnico, todas obedecendo ao mesmo regimento escolar. O estágio curricular é um dos componentes para a formação do aluno num curso técnico, sobre esta questão o regimento escolar da FAETEC afirma:

Art. 126. A Educação Profissional Técnica de Nível Médio, presencial ou à distância, poderá ter o Estágio Profissional Supervisionado como exigência para a conclusão do curso e obtenção do diploma, conforme critérios estabelecidos nos Planos de Curso aprovados pelo Conselho Estadual de Educação, em consonância com a legislação em vigor (FAETEC, 2008, p. 40).

O interesse pelo tema estágio curricular surgiu a partir da minha experiência como funcionária administrativa do setor de estágio da ETEJK, uma unidade escolar da FAETEC, situada no bairro Jardim América, no município do Rio de Janeiro. Devido à convivência diária com estudantes estagiando ou em busca de estágios, com professores orientadores dos estagiários, com as empresas e com a divisão de estágios (DIVEST) da FAETEC pude perceber muitas tensões envolvidas no processo de estágio, que despertou em mim o interesse em pesquisar este componente curricular.

A Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008) que dispõe sobre estágio, afirma:

Art. 20. O art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria.

Por isso, a FAETEC estabelece suas normas para realização do estágio, segundo a Lei Estadual nº 3.277 de outubro de 1999 (RIO DE JANEIRO, 1999), que dispõe sobre os estágios de estudantes dos ensinos médio profissionalizante e superior no estado do Rio de Janeiro:

Art. 2º - O estágio a que se refere esta lei terá por fim:

- I. propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem, a serem planejados, executados, acompanhados e avaliados, em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares;
- II. constituir-se em instrumento de aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, de relacionamento humano e de integração.

Podemos afirmar então, que o estágio é um ato educativo. A Resolução CNE/CEB Nº 1, de 21 de janeiro de 2004, que estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio corrobora com esta afirmativa, determinando em seu Art. 3º, o seguinte:

§ 1º Serão de responsabilidade das Instituições de Ensino a orientação e o preparo de seus alunos para que os mesmos apresentem condições mínimas de competência pessoal, social e profissional, que lhes permitam a obtenção de resultados positivos desse ato educativo (BRASIL, 2004).

Entretanto, temos observado que a escola tem dificuldades em garantir que o estágio seja um ato educativo. Segundo Pontes (2008, p. 14-15), a pedagogia fabril se materializa na prática do estágio, enquanto a instituição escolar se omite em atuar mais efetivamente no estágio. O foco das empresas está na produção, sendo o estagiário exigido em termos de produtividade como qualquer funcionário da empresa, distanciando o estágio de sua natureza educativa. Mais do que formação no trabalho, os estagiários têm sido educados e (con)formados para desenvolver um comportamento compatível com o processo industrial implementado.

1.1. PARTINDO DA REALIDADE

Na ETEJK, onde trabalhei por cinco anos (2005 a 2010), o setor de estágio é responsável por ofertar estágio a todos os alunos de todos os cursos. A DIVEST envia regularmente ofertas de empresas públicas e privadas e o setor de estágio da unidade escolar divulga num mural. Caso o aluno queria se candidatar a alguma vaga oferecida, ele retira uma carta de apresentação no setor de estágio e dirige-se à empresa. Se a empresa contratá-lo, o aluno precisa levar o termo de compromisso para a escola assinar, tomando ciência assim, que o aluno agora estagiário deverá ser acompanhado pelo professor orientador responsável por supervisionar o estágio.

O termo de compromisso é exigido por lei:

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso (BRASIL, 2008).

Cabe ao setor de estágios da escola, conferir todos os dados do termo de compromisso, inclusive se as atividades descritas no contrato estão em consonância com o curso técnico. Embora, nem sempre a empresa respeite esta parte importante do termo de compromisso, em nome da flexibilidade. Paulo Nathanael, presidente do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), é um representante dos interesses dos empresários e defende que com o avanço tecnológico, ocorre o aparecimento e o desaparecimento de diversos postos de trabalho, por isso a reciclagem e flexibilidade dos profissionais devem ser contínuas, é necessário saber um pouco de tudo e tudo de um pouco, a tendência é diminuir os limites entre as profissões, de modo que o

profissional de determinada área profissional poderá exercer outros labores (NATHANAEL, 2006, p. 126).

O CIEE é uma instituição filantrópica, mantida pelo empresariado nacional, de assistência social e sem finalidades lucrativas. Segundo o CIEE, “[...] seu maior objetivo nestes 48 anos de existência é encontrar, para os estudantes de nível médio, técnico e superior oportunidades de estágio ou aprendizado, que os auxiliem a colocar em prática tudo o que aprenderam na teoria” (CIEE, 2012 - *texto em HTML*).

A Lei define sobre os agentes de integração que:

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

I – identificar oportunidades de estágio;

II – ajustar suas condições de realização;

III – fazer o acompanhamento administrativo;

IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;

V – cadastrar os estudantes.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular (BRASIL, 2008).

Podemos observar que os interesses dos empresários vai de encontro ao que está estabelecido na Lei, uma vez que os empresários defendem uma diminuição dos limites entre as profissões em nome da flexibilização e enquanto que cabe ao agente de integração garantir que o estagiário relacione teoria e prática no

cumprimento de suas atividades, e não realize atividades desconexas ao seu currículo em nome da flexibilização e produtividade da empresa.

Nathanael (2006, p. 129-130) considera que o estágio tem dois aspectos, o laboral e o social. Ele considera que o estágio, seja no ensino técnico, médio ou superior, serve para o estudante confirmar sua verdadeira vocação e situá-lo tanto dos procedimentos ligados a produção quanto comportamentais, é uma prática experimentalista indispensável, pois só sabe quem faz. Além disso, para ele, o estágio gera renda por meio da bolsa-auxílio, e embora não tenha caráter assistencialista, proporciona a inclusão dos estudantes pobres na corrida por sucesso e realizações pessoais. Ele ainda completa:

Num país como o Brasil, em que há 20% de desemprego na População Economicamente Ativa (PEA) e um terço de jovens de 15 a 24 anos não tem emprego nem escola, não há como condenar instrumentos de inclusão social, como estágios, apenas para atender filigramas ideológicos ou leis trabalhistas, que cada vez mais se mostram incapazes de pôr um fim à exclusão social, via de desemprego de milhões de brasileiros. [...] Pesquisadores do IPEA, afirmam em pesquisa sobre a “Oferta de Trabalho dos Jovens” que “[...] quanto ao segmento de jovens que frequentam escola do Ensino Médio e Superior, ganharia mais (o governo) com um programa de estágios, do que com um programa de 1º emprego.” [...] Pesquisas desenvolvidas pela empresa Interscience mostram que 64% dos estagiários de Ensino Médio e Superior acabam como funcionários de carteira assinada nas empresas em que estagiaram. Essa é a realidade que convém ao País, e que deve ser prestigiada e não perseguida (como tem ocorrido) por certos auditores fiscais do trabalho e membros do Ministério Público do Trabalho, que tudo fazem para desqualificar os estágios deste aspecto social, a título de que o jovem pode estar sendo explorado por empresários ou organizações e empresas públicas concedentes de postos de estágios. Parece piada, mas é o que vem acontecendo! (NATHANAEL, 2006, p. 131-132).

O objetivo do estágio não é resolver o problema do desemprego, ele é apenas um componente curricular onde o aluno pode relacionar teoria e prática, complementando o ensino e a aprendizagem. Enquanto Nathanael (2006, 131-132) defende que o estágio é um mecanismo de inclusão social, os gerentes de Recursos Humanos (RH) vêm relatando que optam pela contratação de estagiários, pois assim podem moldá-los, formá-los segundo a cultura da empresa, o que é mais difícil de

fazer com os funcionários (PONTES, 2008, p. 4). Além disso, na FAETEC, 80 % das empresas que oferecem oportunidade de estágio para os alunos, são públicas, com a maioria dos funcionários concursados e apenas alguns serviços terceirizados. Colocando em cheque, a afirmação desta pesquisa citada por Nathanael (2006, p. 131-132).

Segundo Mészáros (2006, p. 29), as estatísticas mostram que 1% da população rica tem rendimentos equivalentes a 40% da população pobre nos Estados Unidos que é um país desenvolvido, podemos imaginar esses números aqui no Brasil. Não há como camuflar a deterioração das condições de trabalho, nem o discurso da “flexibilidade” como solução para os problemas causados (dentre eles o desemprego) pela acumulação e expansão do capital.

Essa crise estrutural do capital cujo desemprego é uma das consequências, não é nova, em 1971, Mészáros já apontava a contradição fundamental do modo de produção capitalista e que o crescimento, a racionalização e a modernização levariam a um colapso que atingiria não só as pessoas menos privilegiadas, mas a totalidade da força de trabalho da sociedade, sendo trabalhadores qualificados ou não (MÉSZÁROS, 2006, p. 30).

É uma contradição irônica, para auto expandir, aumentando os lucros e a acumulação, é preciso diminuir custos, ou seja, há uma necessidade de produzir desemprego. Com a globalização, essa dinâmica destrutiva do controle social metabólico, para atingir seus impulsos rumo à auto expansão, tem produzido uma exclusão esmagadora dos seres humanos do processo de trabalho (MÉSZÁROS, 2006, p. 32).

Como a crise é estrutural, “[...] a globalização do desemprego e da precarização, até o momento, não pode ser remediada sem a substituição radical do sistema capitalista” (MÉSZÁROS, 2006, p. 32).

1.2. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Na tentativa de garantir que o real papel do estágio se cumpra, na ETEJK, o professor orientador realiza a supervisão do estágio por meio de reuniões mensais. Ele também deveria fazer visitas às empresas, porém isso não ocorre. Talvez seja porque só existe um professor orientador para cada curso técnico e este ainda acumula a função de lecionar em outras disciplinas.

O objetivo da reunião é captar possíveis problemas ocorridos no estágio que possam descaracterizar seu perfil pedagógico, entretanto acreditamos que uma única reunião mensal com em média 30 alunos não seja suficiente para garantir este objetivo. A reunião mensal com os estagiários ocorre no auditório e possui a seguinte dinâmica: o professor distribui um texto para ser discutido sobre atualidades do mercado de trabalho, comportamento no ambiente de trabalho, entre outros temas; depois pergunta se algum estagiário quer falar algo sobre seu estágio e se estão enfrentando algum problema na empresa; passa uma lista de presença; distribui declarações de presença para os estagiários que precisaram faltar o estágio para comparecer a reunião, pois esta é obrigatória; e encerra a reunião.

Numa pesquisa informal realizada por mim em 2010, com 50% dos estagiários do curso técnico em Administração na ETEJK, 57% deles classificaram a reunião de orientação como ineficiente no sentido de esclarecer dúvidas quanto aos estágios e às situações-problemas enfrentadas nas empresas. Além disso, estes estagiários acreditam que as reuniões seriam mais eficientes se fossem substituídas por atendimentos individuais.

Na verdade, os estagiários têm que enfrentar sozinhos os problemas que surgem no estágio, sem apoio da instituição escolar que nem ao menos toma conhecimento do que ocorre neste “ato educativo” que é de sua responsabilidade. Pois, o acompanhamento “real” dos estagiários é realizado pelos supervisores da empresa. Podemos dizer que algumas empresas até se preocupam em desenvolver este trabalho, mas este ainda se dá de forma pouco consistente. Em geral, o foco na produção compromete esse acompanhamento. Os estagiários se sentem sem assistência por parte dos supervisores, que delega a outro(s) a função de

supervisionar o estagiário. Muitas vezes o estagiário acaba sendo supervisionado por um funcionário com o mesmo nível de formação, que com medo de uma possível substituição, tendem a hostilizar e menosprezar os estagiários (PONTES, 2008, p. 7-12).

Entendemos que a aprendizagem só se concretiza quando o aluno passa a questionar os processos, a ação do estagiário não pode ser mecânica, realizando procedimentos sem compreendê-los. Mas, o que tem ocorrido nas empresas é um treinamento voltado mais para área comportamental e procedimental, do que de natureza técnica. Principalmente, devido ao ritmo de produção, pois quando a empresa está no “pico da produção” os estagiários fazem tudo mecanicamente, não há tempo para as informações técnicas pertinentes (PONTES, 2008, p. 5-6).

Existe ainda na escola, um formulário de acompanhamento bimestral, onde o estagiário deveria fazer um relatório de suas funções e as diversas situações que possam ter ocorrido, mas o professor orientador da ETEJK não cobra dos estagiários o preenchimento e a entrega deste formulário, ficando o mesmo inutilizado. A única avaliação que o aluno tem fica por conta da empresa, que no geral, dá ênfase as habilidades/características de ordem conceitual, procedimental e atitudinal diversos. Não se leva em conta, se o aluno conseguiu relacionar teoria e prática, complementando seu ensino e aprendizagem. Competências relevantes para a empresa na hora da avaliação são: responsabilidade, motivação, iniciativa, disciplina, assiduidade, relacionamento, entre outras da mesma natureza (PONTES, 2008, p. 9-10).

Diante do exposto, cabem alguns questionamentos:

- Apesar da legislação vigente, estabelecer normas que visam proteger o estagiário, será que na prática, o estágio tem se materializado como um ato educativo que tem contribuído na formação do aluno?

- O aluno consegue estabelecer relações entre teoria e prática no estágio, entendendo que o estágio é um instrumento de aperfeiçoamento técnico-cultural e científico?
- A possibilidade de remuneração e de renovação de estágio, de contratação como funcionário e outros “benefícios” propostos pelas empresas atrai os alunos, dificultando que os mesmos percebam que flexibilização das relações de trabalho leva a novas formas de precarização?
- Se a Lei estabelece que a escola é responsável por garantir que o estágio seja uma complementação do ensino e aprendizagem, formando um profissional capaz de questionar os conteúdos, os procedimentos e o uso dos equipamentos empregados num processo, por que a escola técnica permanece quase que ausente na supervisão deste ato educativo de sua responsabilidade? Já que o estágio é um componente curricular indispensável à obtenção do diploma do curso técnico, ele não deveria receber mais atenção por parte da escola?

1.3. JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Acreditamos que escola não deve reproduzir o discurso neoliberal¹, orientando seus alunos a escolher o estágio de acordo com quem oferece maior bolsa ou se submeter a todo tipo de exploração na empresa em nome da flexibilização ou de uma futura contratação. O papel da escola é verificar se a empresa promove a complementação do ensino e da aprendizagem, pois nem sempre a empresa que paga a maior bolsa, oferece o melhor estágio. É preciso que a escola esclareça aos alunos sobre o que é o estágio, que esta formação é garantida por lei e que devemos lutar contra a exploração capitalista, formando assim trabalhadores conscientes e críticos.

¹ No discurso neoliberal, a educação possui caráter utilitarista e deve servir ao mercado. No neoliberalismo, a educação deve priorizar a adequação do ensino à competitividade do mercado internacional.

A pesquisa acerca do estágio curricular na ETEJK visa contribuir com outras pesquisas nesta área, que possuem o mesmo papel. Para que por meio de seus resultados, as políticas educacionais sejam cada vez mais aprimoradas, para garantir que o estágio seja um instrumento de relação entre teoria e prática dos conhecimentos adquiridos na sala de aula e não um mecanismo de precarização do trabalho. Pois, não basta que a legislação estabeleça que a escola é responsável por garantir o estágio como um ato educativo, é preciso que o governo dê condições para que a escola cumpra seu papel, como por exemplo, mais professores destinados a supervisionar o estágio e dedicação exclusiva a esta função.

Existem poucas pesquisas sobre o estágio curricular de nível técnico, pois o foco atual destas pesquisas tem sido o nível superior. Em consulta ao banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) foram encontradas apenas cinco dissertações sobre o estágio curricular de nível técnico, sendo quatro delas tomando como referência empírica cursos técnicos na área de agropecuária.

Ao consultarmos o site do *Scielo*, uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos, não encontramos nenhum artigo sobre o estágio curricular de nível técnico, mas encontramos 28 artigos sobre o estágio curricular, todos eles voltados para o ensino superior, 12 destes voltados para a área de educação e todos os outros para a área de saúde.

Nos últimos dez anos, consta apenas um trabalho publicado nas Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) que tenha o estágio curricular de nível técnico como objeto de pesquisa.

Ao pesquisar o Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), não foram encontradas dissertações ou teses que pudessem acrescentar as já encontradas no banco de dados da BDTD.

Nossa hipótese é que as empresas contratam estagiários sem se preocuparem com a complementação da formação profissional do estudante, desejam apenas adquirir mão de obra barata, qualificada e sem custos trabalhistas.

Geralmente, colocando o estagiário para exercer uma atividade procedimental repetitiva, sem dar-lhe oportunidade de conhecer outros setores da empresa e realizar trabalhos diversificados ligados à sua profissão que permitam relacionar os procedimentos com os conceitos.

1.4. O PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO

Determinamos como objeto de estudo o papel do estágio curricular de nível técnico, elegendo como referência empírica o estágio curricular dos cursos técnicos oferecidos na ETEJK, pertencente à FAETEC. Esta unidade escolar oferece os seguintes cursos: Administração, Eletrotécnica, Análises Clínicas, Guia de Turismo e Agenciamento de Viagens, ambos em concomitância interna com o ensino médio, e são os estagiários destes cursos que foram investigados.

Nosso objetivo geral é verificar se o estágio curricular na unidade escolar investigada tem cumprido seu papel como ato educativo e instrumento de aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, propiciando uma complementação do ensino e da aprendizagem.

Definimos como objetivos específicos:

- Descrever a estrutura e o funcionamento da educação profissional promovida pela FAETEC.
- Descrever quem são os estagiários e como avaliam o estágio, bem como professores e gestores da ETEJK.
- Descrever o projeto político-pedagógico do trabalho educativo da ETEJK.
- Definir o conceito de estágio, bem como o de trabalho precário.
- Explicitar os processos administrativos e pedagógicos que norteiam o estágio curricular na ETEJK.

Para alcançarmos tais objetivos, realizamos uma análise dialética que nos permitiu compreender o fenômeno observado, não apenas na sua aparência, mas, sobretudo, em sua essência. Pois a realidade, não se apresenta para nós, à primeira vista, é preciso fazer um esforço para captar a estrutura do fenômeno, o fenômeno em si e a sua essência. É “do ponto de vista da totalidade, que compreende-se a dialética da lei e da casualidade dos fenômenos, da essência interna e dos aspectos fenomênicos da realidade, das partes e do todo, do produto e da produção e assim por diante” (KOSIK, 1976, 13-64).

No intuito de compreender qual o real papel do estágio na educação profissional promovida pela ETEJK, trabalharemos com a categoria da totalidade, abandonando a visão das partes isoladas e buscando apreender a realidade e suas diversas facetas. Pois,

[...] a realidade é um conjunto de fatos, de elementos simplíssimos e até mesmo inderiváveis, disto resulta em primeiro lugar, que a concreticidade é a totalidade de todos os fatos; e em segundo lugar que a realidade, na sua concreticidade, é essencialmente incognoscível pois é possível acrescentar, a cada fenômeno, ulteriores facetas e aspectos, fatos esquecidos ou ainda não descobertos (KOSIK, 1976, 43).

Não buscamos explicações lineares que deem conta de responder todas as questões levantadas pela pesquisa, mas captar a riqueza dos fatos e da complexificação da realidade, com suas múltiplas determinações e manifestações.

A investigação aqui proposta visa contribuir para o crescimento científico da área de Formação para o Trabalho, principalmente no que diz respeito à contribuição do estágio curricular para a qualificação profissional. Por isso, podemos considerá-la uma pesquisa básica, que tem o objetivo de gerar reflexões sobre a qualificação profissional na ETEJK e os pressupostos políticos e ideológicos que norteiam o estágio curricular.

Podemos avaliá-la, ainda, como uma pesquisa qualitativa, uma vez que consideramos o contexto dos dados coletados e estes são predominantemente descritivos. Além disso, o foco está na análise do processo e não no resultado final. Nesta pesquisa, o levantamento bibliográfico e a formulação de hipóteses orientam o

processo de coleta de dados. É seguindo este processo investigatório que a pesquisa proposta pretende abordar o problema. (LUDKE & ANDRE, 1986, p. 11-16)

Quanto aos instrumentos de coleta de dados, utilizamos: revisão de literatura sobre Educação Profissional e Formação para o Trabalho; análise de fontes bibliográficas primárias; observação não participante; aplicação de questionários fechados; entrevistas semiestruturadas.

Utilizamos a revisão da literatura para nos situar acerca do debate atual na área de Educação Profissional e Formação para o Trabalho. Percorrendo ainda, o processo histórico da crise do capital, suas contradições e consequências. Entendendo este processo histórico como importante para conceituar trabalho precário e para aplicar o conceito ao caso do estágio curricular.

Analizamos documentos oficiais do governo e o Projeto Político Pedagógico (PPP) da ETEJK para descrever a estrutura, o funcionamento e os seus pressupostos políticos e ideológicos.

Quanto à observação não participante, segundo LUDKE & ANDRE (1986, p. 26-27), ela permite a coleta de dados em situações em que é impossível outras formas de comunicação, sendo muito eficaz quando utilizada associada à entrevista. É um instrumento fidedigno de investigação científica se usado de forma controlada e sistematizada, pois permite aprofundar reflexões analíticas dos diálogos. Todos os dados levantados a partir da observação não participante foram relatados no diário de campo.

Fizemos entrevistas semiestruturadas com os responsáveis pelo estágio na ETEJK com o objetivo de explicar os processos administrativos e pedagógicos que norteiam o estágio curricular. Coletamos também, a opinião dos gestores sobre qual é o papel do estágio e o que eles entendem por trabalho precário. A vantagem desse método é a captação imediata e corrente da informação desejada, permitindo o aprofundamento de questões levantadas quando necessário (LUDKE & ANDRE, 1986, p. 33-34).

Os questionários fechados foram aplicados aos estagiários com o objetivo de traçar um perfil destes educandos, uma vez que entendemos que a precariedade é uma construção social que varia de acordo com a situação, podemos dizer que há precariedade onde as necessidades do indivíduo não são atendidas, necessidades tanto materiais quanto subjetivas. Acreditamos que os jovens anseiam por uma inserção no mercado de trabalho que lhes ofereçam segurança e estabilidade, se sujeitando a situações de precariedade no estágio, visando uma eventual contratação.

1.5. REFERÊNCIAS TEÓRICAS

No que diz respeito ao referencial teórico básico, começamos revisando a literatura sobre a Crise do Capital, o processo de Reestruturação Produtiva e Reforma do Estado que ocasionaram o surgimento de novas demandas de qualificação profissional, bem como a Reforma das Políticas de Educação Básica e Profissional. Para isto, tomamos como teóricos básicos: Mészáros (2000; 2006), Antunes (2005; 2006) e Alves (2000).

Especificamente sobre as novas demandas de qualificação profissional e a Reforma das Políticas de Educação Básica e Profissional, tomamos como referencial teórico básico: Souza (2003; 2004; 2008; 2010), Batista (2003), Julio (2003), Frigotto (2000; 2005; 2007), Pamplona (2010) e Cêa (2000).

O trabalho precário também é uma das consequências da crise estrutural do capital, a presente pesquisa propõe uma investigação do estágio curricular e como este pode ser tornar uma forma de trabalho precário, portanto é fundamental fomentar aqui a discussão sobre este conceito, inserindo achados teóricos e empíricos. Sendo assim, usamos como referência teórica sobre trabalho precário: Castel (1998), Alves (2000), Mészáros (2006), Pochmann (2004; 2006; 2007), Piñeiro (2007) e Mennella (2009).

Revisamos, ainda, documentos oficiais do governo federal e estadual que apresentam resoluções a cerca do estágio curricular, bem como documentos da ETEJK, com o objetivo de investigar se estas resoluções se concretizam na prática.

2. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, REFORMA DO ESTADO E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO.

Não existe nenhuma determinação ontológica inalterável que subordine o trabalho ao capital, mas este sistema de metabolismo social foi construído historicamente. Os seres sociais vivem dentro de um sistema de mediações, as mediações de primeira ordem são as mediações necessárias para a sobrevivência e a reprodução individual e societal, onde os seres humanos pertencem à natureza e se relacionam com ela como os animais. Num certo momento histórico, as mediações de segunda ordem sobrepõem as de primeira ordem, pois o sistema de capital subordina todas as funções reprodutivas sociais que antes não necessitavam de hierarquia, separando o valor de uso do valor de troca e expandindo cada vez mais o valor de troca. Para isso, instaurou-se uma divisão hierárquica onde o trabalho subordina-se ao capital para viabilizar o novo sistema de metabolismo social, se utilizando da separação e alienação entre o trabalhador e os meios de produção; da imposição desta condição e alienação; da personificação do capital como um valor egoísta; e da personificação do trabalho como o próprio trabalhador (ANTUNES, 2007, p. 19-22).

O sistema de mediação de segunda ordem é formado pelo tripé mais poderoso de todos os sistemas anteriores de metabolismo social: capital, trabalho e Estado, sendo essas dimensões inter-relacionadas, onde é impossível emancipar o trabalho sem superar o capital e o Estado. As características que determinam seu poder são seu caráter expansionista e totalizante, sem limites de acumulação, ao contrário dos sistemas anteriores que visavam uma autossuficiência (ANTUNES, 2007, p. 22-23).

Existem três níveis de deficiência estrutural nos mecanismos de controle do sistema de capital que em si mesmas tornam-se formas de antagonismo social, pois configuram-se por meio de conflitos de forças sociais hegemônicas. A produção e seu controle são radicalmente opostos, a relação de produção e consumo

possui uma independência absurda que leva a ignorar as necessidades básicas da maioria subjugada ao capital, estimulando o consumismo, além da relação entre produção e circulação, onde novas estruturas do sistema de capital integram-se visando o domínio da circulação global. Fazendo assim, com que a força de trabalho global seja submetida ao capital. O processo de alienação degrada a relação sujeito/objeto, subvertendo na teoria e na prática social essa relação, o capital passa a ser o sujeito real da produção ao invés do trabalho, que por sua vez deve sujeitar-se a essa nova realidade (ANTUNES, 2007, p. 24-25).

Sendo o sistema de capital, um modo de metabolismo social totalizante e incontrolável, “[...] dada à tendência centrífuga presente em cada microcosmo do capital, esse sistema assume cada vez mais uma lógica essencialmente destrutiva (ANTUNES, 2007, p. 25)”. Essa lógica deve-se principalmente a tendência decrescente da taxa de utilização do valor de uso, devido o capital considerar o valor de uso subordinado ao valor de troca. Quanto mais aumenta a competição intercapitalistas, maiores são as consequências destruidoras, entre elas, a degradação do meio ambiente e a precarização do trabalho através da relação metabólica do homem com a tecnologia e a natureza. Mesmo que 90% do material e dos recursos utilizados para fabricar uma determinada mercadoria vão para o lixo, ainda assim, os 10% geradores de lucro justificam a destruição (ANTUNES, 2007, p. 25-26).

Mészáros (2000, p. 85-87) também chama a atenção para a incontrolabilidade e as contrariedades do capital. Segundo ele, o sistema de capital se mostra contraditório quando se assume democrático, mas nem mesmo os grandes donos de companhias conseguem ter uma autonomia dentro dessa estrutura. A mão invisível do mercado é incontrolável e dita às posições de cada grupo social dentro dessa estrutura hierárquica de comando do capital. Movimentos de causa única como os ambientalistas são facilmente marginalizados e até os ganhos da classe trabalhadora são revertidos a favor do capital, o que não pode ser vantajoso, o capital transforma de alguma forma em ilegítimo.

O sistema de capital não necessita nem é capaz de autossuficiência, ele está em constante expansão e acumulação. A relação entre produção e consumo é

insuperavelmente problemática, acarretando ao longo do tempo, a necessidade da crise de uma forma ou de outra (MÉSZÁROS, 2000, p. 92).

O sistema de metabolismo social do capital precisa criar mecanismos de administração das crises estruturais para garantir sua continuidade, vigência e expansão, pois as crises desse sistema têm sido cada vez mais constantes.

Diante desta estrutura, onde o sistema de capital não possui limites para a expansão e acumulação, a crise é inevitável. As insuficiências estruturais do sistema de capital são responsáveis pela sua incontornabilidade e os antagonismos existentes (como por exemplo, a produção e o consumo), e essas falhas estruturais são insuperáveis (MÉSZÁROS, 2000, p. 92-95).

Para administrar as crises estruturais, o sistema de capital começou a passar por processos de reestruturação produtiva. No Brasil, após 1945, ocorreram vários surtos de reestruturação produtiva, o primeiro surto está vinculado à instauração da grande indústria de perfil taylorista-fordista, representando a era do desenvolvimentismo do governo Kubitschek² em meados de 1950. Embora considerado um capitalismo hipertardio, nessa época o processo de industrialização no Brasil deu um salto, devido uma maior abertura ao capital estrangeiro amparado por investimentos públicos do Estado em diversos serviços como transporte e energia. Essa “industrialização pesada” estava centrada principalmente no setor de bens de consumo duráveis e tinha como seu principal “agente”, a corporação internacional, mantendo um caráter de dependência à lógica do capital internacional, de acesso aos circuitos do capital financeiro internacional (ALVES, 2000, p.103-110).

O segundo surto de reestruturação produtiva aconteceu na época do “milagre brasileiro”, de 1968 a 1973, onde o Brasil alcançou índices de crescimento impressionantes por meio da superexploração do trabalho sob a ditadura militar³,

² Na era do desenvolvimentismo do Governo Kubitschek, a política econômica era baseada na meta de crescimento da produção industrial e da infraestrutura, com participação ativa do Estado. Nos anos 1950, Juscelino Kubitschek foi um presidente famoso pelo incentivo à indústria automobilística, à abertura de estradas e pela criação de Brasília.

³ A Ditadura militar no Brasil foi o regime autoritário que governou o país de 1º de abril de 1964 até 15 de março de 1985. Este regime sistematizou a "Doutrina de Segurança Nacional", que justificava ações militares como forma de proteger o "interesse da segurança nacional" em tempos de crise. Nesse período do "milagre econômico brasileiro", paradoxalmente, houve aumento da concentração de renda e da pobreza.

articulando aumento das jornadas de trabalho e depreciação salarial (ALVES, 2000, p.103-110).

O terceiro e último surto de reestruturação produtiva ocorre após o ápice do padrão de acumulação taylorista-fordista e início da crise do capitalismo brasileiro a partir de 1973, que adotaria novos padrões de organização industrial de caráter flexível, o toyotismo (ALVES, 2000, p.103-110).

Juntamente com a “industrialização pesada” ocorreu o crescimento do desenvolvimento da consciência de classe, base essencial para o sindicalismo de massa. Havia um avanço da divisão social do trabalho, destacando uma nova classe assalariada urbana e novas classes não assalariadas dedicadas à produção de serviços, que seria a nova classe média. Como o operário-massa tinha um grande potencial contestatório à superexploração do trabalho, o novo padrão de reestruturação produtiva buscava promover a precarização da base social do sindicalismo de massa, dando início a crise do sindicalismo (ALVES, 2000, p. 103-108).

O capitalismo hipertardio brasileiro voltava-se para o mercado interno enquanto o capitalismo mundial voltava-se para a internacionalização do capital. No período de 1968 a 1973, o Brasil importou mais do que produziu ocasionando uma crise na balança comercial e na tentativa frustrada de solucionar o problema, aumentava mais a dívida externa. Em 1976, o governo Geisel⁴ tentou resolver o problema com a criação do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que visava um redirecionamento do padrão de industrialização no país, do setor de bens de consumo duráveis para o setor de bens de produção, principalmente aço. Entretanto, essa estratégia também não deu certo, pois o cenário mundial era desfavorável. Surgia, então, um novo complexo produtivo vinculado à Terceira Revolução Tecnológica⁵, onde o aço se encontrava ultrapassado por novos materiais e

⁴ O Governo Ernesto Geisel, também conhecido como Governo Geisel, foi o período vivido pelo Brasil entre 15 de março de 1974 e 15 de março de 1979. Penúltimo presidente da República do Regime Militar de 1964, Ernesto Geisel assumiu sob a promessa de uma abertura política "lenta, gradual e segura", de modo a atender as reivindicações da Sociedade Civil Organizada sem, contudo, interromper a continuidade do regime.

⁵ O que determina a Terceira Revolução Tecnológica é a integração da ciência à tecnologia e produção; o uso de novas tecnologias na produção e na fabricação de novos produtos a serem consumidos pela sociedade.

pelo desenvolvimento de novas técnicas como a microeletrônica. A crise da dívida externa nos anos 1980 acarretou uma instabilidade macroeconômica e uma paralisação do capital devido a imposições de políticas recessivas pelos credores internacionais, o que ocasionou uma deterioração do setor público e das condições sociais. Somente em meados dos anos 1980, os investimentos do II PND começaram a surtir efeitos, redirecionando a economia para o mercado externo e tornando o Brasil um dos principais países exportadores (ALVES, 2000, p.110-113).

Essa retomada dos fluxos financeiros para o Brasil só foi possível devido às condições propícias do mercado internacional, o governo Collor⁶ então, nos anos 1990, aproveita a liberação comercial para instaurar políticas neoliberais capazes de atrair investimentos de capitais internacionais por meio de incentivos. Além disso, procurou-se promover a estabilização da moeda com o Plano Collor⁷ em 1991 e o Plano Real⁸ em 1994, assim como: oportunidades de novos negócios com as privatizações e a valorização dos capitais por meio do Mercado do Cone Sul⁹ (MERCOSUL) (ALVES, 2000, p.113-115).

Enquanto o Brasil criava o II PND, os países capitalistas centrais estabeleciam uma nova forma de dependência vinculada a Terceira Revolução Tecnológica, a concorrência capitalista agora está baseada na capacidade de lançamento de novos produtos de setores dinâmicos como o “complexo eletrônico-meca-trônico”. Um país capitalista que não possui um complexo desse, de alta tecnologia, torna-se dependente da obtenção de produtos de alta tecnologia dos países capitalistas centrais. Além do investimento em novas tecnologias, esse novo

⁶ Foi o período entre 15 de março de 1990 e 2 de outubro de 1992, Fernando Collor foi o primeiro presidente eleito pelo povo desde 1960.

⁷ O governo Collor anunciou seu plano econômico no dia seguinte à posse. O Plano Brasil Novo, popularmente conhecido como Plano Collor, teve como ponto mais importante o confisco dos depósitos bancários superiores a cinquenta mil cruzeiros por um prazo de dezoito meses visando reduzir a quantidade de moeda em circulação.

⁸ O Plano Real foi um programa brasileiro que estabeleceu reformas econômicas que visavam o controle da hiperinflação que assolava o país. Iniciado oficialmente em 30 de julho de 1994, ele instituiu a Unidade Real de Valor (URV), estabeleceu regras de conversão e uso de valores monetários, determinando o lançamento de uma nova moeda, o Real.

⁹ O MERCOSUL é formado por quatro membros plenos: Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela; cinco países associados: Chile, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru; e dois países observadores: Nova Zelândia e México. Guiana e Suriname assinaram um acordo-quadro de associação com o MERCOSUL em julho de 2013. É um Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, entre ambos os países que fixou como meta o estabelecimento de um mercado comum.

padrão de acumulação exige um novo tipo de operário, o que implica em mudar o modelo do uso extensivo de mão-de-obra semiqualficada, para o uso intensivo de mão-de-obra qualificada, polivalente e cooperativa, num complexo de reestruturação produtiva, passando de um “toyotismo restrito” para um “toyotismo sistêmico” (ALVES, 2000, p. 115-116).

Com o toyotismo como regime de acumulação, ocorre uma mudança na gestão do trabalho e uma intensificação no uso da ciência e da tecnologia na produção, além de novos mecanismos na mediação dos conflitos de classe. Porém, para que essas mudanças ocorressem de fato, era necessário um trabalhador de novo tipo.

O toyotismo exige a formação de um trabalhador polivalente e multifuncional, mas contraditoriamente, nem toda classe trabalhadora tem essa formação polivalente, a grande maioria trabalha em condições de trabalho precário ou terceirizado. Na verdade, acontece uma grande divulgação da sociedade do conhecimento financiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e disseminada no Brasil pelo MEC (Ministério da Educação) e MTE (Ministério do Trabalho). Explicitando a ideia de uma educação funcionalista subordinada aos interesses do capital. Esse novo trabalhador deve exercer atividades diferentes e aceitar as mudanças contínuas dos processos produtivos, o capital pretende que ele pense como o patrão, muda-se a forma de controle, o estranhamento e a intensidade de exploração tornam-se menos perceptíveis, porém mais brutalizada (BATISTA, 2003, p. 144-146).

Surge uma nova pedagogia política do capital, ou seja, ações educativas no ambiente de trabalho e no cotidiano da vida fazem com que o trabalhador deseje o capital, naturalizando-o. Essa nova pedagogia visa incentivar o individualismo e a competitividade entre os indivíduos, além de usar cada vez mais a estratégia do convencimento do que da coerção, reconfigurando as relações de poder e naturalizando a lógica do mercado no cotidiano social (SOUZA, 2010, p. 134-136).

Nesta nova conjuntura, a burguesia controla o acesso ao conhecimento científico-tecnológico e usa tanto para formar o trabalhador flexível que o mercado

precisa, quanto para conformar o trabalhador que recebe uma qualificação limitada. Este último, não consegue inserir-se no mercado formal, sendo obrigado a enfrentar de forma criativa a nova dinâmica de precariedade (SOUZA, 2010, p. 137).

Enquanto isso, o Estado atende às demandas do mercado por meio das políticas públicas como o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) e o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), além da adequação do sistema educacional brasileiro a essas demandas. Oferecendo a formação para o trabalho no sentido “*latu*” que compreende a educação básica e no sentido “*stricto*” que compreende a permanente atualização da força técnico-produtiva da força de trabalho escolarizada (SOUZA, 2010, p. 138-141).

As políticas de qualificação em conjunto com o discurso de universalização da educação básica são concepções que expressam um campo de disputa de hegemonia e conflito de classe, onde podem ser construídos dois tipos de projetos de formação para o trabalho. Um da ótica do trabalho em sentido *stricto* e outro da ótica do capital, onde uma pequena parcela tem acesso ao amplo conhecimento técnico-científico, em detrimento de outra grande parcela da população que tem o conhecimento reduzido (SOUZA, 2010, p. 141-144).

A classe burguesa reivindica para si uma educação desinteressada, despossuída de qualquer capacidade prática, enquanto reserva para a classe subalterna “[...] uma educação interessada, utilitarista, que prepara o trabalhador para atender as demandas da empresa capitalista, negando a condição humana daquele que vive da venda de sua própria força de trabalho” (SOUZA, 2010, p. 144-145).

Gramsci (2011, p. 42-53) já chamava atenção para essa diferença e defendia uma escola desinteressada do trabalho, uma escola unitária. Onde a formação não seja dentro de uma cultura abstrata e burguesa que confunde as mentes trabalhadoras, e sim uma formação baseada em princípios científicos e tecnológicos capazes de unir teoria e prática, trabalho manual e intelectual. Pois:

[...] quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, somente à imediata função social da categoria

profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isso significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais. Mas a própria relação entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso não é sempre igual; por isso, existem graus diversos de atividade especificamente intelectual. Não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens* (GRAMSCI, 2011, p. 52-53).

A educação deve considerar o homem em sua totalidade, o homem que trabalha com as mãos e com o cérebro, que consciente do processo que desenvolve, domina-o e não é dominado por ele. Diversos governos têm propagado outros tipos de articulação entre educação básica e educação profissional, lançando Programas, como no Brasil, que visam construir consenso, mas está muito longe da educação proposta por Gramsci (SOUZA, 2010, p. 154-156).

As reformas das diretrizes educacionais para o ensino médio e profissional realizadas no Brasil ocorreram no governo de Fernando Henrique Cardoso¹⁰ (FHC) e foram fruto de disputas político-ideológicas em duas esferas do governo, o MEC e o MTE. A proposta defendida pelo MTE era construir um plano voltado para trabalhadores com contratos formais, trabalhadores desempregados ou em situação de precariedade. Ele defendia uma articulação entre a educação básica e a educação profissional, dentro de um plano nacional de desenvolvimento econômico e tecnológico. Já a proposta do MEC era unir as escolas públicas e privadas de formação profissional num Sistema Nacional de Educação Tecnológica (MANFREDI, 2002, p. 114-118).

A sociedade civil participou do campo das discussões, por meio das organizações populares e sindicais que defendiam a escola unitária, um ensino que unifica o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura. Além de reivindicar políticas de emprego. Enquanto o empresariado defendia valorização de atividades de ensino e treinamento, além da criação de programas especiais de reciclagem para adultos e analfabetos. Porém, ambos defendiam a universalização da educação básica, as

¹⁰ Estabeleceu-se no período de 1 de Janeiro de 1995 a 1 de janeiro de 2003, suas principais marcas foram a consolidação do Plano Real e a introdução dos programas de transferência de renda como o Bolsa Escola.

organizações populares queriam uma ampliação dos direitos educacionais e uma valorização do sujeito como capaz de trabalhar tanto tecnicamente como intelectualmente. O empresariado desejava um aumento dos padrões de educação básica formal (MANFREDI, 2002, p. 119-130).

Diante das demandas econômicas e sociais, o governo FHC instituiu então, um projeto oficial de reforma do ensino médio e técnico, cujo objetivo era melhorar a oferta educacional e atender as demandas do mercado de trabalho, acompanhando sua flexibilidade, qualidade e produtividade. Este projeto culminou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei 9394/96, onde a partir daí todas as instituições públicas e privadas adequaram-se as novas diretrizes. A Educação Profissional passou a ser definida em três níveis: básico, técnico e tecnológico. E tem como objetivo preparar para a vida produtiva nos diversos níveis respectivamente: fundamental, médio e superior. Já o Decreto Federal 2.208/97 estabeleceu a separação entre o ensino médio e profissional, essa ruptura deixa clara a divisão entre os acadêmicos e os trabalhadores, uma vez que não reconhece a escola básica como fundamental para a formação dos trabalhadores (MANFREDI, 2002, p. 131-139).

Percebemos nas últimas décadas, um aumento das políticas públicas que se fundamentam no pressuposto que depende da educação o desenvolvimento econômico, com um discurso de que há uma necessidade cada dia maior de mão-de-obra qualificada, como o PLANFOR. Este plano pode ser considerado um marco oficial na separação do ensino formal do ensino profissional, indo ao encontro das tendências mundiais ditadas por organizações internacionais em que se minimiza a educação formal. “O Plano opera a ruptura entre qualificação para o trabalho e a elevação dos níveis de escolaridade (via cursos regulares)” (CÊA, 2000, p. 2-4).

Um dos pontos do PLANFOR é a política pública de emprego via qualificação profissional, para isso ele utiliza recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), além de estabelecer parcerias com entidades públicas e civis organizadas em torno dos Programas Estaduais de Qualificação (PEQ). Devemos problematizar a utilização do FAT nessas parcerias, para que ele não se torne fonte de recursos para essas entidades, pois podemos observar uma forte tendência em

aumentar cada vez mais os recursos do FAT destinados à qualificação do trabalhador. Não dá para pensar a qualificação profissional como solução para todos os problemas gerados pela crise do capital, como por exemplo, as questões de emprego/desemprego. O aumento do nível de escolaridade não garante nada, pois esses problemas são estruturais (CÊA, 2000, p. 2-7).

Os problemas deste tipo de política pública são questões como o caráter compensatório do plano, a dissociação entre os cursos oferecidos e a realidade dos estados, assim como outras ponderações significativas oriundas dos próprios estados. Podemos destacar ainda que essas ações reforçam a dicotomia educação básica/ educação profissional, com o discurso que o sujeito desempregado tem pressa e precisa de qualificação urgente, ainda que mantenha seu nível de escolaridade. Precisamos discutir sobre isso, sem medo de propor reformas estruturais e não emergenciais (CÊA, 2000, p. 10-12).

Há muito tempo, o governo brasileiro promove diversas reformas no sistema educacional brasileiro com o objetivo de ampliar o conhecimento científico e tecnológico por meio de maior acessibilidade à educação. Contudo, mesmo após a Reforma Francisco Campos¹¹, na década de 1930, a Reforma Capanema¹², entre 1942 e 1946, e as demais reformas, na década de 1970 e no ano de 1997, a educação profissional continuou destinando-se aos menos favorecidos e o ensino propedêutico aos filhos da elite condutora da nação que estão destinados a cursar o nível superior. Depois da LDB, Lei nº 9.394/1996, o decreto do governo nº 2.208/1997, acentuou ainda mais essa dualidade, separando radicalmente o ensino médio da educação profissional (PAMPLONA, 2010, p. 49-50).

¹¹ Na década de 1930, Francisco Campos assumiu a direção do recém-criado Ministério da Educação e Saúde, promovendo a reforma do ensino secundário e universitário em todo o país. Ela organizou o ensino secundário por meio da seriação do currículo e instituiu a frequência obrigatória.

¹² Capanema criou as Leis Orgânicas do Ensino, que estruturou o ensino industrial, reformou o ensino comercial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), como também trouxe mudanças no ensino secundário. Gustavo Capanema esteve à frente do Ministério da Educação durante o governo Getúlio Vargas, entre 1934 e 1945.

Em 2004, no governo de Lula da Silva¹³, voltou-se a discutir sobre essa dicotomia, estabelecendo-se no decreto nº 5.154/2004, a forma de educação profissional integrada ao Ensino Médio. E em 2009, o Conselho Nacional de Educação (CNE) baixou o Parecer 11/2009, determinando os novos parâmetros curriculares experimentais para o Ensino Médio (PAMPLONA, 2010, p. 50).

O que se espera por formação integrada ou Ensino Médio integrado ao ensino técnico é que o ensino propedêutico e a educação profissional tornem-se indissociáveis em todos os níveis da preparação para o trabalho, superando a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, tomando o trabalho como princípio educativo. Porém, a ruptura política com o modelo educacional anterior e as expectativas de mudanças com a edição do Decreto nº 5.154/2004, não ocorreram, representando apenas uma ação tímida, para que ocorressem as mudanças necessárias em prol da democratização da educação (PAMPLONA, 2010, p. 51).

O Parecer CNE/CEB nº 39/2004, esclarece que o Decreto 5.154/2004, não significa um retorno à revogada Lei nº 5.692/71, pois tanto a LDB quanto o Decreto 5.154/2004, não admitem mais a dicotomia entre o conhecimento e sua aplicação. Antes, a Educação Profissional de nível técnico era curricularmente organizada de forma independente do Ensino Médio, agora tem que ser organizada de forma articulada. O Decreto 5.154/2004 prevê as seguintes formas de articulação entre a Educação Profissional Técnica e o Ensino Médio: Integrada (com uma única matrícula para cada aluno), Concomitante e Subsequente (ambos com uma matrícula para cada curso – Ensino Médio e Educação Profissional Técnica) (PAMPLONA, 2010, p. 52-54).

A principal crítica aos cursos na versão integrada se dá ao fato, de que o Parecer CNE/CEB nº 39/2004 afirma que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) criadas de forma independente para o Ensino Médio e para a Educação Profissional, devem ser respeitadas de forma inflexível, seria a separação dos cursos que foram

¹³ O Governo Lula estabeleceu-se entre 2003 e 2010. Foi a primeira vez na história brasileira que um ex-operário chega ao posto mais importante do país. Esse governo foi marcado pelos programas de caráter social, como o bolsa-família.

integrados. O curso integrado possui uma única matrícula, mas internamente ao currículo permanece a dicotomia (PAMPLONA, 2010, p. 55).

A dicotomia entre o Ensino Médio e a Educação Profissional não se dá apenas pela simples análise dos currículos dos cursos, mas essa discussão é muito importante, portanto seguimos chamando atenção para as contradições no Parecer CNE/CEB nº 39/2004. Ao mesmo tempo em que o referido Parecer diz que “trata-se de um único curso, com projeto pedagógico único, com proposta curricular única e com matrícula única”, também diz que “o Ensino Médio ganhou uma identidade própria e a Educação Profissional também”. Ao mesmo tempo em que afirma que o curso é integrado, um curso único, o governo continua tratando como duas modalidades de educação distintas (PAMPLONA, 2010, p. 56-58).

Outra questão a ser observada é quanto à carga horária, pois “a Resolução nº 1, de 3 de fevereiro de 2005, do CNE/CEB, que atualiza as DCN, regulamentando o Decreto 5.154/2004, para forma integrada de educação profissional, no seu art. 5º, determina a carga horária mínima para o referido curso” que deve respeitar a carga horária mínima do Ensino Médio. Essa limitação impede que as instituições escolares tenham um currículo flexível quanto à distribuição de disciplinas de cunho geral e específico, segundo as disponibilidades e interesses de cada caso (PAMPLONA, 2010, p. 60-61).

Admitindo a necessidade de uma reestruturação do Ensino Médio, o Ministro da Educação Fernando Haddad (governo Lula da Silva), apresenta uma proposta inovadora de experiência curricular para o Ensino Médio que se traduziu no Parecer nº 11/2009, do CNE/CP, a princípio de forma experimental. As principais proposições do referido Parecer são: o aumento da carga horária de 2.400 para 3.000 horas; instituição do estágio como componente curricular; 20% das disciplinas a serem escolhidas pelo aluno; e atividade docente em tempo integral na escola. Além disso, está previsto a centralidade da leitura, o incentivo às artes e o estímulo às atividades teórico-práticas em laboratórios. Para isso, serão necessárias ações que poderão levar ao fortalecimento da Gestão Estadual do Ensino Médio, da Gestão das Unidades Escolares e das condições do trabalho docente, desenvolvimento da participação juvenil e apoio aos estudantes, bem como a melhora das infraestruturas

das Unidades Escolares. Visando a manutenção da proposta, o Parecer 11/2009 indica ainda, o Monitoramento e Avaliação do Programa, contando com a organização de uma Rede Nacional de Intercâmbio de Escolas de Ensino Médio Inovador. Contudo, com relação ao item Previsão Orçamentária/Categoria de Despesa, a proposta não estabelece claramente o montante a ser utilizado pelo Programa. A proposta foi formulada para ser aplicada às instituições escolares que desejem aderir, mas a medida deverá se estender a todo Ensino Médio. Sendo assim, poderá ser aplicada ao curso de educação profissional técnica de forma integrada (PAMPLONA, 2010, p. 61-62).

2.1. CRISE DO EMPREGO

Com o crescimento do desemprego, mais cedo ou mais tarde o trabalhador vai ser forçado a vivenciar a precarização. Mészáros (2006, p. 27) afirma:

[...] atualmente, nenhum setor do trabalho está imune à miséria desumana do desemprego e do “trabalho temporário” (casualisation). Na verdade, o “trabalho temporário” é chamado, em algumas línguas, de “precarização”, apesar de, na maioria dos casos, seu significado ser tendenciosamente deturpado como “emprego flexível”.

O desemprego cresce cada dia mais, enquanto os países de capitalismo avançado deturpam as estatísticas de desemprego, a Grã-Bretanha, por exemplo, computam o trabalho de 16 horas como de horário integral, enquanto que no Japão, o trabalhador que recebe um salário por uma hora de trabalho ao menos na última semana do mês, não entra na estatística de desemprego (MÉSZÁROS, 2006, p. 29).

Essa crise estrutural do capital cujo desemprego é uma das consequências, não é nova, em 1971, Mészáros já apontava as consequências da expansão e acumulação do capital, consequências essas que atingiria não só os trabalhadores das classes baixas, mas a totalidade da força de trabalho da sociedade, sendo trabalhadores qualificados ou não (MÉSZÁROS, 2006, p. 30).

Na tentativa de melhorar as condições econômicas dos países “em desenvolvimento”, o Fundo Monetário Internacional (FMI), organização dos Estados

Unidos, dita ordens, mas seu receituário tem piorado a situação dos desempregados, por exemplo:

[...] a economia do México pode parecer estar bem, mas seu povo está mal. Desde a operação de salvamento do FMI, as camadas médias foram esmagadas; 25 mil pequenos negócios foram à falência; 2 milhões de trabalhadores perderam os seus empregos no mesmo período. Em dólares, os salários caíram 40%. O FMI destruiu a economia interna a fim de salvá-la (Mészáros, 2006, p. 30).

Sempre são os pobres que pagam a conta da crise, enquanto os ricos continuam lucrando cada vez mais, Harvey (2011, p. 9-13) aponta que crise imobiliária nos Estados Unidos começou em 2006, afetando principalmente pobres negros e imigrantes, por isso as autoridades e a mídia não deu muita importância. Somente em 2007, quando a classe média branca foi atingida, a crise virou notícia na mídia e preocupação para as autoridades. Entretanto, em janeiro de 2008, os ganhos financeiros em *Wall Street* somaram 32 bilhões, apenas uma fração a menos do que no ano anterior, enquanto as perdas das classes na base da pirâmide social se igualaram aos incríveis ganhos dos financistas. Somente no outono de 2008, os grandes bancos de investimentos entraram em crise e “[...] espalhou-se o pânico em todo sistema financeiro”. Isso demandou a liberação de 700 bilhões de dólares, sem qualquer controle, pelo governo americano para socorrer “[...] as instituições financeiras consideradas grandes demais para falir”. Mesmo assim, o mercado de crédito permaneceu estagnado e no fim de 2008, “[...] todos os segmentos da economia dos EUA estavam com problemas profundos”. Os outros países também enfrentaram dificuldades, as exportações caíram e o desemprego aumentou de forma alarmante.

O Estado tem assumido um papel intervencionista conforme a necessidade, ou seja, quando é necessário socorrer financeiramente as grandes empresas. O Estado nunca foi tão intervencionista como agora no nosso tempo, ao contrário do que diz a mitologia neoliberal (MÉSZÁROS, 2006, p. 38-39).

Para Mészáros (2006, p. 31-32) “[...] atingimos uma fase do desenvolvimento histórico do sistema capitalista em que o desemprego é a sua característica dominante”, indo de encontro com o período desenvolvimentista, onde

cogitava-se a possibilidade de uma sociedade de pleno emprego e acreditava-se que a modernização superaria todos os males sociais, mesmo em países subdesenvolvidos, conforme o modelo americano.

É uma contradição irônica que para auto-expandir, aumentando os lucros e a acumulação, é preciso diminuir custos, ou seja, há uma necessidade de produzir desemprego. Com a globalização, essa dinâmica destrutiva do controle social metabólico, para atingir seus impulsos rumo à auto-expansão, tem produzido uma exclusão esmagadora dos seres humanos do processo de trabalho (MÉSZÁROS, 2006, p. 32).

Harvey (2011, p. 7-8) corrobora com Mézáros comparando o capital com o fluxo sanguíneo do nosso corpo. Se o sangue não flui sistematicamente pelo corpo humano, o corpo morre. Da mesma forma, se o fluxo do capital para, nos deparamos com uma crise do capitalismo. Por isso, a intensificação da exploração é fundamental para o crescimento do capitalismo tanto local como global.

Os desafios enfrentados pelo trabalho hoje e que irão perdurar por um tempo ainda, segundo Mézáros, podem ser resumidos em duas palavras: “flexibilidade” e “desregulamentação”. Segundo ele,

[...] dois dos slogans mais apreciados pelas personificações do capital nos dias atuais, tanto nos negócios como na política, soam interessantes e progressistas. E, muito embora sintetizem as mais agressivas aspirações antitrabalho e políticas do neoliberalismo, pretendem ser tão recomendáveis, para toda criatura racional, como a maternidade e a torta de maçã, pois a “flexibilidade” em relação às práticas de trabalho – a ser facilitada e forçada por meio da “desregulamentação” em suas variadas formas –, corresponde, na verdade, à desumanizadora precarização da força de trabalho (MÉSZÁROS, 2006, p. 34).

Em nome da flexibilidade são difundidas as mais precárias condições de trabalho. Fala-se em tornar o mercado de trabalho mais flexível e com isso “[...] as empresas estão intensificando a eliminação de empregos mais rapidamente do que os rígidos mercados de trabalho podem criá-los, indicando que a desregulamentação pode apressar excessivamente o compasso” (MÉSZÁROS, 2006, p. 34).

Mészáros (2006, p. 35-370) aponta que o FMI, em um dos seus relatórios, supõe que se o governo cortar os auxílios ao desemprego, haverá um aumento na busca dos trabalhadores por emprego, assim a taxa de desemprego cairá, bem como, os custos salariais, que deverão baixar como forma de incentivar o emprego. O documento só não cita, que com isso, ocorrerá a intensificação da exploração em nome da flexibilidade. A verdade “[...] é que a precarização e a insegurança avançam por toda parte no mundo do trabalho”.

Toda estratégia do movimento dos trabalhadores está fadada ao fracasso, somente uma redefinição radical de suas estratégias e organização, criando um movimento de massas genuíno poderiam enfrentar a exploração crescente em prol da acumulação do capital. Bem como, o movimento socialista também necessita de uma reformulação radical, tendo em vista que “[...] capital necessário é recuperado sem cerimônias, por meio de antigos privilégios, em vez de criar novos”, como também, o retorno da mais-valia absoluta com o rebaixamento das condições de trabalho (MÉSZÁROS, 2006, p. 39).

“A novidade radical da nossa época é que o sistema do capital já não está em posição de conceder seja o que for ao trabalho”. A verdade é que qualquer conquista da classe trabalhadora, não consegue alcançar a emancipação dos indivíduos trabalhadores (MÉSZÁROS, 2006, p. 41- 44).

Em suma, Vasapollo (2006, p. 45) corrobora com Mészáros definindo que flexibilidade pode ser entendida como liberdade da empresa para manipular a força de trabalho como for conveniente, conforme as necessidades da produção. O discurso da flexibilidade é usado para despedir parte de seus empregados, sem penalidades; reduzir ou aumentar o horário de trabalho, repetidamente e sem aviso prévio; pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho, seja para solucionar negociações salariais, seja para poder participar de uma concorrência internacional; Possibilidade de a empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características; dentre outras formas de precarização da força de trabalho.

2.2. TRABALHO PRECÁRIO

A sociedade salarial de pleno emprego idealizada pelos países desenvolvidos durante quase todo século XX, considerava o emprego típico como aquele que tinha condições de trabalho aceitáveis e respeitava todas as garantias trabalhistas, como a estabilidade no tempo e salário correspondente a uma atividade normal. Realidade possível quando empregador e empregados negociavam em conjunto condições de trabalho e salários, com mediação do Estado (PIÑEIRO, 2007, p. 39).

O emprego típico também conferia uma identidade ao trabalhador, bem como “[...] o acesso gradual aos serviços públicos, à moradia, ao consumo, à educação, ao consumo do ócio, etc.” (PIÑEIRO, 2007, p. 40).

Piñeiro (2007, p.40), refere-se ao trabalho como uma categoria que se desdobra em trabalho assalariado (emprego) seguro e estável e outros tipos de ocupações com relações trabalhistas atípicas.

O trabalho típico predominava nos países desenvolvidos na época dos “trinta gloriosos” (as três décadas seguintes à segunda guerra mundial), após essa época o trabalho atípico que antes era característico das sociedades mais pobres também cresceu nestes países (PIÑEIRO, 2007, p. 40).

O trabalho atípico possui características diferentes do trabalho típico, são exemplos de trabalho atípico: o emprego temporário, o trabalho informal, o trabalho autônomo, etc. As diferenças estão mais ligadas à ideia de frequência. Não devemos confundir trabalho atípico com trabalho precário, para Piñeiro (2007, p. 41-42), o conceito de trabalho precário é um conceito polissêmico, ou seja, varia de um país para o outro conforme as condições particulares da relação trabalhista.

O termo trabalho precário foi utilizado pela primeira vez pelo economista italiano Sylos Labini em 1981, ele definiu como trabalho precário, empregos ou ocupações com condições de trabalho e salários incertos e variáveis (PIÑEIRO, 2007, p. 43).

Piñeiro (2007, p. 39-64) pesquisou autores na Europa e na América que aplicam em suas obras o termo trabalho precário, constatando que este termo é aplicado de formas diversas em cada país. Porém, nenhum dos autores pesquisados se preocupou em conceituar o trabalho precário.

Em suma, embora seja difícil chegar ao conceito de trabalho precário como categoria, Piñeiro entende que

[...] as dimensões relevantes da precariedade trabalhista são a insegurança e a instabilidade do emprego, a insuficiência e incerteza dos ganhos salariais, a degradação das condições na que se desenvolve o trabalho (jornada, saúde trabalhista...) e a redução da proteção social para os trabalhadores (prestações por desemprego, pensões...), tendo como referência os níveis de segurança institucionalizados com a relação de emprego padrão que se converteu em normas nos países desenvolvidos depois da Segunda guerra mundial (PIÑEIRO, 2007, p. 44).

Piñeiro (2007, p. 63) elaborou um quadro (abaixo), de modo a classificar a precariedade do trabalho, segundo ele a precariedade é uma variável contínua com graus e gradientes de precariedade.

		Perspectiva subjetiva: a relação com o trabalho	
		Satisfeito	Insatisfeito
Perspectiva objetiva: a relação com o emprego	Mais integrado	Mais integrado e satisfeito	Mais integrado, mas insatisfeito
	Menos integrado	Menos integrado, mas satisfeito	Menos integrado e insatisfeito

Fonte: PIÑEIRO (2007, p. 63).

Percebe-se uma proliferação do termo precariedade nas produções científicas, sendo usado amplamente na tentativa de nomear e qualificar as transformações observadas no mundo do trabalho a partir da década de 1970. Entretanto, sua origem está mais ligada à pobreza e privação econômica, enquanto que atualmente está mais ligada a questões de emprego e desemprego (MENNELLA, 2009, p. 194).

Para Mennella (2009, p. 195), uma das principais características da precariedade é o poder de atração, atração essa que dificulta as tentativas de aliviá-la. Ela cita como categorias consideradas precárias: os desempregados, os trabalhadores temporários, os estagiários, etc.

Assim como Piñeiro (2007), Mennella (2009, p. 195) considera muito difícil conceituar trabalho precário, pois apesar deste termo ser muito usado na literatura sociológica, a pesquisa teórica revela que poucas vezes ele é conceitualizado. Na maioria das vezes, a palavra precário é usada como adjetivo, para caracterizar alguma situação social. Ela utiliza-se ainda de uma análise da definição morfológica, segundo a autora, podemos entender muito sobre o sentido associado a este termo ao considerarmos que precário no dicionário significa: difícil, míngua, estreito, escasso, raro, insuficiente, incerto, vário, contingente, inconsistente, pouco durável, insustentável, delicado e débil.

Em sua pesquisa com os jovens de São Paulo, Mennella (2009, p. 202) afirma que estes jovens estão em busca de uma estabilidade, mas se arriscam em trabalhos incertos e instáveis. Eles classificam os empregos destinados a jovens como insatisfatórios e pouco favoráveis para que eles construam uma carreira profissional. A autora destaca o caso de um vendedor de loja, ele trabalha muito e recebe menos de quinhentos reais, como tem que ajudar a família, não sobra praticamente nada para investir nos estudos, embora ele deseje fazer faculdade.

Em suma, Mennella (2009, p. 213) entende que a definição do que constitui o precário é social, pois depende de uma construção social do que é uma inserção desejável no mercado de trabalho. Podemos dizer em outras palavras que a precariedade caracteriza-se quando se está numa situação onde suas necessidades não são atendidas, tanto materiais quanto subjetivas.

Os estagiários entrevistados na ETEJK são jovens que também estão em busca de uma estabilidade, nossa investigação explicita que, quando necessário, estes jovens estagiários se sujeitam a situações que descaracterizam o estágio, em prol de uma possível contratação futura, alcançando enfim a tão sonhada estabilidade. Além disso, eles acreditam que devem ser flexíveis para manter-se no mercado.

Flexibilidade que, em nossa opinião, é uma das principais causas da precariedade, por isso não podemos deixar de entendê-la melhor.

Sennett (2009, p. 53) faz um resgate da origem da palavra flexibilidade, explicitando para nós que os primeiros filósofos modernos como Locke e Hume, relacionavam a flexibilidade à capacidade do eu pensante em dobrar-se de um lado para o outro conforme os estímulos externos (sensações e percepções).

Somente após Adam Smith¹⁴, esse tipo de flexibilidade foi associada a virtudes empresariais. Enquanto, na mesma época, Mill afirmou que a flexibilidade gera liberdade pessoal. Sennett concorda com ele, pois o ser humano capaz de mudança, adaptável, é um ser humano livre (SENNETT, 2009, p. 54).

Sennett afirma que “[...] o sistema de poder que se esconde nas modernas formas de flexibilidade consiste em três elementos: reinvenção descontínua das instituições; especialização flexível de produção; e concentração de poder sem centralização” (SENNETT, 2009, p. 54).

A reinvenção descontínua das instituições se deve ao desejo de mudança exposto por manuais e revistas de negócios, mas não qualquer mudança, mudanças que trazem consequências para o nosso senso de tempo e alteraram para sempre nossas vidas. A mudança flexível busca que “o presente se torne descontínuo ao passado” (SENNETT, 2009, p. 54-55).

É “a flexibilidade como o fim do capitalismo organizado” (SENNETT, 2009, p. 57), e com essa desorganização aumenta a exploração dos trabalhadores sem que ele perceba com facilidade.

As empresas esperavam trabalhadores mais produtivos e maiores lucros com os cortes de pessoal realizados neste novo regime flexível, mas o que se obteve foram trabalhadores inseguros, com medo de novos cortes (SENNETT, 2009, p. 57-58).

¹⁴ É o pai da economia moderna, e é considerado o mais importante teórico do liberalismo econômico. Ele acreditava que a iniciativa privada deveria agir livremente, com pouca ou nenhuma intervenção governamental.

Apesar dos avanços tecnológicos, se analisarmos “[...] todas as formas de trabalho, de escritório e de fábrica, a produtividade reduziu-se como um todo”, em comparação com o passado recente (SENNETT, 2009, p. 58).

Mesmo o regime flexível sendo desorganizado e improdutivo, o que o capitalismo moderno pretende é atender a volatilidade da demanda do consumidor. Levando, assim, à segunda característica dos regimes flexíveis, “[...] a especialização flexível, que tenta por, cada vez mais rápido, produtos mais variados no mercado” (SENNETT, 2009, p. 59).

A especialização flexível permite que as demandas do consumidor determinem a estrutura da empresa, contando para isso, com a alta tecnologia e a rapidez das comunicações no mercado global (SENNETT, 2009, p. 60).

“O regime flexível é tão político quanto econômico”. Enquanto, os sindicatos de trabalhadores e administradores dividem o poder, o Estado proporciona uma rede assistencial, com pensões, educação e saúde. Essa rede de segurança pode ter mais ou menos benefícios dependendo do país (SENNETT, 2009, p. 60-61).

Sennett divide as economias políticas em dois grupos: Reno (Holanda, Alemanha e França) e anglo-americano (Grã-Bretanha e Estados Unidos). “[...] Os regimes do Reno tendem a pôr freios na mudança quando seus cidadãos menos poderosos sofrem, enquanto o anglo-americano tendem mais, a seguir as mudanças na organização e nas práticas do trabalho, mesmo quando os fracos podem pagar o preço” (SENNETT, 2009, p. 62).

Com isso, pode-se observar que “[...] o regime anglo-americano tem tido baixo desemprego, mas desigualdade salarial”. Enquanto, o regime Reno não tem aumentado muito a desigualdade salarial, mas o desemprego tornou-se alarmante. Essa diferença enfatiza que o modo de produção flexível é dirigido conforme a sociedade e suas limitações políticas (SENNETT, 2009, p. 62-63).

A terceira característica do regime flexível é a concentração sem centralização. A descentralização do poder é um falso ponto positivo desta

característica, pois as organizações pretendem que as categorias inferiores na organização do trabalho, pensem que possuem mais controle sobre suas atividades (SENNETT, 2009, p. 63).

O fim das hierarquias piramidais e a ausência de supervisores intermediários são tudo, menos processos descentralizantes. Além disso, “[...] a sobrecarga administrativa de pequenos grupos de trabalho com muitas tarefas diversas é uma característica frequente da reorganização empresarial” (SENNETT, 2009, p. 64).

O regime flexível não precisa de um superior com grandes poderes de comando, ele se utiliza de uma pedagogia política do capital, onde predomina a estratégia do convencimento, naturalizando a lógica do mercado no cotidiano social.

Outra demonstração que o poder hierárquico continua firmemente é a terceirização das peças de um determinado produto, enquanto que a marca famosa é um símbolo vazio, repassando quedas e fracassos na produção para as empresas dependentes. É essa rede de relações desiguais e instáveis que Sennett chama de “concentração sem centralização” (SENNETT, 2009, p. 64-65).

“Uma maneira de compreender como os três elementos do regime flexível se juntam está na organização do tempo no local de trabalho”. O flexitempo transformou os turnos fixos em um mosaico de horários (SENNETT, 2009, p. 65-66).

Apesar de parecer que o trabalhador tem maior liberdade com o flexitempo, na verdade, ele está preso a uma nova trama de controle. Antes, quando o horário era rígido com escala de folga, o trabalhador já sabia o que esperar, com o flexitempo, o trabalhador tem que estar sempre disponível quando for solicitado. Além disso, mesmo sem o supervisor rígido presente o tempo todo, o controle pode ser ainda maior por meio da internet. Acontece apenas uma troca de submissão ao poder presencial por outra eletrônica (SENNETT, 2009, p. 67-69).

Em suma, essa flexibilidade gera um competidor brutal, que acaba perdendo a ética muitas vezes, com capacidade de desprender-se do passado, muito tolerante a todo tipo de fragmentação, e está pronto para dobrar-se às demandas do

mercado. Ao passo que o trabalhador desempregado, se sente responsabilizado, acredita que não possui essas características e por isso está fora do mercado de trabalho, com isso naturalizando o desemprego estrutural.

2.3. AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO DO JOVEM

A juventude como questão social no mundo contemporâneo tem se apresentado sempre ligada a problemas de desordem social ou como fase transitória para vida adulta. Nesta fase transitória, o jovem é usualmente identificado como estudante, livre das obrigações do trabalho, pois ainda está se preparando para ser um adulto socialmente ajustado e produtivo. Atualmente, essa entrada para a vida adulta tem sido protelada, vem sendo concedido ao jovem um tempo a mais para seu pleno desenvolvimento, inclusive educacional, esse tempo a mais chamamos de moratória social. Assim o jovem adia sua entrada no mercado de trabalho em prol do aumento do capital humano (IPEA, 2008, p. 7-8).

Ao mesmo tempo em que houve um crescimento da população jovem nas décadas finais do século XX, abateu-se sobre as economias mundiais a crise do emprego. Essa crise mundial ameaça a entrada dos jovens no mercado de trabalho e evidencia o bloqueio à emancipação econômica do jovem (IPEA, 2008, p. 8-10).

Ainda que o jovem não consiga sua emancipação econômica, uma das principais características da fase adulta, isso não impede que o jovem vivencie experiências e responsabilidades da vida adulta como, por exemplo, ter filhos, mesmo que os criem na casa dos pais. A presença do jovem nas sociedades contemporâneas é marcante, bem como sua importância na formação de valores e práticas sociais. Inicia-se um movimento para tornar a juventude um modelo cultural em vários níveis, o que chamamos de juvenilização da sociedade (IPEA, 2008, p.10).

A pesquisa de opinião, “Perfil da juventude brasileira – 2003”, apontou entre outras coisas, segundo o IPEA (2008, p.10-13), as maiores preocupações dos jovens, como os riscos inerentes à condição juvenil. “[...] Tomando-se o ‘risco’ estritamente como uma ameaça à integridade e ao desenvolvimento do indivíduo,

com repercussões diretas sobre si mesmo e sobre a sociedade”. A quantidade de jovens com AIDS, dependentes químicos ou vítimas de violência faz com que do ponto de vista sanitário, o período etário de 15 a 29 anos seja considerado de alto risco.

O comportamento de risco do jovem está ligado às primeiras experiências de decisão autônoma, à afirmação de liberdade e à morte como uma possibilidade distante. O jovem brinca com a própria vida como um teste da rede de proteção, o que é muito importante na formação de sua nova identidade (IPEA, 2008, p.13-14).

No âmbito da escolarização, com base nos dados da pesquisa supracitada, pode-se dizer que a escolarização da maioria dos jovens é marcada por desigualdades e oportunidades limitadas. A universalização do acesso ao sistema educacional não garantiu um ensino de qualidade para todos, pois a escola não está preparada para lidar com a diversidade dos alunos, fazendo com que muitos jovens abandonem a escola antes até de concluir a educação básica. Mesmo aqueles que conseguem retornar mais tarde, encontram na escola noturna o mesmo currículo e práticas pedagógicas pautadas num aluno teórico que não condiz com a realidade (IPEA, 2008, p.14-16).

Muitas vezes, o jovem abandona a escola para trabalhar, mas isso vem diminuindo desde os anos 1970, embora as pesquisas mostrem que a qualificação não garante nada, diante da crise do emprego. A taxa de desemprego é maior entre os jovens quando comparada ao restante da população e a tendência é crescer. Por isso, os jovens se inserem no mercado de trabalho nas piores ocupações, sem garantias sociais e trabalhistas (IPEA, 2008, p.16-19).

Assim, o conceito de juventude vem se renovando, deixando de ser uma fase transitória para ser uma fase genuína da vida, requerendo assim, atenção político-social ao jovem como sujeito de direitos, independente de sua pluralidade de valores e práticas sociais. Não adianta apenas prolongar a juventude. A duração e a qualidade da juventude são determinadas pela condição socioeconômica do jovem. É preciso ampliar a Política Nacional de Juventude para que toda a população jovem brasileira possa ser beneficiada (IPEA, 2008, p. 9-28).

As políticas destinadas aos jovens desde o período imperial oscilam entre o controle e a assistência social como, por exemplo, a roda dos enjeitados que tinha por objetivo garantir moradia, sustento, vestuário, tratamento médico e educação. Para que, ao atingir a maioridade, o jovem fosse declarado apto para o ingresso no mundo do trabalho. Com o governo Vargas¹⁵, houve um avanço no reconhecimento da criança e do jovem como sujeito de direitos, mas as ações públicas continuaram no sentido de promoção de assistência e amparo, com a criação de instituições como o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Social da Indústria (SESI), entre outras (BELLUZZO e VICTORINO, 2004, p.8-19).

No final da década de 1990, houve um aumento nas políticas para a juventude em âmbito municipal. Mas em geral, essas políticas são subtemas da questão social e são criadas para resolver o problema da possível delinquência e não por reconhecimento do jovem como sujeito de direitos. Os projetos ou programas são desenvolvidos principalmente pelas Secretarias Municipais de Ação Social/Inclusão/Assistência Social, Educação, Cultura, Esporte e Segurança Pública. A maioria das ações é no campo da cultura e inserção social, porém, os objetivos dessas ações são muito diversificados e não ficam muito claros. Um aspecto inovador destas ações é que elas envolvem algum tipo de renda. Ao invés de ter um caráter assistencialista ou compensatório, podem ser consideradas como mecanismos de transferência de renda. Entre os 796 programas pesquisados por Sposito em municípios de regiões metropolitanas, 91,5% pressupõem alguma forma de remuneração. Nesses programas, o jovem é visto como fonte e vítima de problemas sociais, assim como protagonista do desenvolvimento de sua comunidade, visando que o jovem atue com autonomia e criatividade na transformação da comunidade onde vive. A concepção de cidadania está mais ligada à ideia de atividade socializadora, marcada pelo civismo, do que à ideia de direitos do jovem (SPOSITO, 2006, p. 238-254).

¹⁵ Aqui nos referimos ao governo do presidente Getúlio Vargas de 1937 a 1945, durante o Estado Novo implantado após um golpe de estado.

No âmbito federal, Programas como o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) e os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) implementados pela FAETEC, desenvolvem ações de cidadania e qualificação profissional, porém, é questionável a eficácia destas políticas, uma vez que o desemprego juvenil cresce tanto quanto o desemprego adulto, ou seja, o desemprego é um problema estrutural e não um problema apenas do Brasil ou América Latina. Esses programas de governo que visam à qualificação profissional como política de emprego também estão pautados no discurso das empresas de que há uma escassez de trabalhadores qualificados, mas não é possível essa comprovação e controle. O que temos visto é um mercado de trabalho onde predominam empregos precários e de baixa remuneração (IPEA, 2008, p. 145-159).

É importante analisar as políticas de qualificação profissional que visam proporcionar uma inserção do jovem trabalhador no mercado de trabalho e sua real eficiência, pois o desemprego é um dos principais problemas que acomete a população jovem. Precisamos refletir se esses programas de qualificação profissional têm aumentado o capital humano de nossos jovens ou apenas têm conformado-os para o desemprego inevitável. Será que o Estado com estes Programas, com discursos de iniciativa, empreendedorismo e cidadania, tem o objetivo de atribuir ao jovem à responsabilidade de gerar renda mesmo que esteja fadado ao desemprego?

3. A ATIVIDADE DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DE TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NA ETEJK

Para entendermos melhor nosso objeto de estudo, faz-se necessário uma descrição da FAETEC e da ETEJK, sua trajetória histórica e política. Nosso objetivo é explicitar todo caminho percorrido até os dias atuais pela instituição, entendendo que sua trajetória tem influência direta na visão educacional adotada pela unidade escolar. Essa construção histórica forma a sua identidade institucional e está relacionada com o modo em que a unidade escolar conduz o processo de estágio curricular.

3.1. A FAETEC E A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A sede da FAETEC está situada no espaço onde funcionava a extinta Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) vinculada à Secretaria de Estado de Serviço Social, destinada a prestar assistência ao menor, na faixa etária entre zero e dezoito anos de idade, no antigo estado da Guanabara. A FEBEM foi criada pela Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNABEM), responsável pela formulação e implantação da Política Nacional de Bem Estar do Menor (PNBEM) em todo o território nacional. A Lei Federal nº 4.513 de 01/12/1964 substituiu o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) pela FUNABEM, que tinha como função formular e implantar a PNBEM em todo o território nacional. Já a FEBEM tinha a responsabilidade de observar a política estabelecida e de executar nos estados, as ações pertinentes a essa política (RIO DE JANEIRO, 2010 - *texto em HTML*).

A Lei Estadual 1.534 de 27/11/1967 autorizou a instituição da FEBEM no estado do Rio de Janeiro. Segundo o governo, a FEBEM passou a ter a função de:

formular e implantar programas de atendimento a menores em situação irregular, prevenindo-lhes a marginalização e oferecendo-lhes oportunidades de promoção social. Na mesma época foi criada a Fundação Fluminense do Bem-Estar do Menor (FLUBEM), cuja área de abrangência era o antigo estado do Rio de Janeiro.

Pelo Decreto-Lei nº. 42 de 24/03/1975, a FEBEM passou a denominar-se Fundação Estadual de Educação do Menor (FEEM), resultante da fusão da FEBEM e da FLUBEM, quando os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro fundiram-se num único estado, o atual estado do Rio de Janeiro. A FEEM passou a ser um novo órgão, vinculado à SEE. Em 1983, passou a ser vinculada à Secretaria de Estado de Promoção Social e, posteriormente, em 1987, sua vinculação passou à Secretaria de Estado de Trabalho e Ação Social. Entretanto, a FEEM continuava reportando-se aos princípios e diretrizes da PNBEM, formulada e implantada pela FUNABEM (RIO DE JANEIRO, 2010 - *texto em HTML*).

Em 1990, no intuito de adaptar os estatutos da FEEM à nova Lei Federal do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o governador do estado do Rio de Janeiro, Moreira Franco, aprovou a Rede Estadual de Serviços para a Criança e o Adolescente, passando a FEEM a denominar-se Fundação Recanto, tendo em vista o fato de que a nomenclatura "menor" havia sido substituída nos documentos legais, pela nomenclatura "criança e adolescente". Segundo o governo, a fundação funcionaria como órgão técnico, com o objetivo de formular, implantar e executar, no que concerne, a política a ser desenvolvida em defesa dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Entretanto, não ocorreu um reordenamento institucional necessário a adequação a seus novos objetivos, mantendo-se o mesmo tipo de atendimento a crianças e adolescentes, o que demonstrava total desacordo com os direitos garantidos no novo panorama legal, embora algumas iniciativas tenham sido tomadas no sentido da descentralização político-administrativa, com a criação de Pólos de Articulação Regional, ainda que de forma não oficial (RIO DE JANEIRO, 2010 - *texto em HTML*).

A Política de Proteção Integral preconizada no ECA, com ênfase na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, veio substituir os modelos vigentes, provocando uma necessidade de reordenar o sistema existente. Em 1995, a então

Fundação Recanto passou a denominar-se Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). No ano de 1999, foi criada a Secretaria de Estado da Criança e do Adolescente (SECRIA), a qual a FIA passou a ser vinculada. Em 2000, a SECRIA foi extinta e a FIA vincula-se à Secretaria de Estado de Ação Social e Cidadania (SASC). Atualmente a FIA encontra-se vinculada à Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) (FIA, 2010 - *texto em HTML*).

Após todas essas mudanças na legislação, no prédio no bairro de Quintino, na cidade do Rio de Janeiro, onde funcionou a FEBEM, depois denominada Fundação Recanto e por fim a FIA, passou a funcionar o Centro de Educação Integrada (CEI) da SEE em 1996. Uma escola inspirada na obra do Anísio Teixeira, assim como o “Brizolão¹⁶” de Darci Ribeiro. Foi ele quem pensou nessa estrutura de ensino em que a criança fica o dia inteiro na escola, se alimenta e participa de atividades voltadas para a qualificação profissional. Um projeto pedagógico pioneiro, internalizando além da base comum da matriz curricular da educação básica, uma base interdisciplinar com as disciplinas de Educação Ambiental, Informática, Cidadania e Direitos Humanos. Além disso, o CEI contava com uma equipe de docentes, onde muitos tinham titulação de mestres ou doutores.

Com a reforma na legislação da Educação Profissional, regulamentada pelo decreto 2.208/97 e pela Portaria 646/97 que estabeleceu uma separação entre o ensino médio e o profissional, o estado do Rio de Janeiro criou a FAETEC para oferecer educação profissional gratuita em diversos níveis de ensino à população do Estado do Rio de Janeiro. Todas as escolas técnicas antes pertencentes à SEE passaram a pertencer à FAETEC, inclusive o CEI, onde passou a funcionar a sede da FAETEC.

Esta mudança se deu sob o argumento de que a educação profissional é a mola propulsora do desenvolvimento econômico e social. Portanto, essa reestruturação foi necessária para atender as demandas da produção flexível,

¹⁶ Durante o primeiro governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro (1983-1987), Darci Ribeiro, como vice-governador, criou, planejou e dirigiu a implantação dos Centros Integrados de Ensino Público (CIEP), um projeto pedagógico visionário e revolucionário no Brasil de assistência em tempo integral a crianças, incluindo atividades recreativas e culturais para além do ensino formal. O CIEP ficou, popularmente, conhecido como Brizolão.

retirando a educação profissional da SEE e vinculando a SECT, o foco volta-se totalmente para o avanço tecnológico e dinâmico que visa suprir os recursos humanos altamente qualificados que a produção flexível necessita (FOGLI, 2010, p.71).

Criada em 10 de junho de 1997, as Escolas Técnicas Estaduais da FAETEC sempre ofereceram o Ensino Médio e o Ensino Técnico de forma concomitante ou subsequente, na forma concomitante, os alunos têm aula das disciplinas técnicas pela manhã e das disciplinas do Ensino Médio à tarde, enquanto que na forma subsequente, os alunos só têm as disciplinas técnicas, geralmente esta modalidade é oferecida à noite. Porém, para o ingresso em 2013, a rede FAETEC promoveu a transformação de todos os cursos técnicos de nível médio na forma de concomitância interna, em integrados, com mudanças na grade curricular.

O que se espera por ensino integrado, não é uma mesclagem entre as disciplinas do ensino técnico e ensino médio, e sim uma real diminuição da dicotomia entre educação profissional e ensino propedêutico. Para que um dia não haja mais divisão entre educação da classe dominante e educação da classe menos favorecida, trabalho manual para os pobres e trabalho intelectual para os ricos.

3.2. A ETEJK E A FORMAÇÃO DO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

A ETEJK situa-se à Rua Jornalista Antonio de Freitas, número 76, no bairro Jardim América, no município do Rio de Janeiro. Segundo documentos de história e memória da escola, levantamentos realizados em 1987, o Jardim América é o bairro mais novo em comparação aos outros que se formaram no final do século XIX ao longo das linhas ferroviárias da Central e Leopoldina. A ocupação da área começou com loteamentos criados nos aterros feitos para a abertura da Avenida Brasil, em 1946. Era um bairro com população predominantemente de classe média, localizado entre o bairro de Vigário Geral, com o qual se limita na Praça Itapitanga, e a antiga área da Pavuna, que compreendia as terras do Engenho de Nossa Senhora da Conceição. Essa posição estratégica possibilita aos moradores acesso fácil a outros

bairros e municípios. Através da Via Dutra se chega rapidamente à Baixada Fluminense e a Avenida Brasil faz a conexão com o Centro do Rio de Janeiro.

A ETEJK foi criada em 17 de outubro de 1979 pelo decreto nº 2755 publicado em Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro nº 151 de 18 de outubro de 1979, fruto de um programa conjunto entre o MEC e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (ETEJK, 2012a, p. 1).

A inauguração ocorreu em 13 de março de 1980, como Centro Interescolar Juscelino Kubitschek (CIEJK) e era órgão integrante da SEE. O CIEJK foi criado para aprimorar o ensino na comunidade onde está inserido e habilitar jovens e adultos para o exercício profissional de atividades técnicas na indústria, comércio, serviços e saúde com cursos técnicos de Mecânica, Eletrotécnica, Assistente de Administração e Patologia Clínica, mantendo atividades em três turnos (CIEJK, 1984, p. 1).

O CIEJK não possuía setor de estágios e o regimento escolar na época, não mencionava o estágio, porém explicita como função do coordenador técnico manter-se atualizado com relação ao mercado de trabalho da sua área, promovendo visitas de alunos, intercâmbios, troca de experiências, participar do entrosamento escola-empresa, entre outras atividades. A parte prática era dada nos laboratório da escola e era responsabilidade do professor realizar uma avaliação prática (CIEJK, 1984, p. 16).

Somente em 1997, com a criação da FAETEC, o CIEJK passa a ser ETEJK, pois todas as escolas técnicas antes pertencentes à SEE passaram a pertencer à SECT, e subordinadas diretamente à FAETEC (ETEJK, 2012a, p. 1).

A ETEJK denomina-se uma Instituição Pública Fundacional de Educação Profissionalizante, que oferece Educação Profissional estruturada em duas modalidades de ensino articuladas: Educação Profissional Técnica de Nível Médio com Concomitância Interna, ou seja, Ensino Técnico e Ensino Médio concomitantemente; Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequente ao Ensino Médio, ou seja, Ensino Técnico para alunos que já concluíram o Ensino Médio;

e a partir deste ano, Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio (ETEJK, 2012a, p. 1).

Atualmente os cursos oferecidos pela ETEJK estão sob os eixos tecnológicos de Indústria, Saúde, Administração de empresas e Turismo e Lazer. A formação técnica é oferecida por meio dos cursos para alunos concluintes do nono ano do ensino fundamental em: Análises Clínicas, Eletrotécnica, Agenciamento de Viagens, Guiamento de Viagens e Administração, nas modalidades em concomitância com o Ensino Médio no período diurno; e Eletrotécnica, Administração e Hotelaria na modalidade subsequente que é direcionada para alunos concluintes do Ensino Médio, no período noturno (ETEJK, 2012a, p. 1).

Todas as vagas são preenchidas por meio de concurso, exceto para alunos concluintes do nono ano do ensino fundamental oriundos da rede de ensino FAETEC, que ocupam as vagas destinadas no edital para o ingresso direto (ETEJK, 2012a, p. 1).

No momento, a ETEJK ocupa uma área coberta de 4.571,75 m² e uma área descoberta de 562,20m². São vinte salas de aula (duas com recursos audiovisuais), seis laboratórios técnicos, uma empresa pedagógica e uma agência modelo de turismo, uma biblioteca, um refeitório e uma cozinha, dois laboratórios de informática, auditório com 110 lugares, uma sala de idiomas, uma quadra com pequena arquibancada e vestiário, uma sala para os trabalhos internos da equipe de educação física, uma sala de recursos multifuncionais para portadores de necessidades especiais (ETEJK, 2012a, p. 1).

A escola possui, também, os seguintes setores: Supervisão Pedagógica, Orientação Educacional, Coordenações Técnicas, Coordenação de Disciplinas e Coordenação de Turno, Secretaria, Setor de Estágio, Núcleo de Estudos de Línguas, Núcleo de Recursos Humanos, Setor de Patrimônio, Setor de Almojarifado, Serviços Gerais, Setor de Vigia, Setor de Manutenção e Gestão da tecnologia da informação (ETEJK, 2012a, p. 1-2).

A escola recebe verbas do Tesouro do Estado, por meio do sistema de descentralização de recursos, conhecido como Sistema de Descentralização de Recursos (SIDES). Essa verba costuma ser em torno de R\$ 65.000,00 anualmente (ETEJK, 2012a, p. 1).

A ETEJK possui 171 professores que atendem aos 1.442 alunos, sendo 1.200 do ensino concomitante e integrado; e 242 do ensino subsequente. Distribuídos nos seguintes cursos:

Tabela 01: Nº de alunos da ETEJK matriculados por curso e por modalidade de ensino - 2013

Curso	Modalidade de ensino	Alunos
Tecnólogo em Administração	Concomitante e Integrado	435
	Subsequente	89
Tecnólogo em Eletrotécnica	Concomitante e Integrado	314
	Subsequente	83
Tecnólogo em Análises Clínicas	Concomitante e Integrado	224
Tecnólogo em Guiamento de Viagem	Concomitante e Integrado	118
Tecnólogo em Agenciamento de Viagem	Concomitante e Integrado	109
Tecnólogo em Hotelaria	Subsequente	70
Total de alunos matriculados		1.442

Fonte: ETEJK (2012a, p. 2)

Cada coordenação técnica é responsável por fazer a ementa do curso, bem como, a matriz curricular. Mas de modo geral, a escola determina que:

[...] O profissional técnico habilitado em Administração está apto a compreender as atividades administrativas e de suporte logístico à produção e à prestação de serviços em qualquer setor econômico, quer seja público ou privado, possuindo assim a competência necessária para organizar o trabalho na empresa, tornando-o mais racional.

O profissional técnico habilitado em Eletrotécnica está apto a projetar e executar instalações elétricas domiciliares e industriais; detalhar projetos e auxiliar o engenheiro na construção de máquinas, motores e

aparelhos, manobrar usinas geradoras e subestações; auxiliar laboratórios tecnológicos e aferir instrumentos de medição, com a competência de executar tarefas referentes à construção, instalação e manutenção de sistema, de aparelhos elétricos e de comunicação.

O profissional técnico habilitado em Análises Clínicas detém conhecimentos técnicos específicos, possuindo a competência necessária para coleta e análise de materiais biológicos, subsidiando o diagnóstico clínico, o que contribui efetivamente para a promoção da saúde.

Ao profissional técnico habilitado em Agenciamento de viagens, Guiamento de viagens e Hospedagem compete operacionalizar ações em viagens, encarregando-se de tudo que as envolve: prestação de informações, venda de pacotes e/ou passagens, reserva de hospedagem, organização de roteiros e traslados. Organiza e promove vários eventos, do credenciamento ao receptivo, como também dá suporte à governança e gerência em hotéis e cruzeiros marítimos (ETEJK, 2012a, p. 2).

O quadro de funcionários da ETEJK é composto por: servidores públicos, contratados e terceirizados. São 174 servidores concursados regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro; 41 funcionários terceirizados e 31 contratados regidos pela Consolidação de Leis de Trabalho (CLT). Os funcionários terceirizados são contratados pelas seguintes empresas: Locanty, CNS, Facility e Átrio Rio. Atualmente, 83% dos funcionários possuem nível superior e os 17% possuem o Ensino Médio completo. Quanto aos docentes, a maioria trabalha de 11 a 20 anos na ETEJK (ETEJK, 2012a, p. 3).

A direção da ETEJK, que foi eleita por toda comunidade escolar, é composta por: Diretor Geral, Diretor Administrativo, Gestor Adjunto Pedagógico e Gestor Adjunto Técnico (ETEJK, 2012a, p. 3).

Quanto aos alunos, 18% deles são do bairro Jardim América, 17% são da Baixada Fluminense e 65% dos alunos atendidos são oriundos de outros bairros do município do Rio de Janeiro. Com base em levantamento realizado pela ETEJK nos últimos três anos, foi observado que a escola atende, principalmente, à população de classe média baixa e também a alunos oriundos de comunidades carentes. Contudo, 76% são oriundos da rede privada de ensino, enquanto 24% cursaram o nono ano do Ensino Fundamental em escola pública. (ETEJK, 2012a, p. 4-5).

A ETEJK determina como sua missão, “[...] contribuir para a formação dos alunos nos aspectos culturais, antropológicos, econômicos e políticos promovendo o desenvolvimento de competência técnica nas áreas de Administração, Análises Clínicas, Eletrotécnica, Agenciamento, Guiamento e Hotelaria”. Ela visa “[...] ser reconhecida como indutora de oportunidade de empregabilidade e de condições para a progressão dos estudos de cidadãos críticos com autonomia para realizar suas escolhas”. A ETEJK pretende, ainda, basear-se nos seguintes valores: “[...] iniciativa, saber lidar com conflitos, postura ética e política, valorização das pessoas, atitudes crítico-democráticas, formação para além do mercado, conferir liberdade com responsabilidade, inclusão e empregabilidade” (ETEJK, 2012a, p. 8).

O PPP construído pela comunidade escolar e fruto de muitas discussões, tem como objetivo nortear o trabalho pedagógico em toda sua abrangência (ETEJK, 2012b, p. 1).

A proposta do PPP é “[...] uma Escola de qualidade, democrática, participativa e comunitária, como espaço cultural de socialização e desenvolvimento do educando, preparando-o para o exercício de direitos e o cumprimento dos deveres, sinônimos de cidadania” (ETEJK, 2012b, p. 1).

A comunidade escolar espera que o PPP tenha caráter transformador, que por meio dele possam ser superados os principais problemas enfrentados por eles, tais como:

[...] a violência urbana, ocasionando obstáculos à continuidade das atividades pedagógicas; o índice de repetência baseado principalmente na defasagem de conhecimentos; a evasão causada por diferentes fatores, desvinculados da ação educativa; a dificuldade de compreensão e utilização dos critérios de avaliação e recuperação; a prática pedagógica conservadora resistente a mudanças, gerando barreiras a experiências inovadoras; algumas resistências ao trabalho interdisciplinar; e a necessidade de ampliação do espaço físico construído para melhor atendimento às necessidades da Unidade Escolar (ETEJK, 2012b, p. 2).

A comunidade escolar entende que essa mudança “[...] será possível se a escola for um espaço que contribua para a efetiva mudança social, ao mesmo tempo

em que acompanha as mudanças já ocorridas na sociedade em geral, na educação e no mundo do trabalho” (ETEJK, 2012b, p. 2).

Para a comunidade escolar da ETEJK, “[...] Escola Pública de qualidade é aquela que tem como pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser” (ETEJK, 2012b, p. 3). Pretende-se formar um cidadão crítico, que exerça sua cidadania, refletindo sobre as questões sociais e buscando alternativas de superação da realidade.

Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, são as grandes necessidades de aprendizagem relatadas na Reunião Internacional sobre Educação para o Século XXI da UNESCO. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Médio são fundamentados sobre estes princípios, trata-se de uma pedagogia das competências. Além disso, segundo as DCN, o Ensino Médio é o momento onde os conteúdos começam a se articular com o mundo do trabalho, pois adultos e jovens encaram essa etapa como uma qualificação para se tornarem trabalhadores (RAMOS, 2011, p. 772-774).

Por se tratar de uma escola técnica, a ETEJK “[...] tem como prioridade possibilitar ao alunado o desenvolvimento de habilidades e competências que permitam um pleno desempenho no mercado de trabalho” (ETEJK, 2012b, p. 3).

A pedagogia das competências orientou a reforma curricular realizada no final dos anos de 1990, mas sua tendência foi dar ao currículo um caráter tecnicista. Trata-se de um grande caminho a ser percorrido, para que além de um bom profissional atualizado com o mundo do trabalho, a escola possa formar um cidadão crítico, capaz de transformar a realidade.

Para alcançar a educação de qualidade que a escola deseja, eles elencaram algumas estratégias a serem desenvolvidas:

[...] a articulação contextualizada e interdisciplinar, o desenvolvimento de projetos, o atendimento extraclasse, a reformulação do currículo, a promoção de reuniões para levantamento de questões que permeiam a prática pedagógica, a valorização dos alunos, dos professores e da escola, a participação da família e da comunidade, tornando a escola prazerosa através da criação de um

ambiente harmonioso, amigo, em que se trabalhe com comprometimento, dedicação e amor, buscando o melhor sempre, enfrentando e superando os obstáculos que surgem através da participação efetiva e verdadeiro entrosamento, tomando decisões em conjunto, criando parcerias, partilhando todos os momentos, enfim, implementando a gestão participativa em que todos contribuem para uma escola de qualidade (ETEJK, 2012b, p. 3).

O PPP evidencia a gestão participativa por meio do conselho escolar, acreditando que isto garante a democratização da educação, o conselho é composto por: direção escolar, representantes do corpo docente e discente, representantes dos funcionários de apoio de cargos distintos, representantes de pais de alunos, representante do grêmio estudantil e representantes dos movimentos sociais organizados (associação de moradores, igrejas, unidades de saúde, etc..) (ETEJK, 2012b, p. 12).

Eles desejam também, a implantação de laboratórios de Biologia e de Expressão Artística, complementando os já existentes como: o de Física, Informática, Química e Sala de multimídia. Além dos laboratórios da área técnica: Empresa Pedagógica (para o Curso Técnico em Administração); Laboratório de Atmosfera explosiva, Eletricidade, Eletrônica e Instalações Elétricas (para o Curso Técnico em Eletrotécnica); Microscopia, Parasitologia-Urinálise-Bioquímica, Microbiologia e Coleta (para o Curso Técnico em Análises Clínicas); Agência de Turismo e Laboratório de Línguas Estrangeiras (para os Cursos técnicos em Agenciamento, Guia de Turismo) (ETEJK, 2012b, p. 5).

O PPP não prevê nenhuma mudança na forma como vem sendo conduzido o Estágio Curricular, tudo que se relaciona a estágio fica sobre responsabilidade do setor de estágios que é subordinado a DIVEST na FAETEC. O estágio curricular supervisionado é obrigatório e é realizado somente no Curso Técnico, ele faz parte da matriz curricular de cada Curso, com a carga horária de 400 horas (ETEJK, 2012b, p. 6).

O estágio supervisionado na ETEJK é obrigatório para alunos dos Cursos Técnicos que estejam cursando o terceiro ano do curso concomitante diurno, o quarto ano do curso concomitante noturno e o terceiro módulo do Subsequente, de

acordo com as matrizes curriculares. O estágio é realizado em empresas conveniadas à FAETEC ou por meio de agências integradoras também conveniadas (ETEJK, 2012b, p. 7).

Este ano, com o ensino integrado, o estágio foi retirado da matriz curricular, embora a direção, a supervisão pedagógica e os coordenadores técnicos tenham se posicionado contra, eles tiveram que acatar a decisão da FAETEC. Portanto, em 2015, quando os alunos que entraram esse ano estiverem no terceiro ano, só realizaram estágio se quiserem. A vantagem dessa mudança é que mesmo sem estágio, eles receberam sua certificação, enquanto que as turmas que ainda estão na matriz curricular de ensino médio e técnico concomitante, onde o estágio é obrigatório, mesmo sendo aprovado em todas as disciplinas da área técnica e do Ensino Médio, não recebem a certificação do curso técnico sem realizar estágio. Em alguns cursos, há casos de alunos que levam mais de um ano procurando estágio, após o término de todas as disciplinas.

A situação dos alunos portadores de deficiência é ainda pior na busca por estágios, pois enfrentam preconceitos em muitas empresas. Como uma das metas da escola é promover a inclusão, além do estágio oferecido pelas empresas conveniadas à FAETEC, a ETEJK desenvolve um Projeto de estágio curricular que é realizado na própria Unidade, oportunizando vagas, principalmente, para pessoas com deficiências. O Projeto está vinculado à FAETEC, que atua como interveniente no processo, e o estágio não é remunerado (ETEJK, 2012b, p. 6).

O PPP também incentiva o empreendedorismo, segundo a comunidade escolar, é importante a incorporação de disciplinas sobre este tema. Os Cursos técnicos em Administração, Guiamento e Agenciamento de viagens preveem em sua matriz curricular as disciplinas: evento e empreendedorismo, além de gestão ambiental. Ao mesmo tempo, a escola disponibiliza aos alunos vivência profissional por meio da empresa pedagógica do curso técnico de Administração e Agência modelo de turismo (ETEJK, 2012b, p. 13).

Entretanto, entendemos que o incentivo ao empreendedorismo é uma solução para a força de trabalho ociosa, pois sabemos que não há emprego para todos,

devido ao desemprego estrutural. Esta iniciativa, “[...] corrobora com a ideologia de que a pobreza e o desemprego é uma questão a ser resolvida no plano individual, por meio da iniciativa e soluções empreendedoras e criativas” (FLORO, 2011, p. 212).

A escola desenvolve ainda o Projeto Agenda 21, pois preocupa-se com as questões socioeconômicas e ambientais. Este é um trabalho de Educação Ambiental que envolve funcionários, corpo discente e docente. Seu objetivo é

[...] sensibilizar o cidadão para as necessidades das questões ambientais e suas consequências econômicas e sociais. Com as atividades desenvolvidas procuramos enfocar a questão do meio-ambiente urbano, mostrando as causas, consequências e formas de minimizar o caos atual e evitar o caos futuro. Dentre as ações desenvolvidas destacamos: destinação dos resíduos orgânicos para o processo de compostagem, viabilizado por uma parceria entre a ETE JK e a empresa VideVerde, sendo recolhidos semanalmente 250 quilos de resíduos orgânicos, o que corresponde a uma tonelada de lixo por mês, que deixa de ocupar os aterros e gera adubo orgânico (ETEJK, 2012b, p. 13).

Quanto o acesso à internet, a escola disponibiliza

[...] dois laboratórios de informática, um laboratório localizado no 2º andar que atende aos cursos técnicos, ensinando programas e utilitários específicos de cada área. O segundo laboratório é localizado no térreo. Este segundo laboratório é destinado ao Ensino Médio, oferecendo capacitação em informática educativa para docentes e também dando uma nova roupagem para aprofundamento das disciplinas, através de pesquisas on-line e uso de softwares específicos. Possuímos ainda a FAETEC digital, que possibilita o espaço para a pesquisa de alunos e comunidade (ETEJK, 2012b, p. 14).

A ETEJK também disponibiliza recursos audiovisuais ao corpo docente e discente, por meio da sala de multimídia da escola e auditório (ETEJK, 2012b, p. 15).

O PPP da ETEJK tem boas propostas e metas concretas, porém como isso se reflete na realidade? Até que ponto, as ideias saem do papel para a vida cotidiana da comunidade escolar? Será que esta visão de escola, influencia nas concepções sobre estágio? Com a pretensão de obter essas e outras respostas, analisaremos agora, as concepções pedagógicas e ideológicas de cada curso, bem

como a visão dos coordenadores técnicos sobre estágio, por meio de dados coletados da ementa do curso, da matriz curricular e entrevistas realizadas com os coordenadores.

Os coordenadores são eleitos pelos professores da área técnica, numa reunião registrada em ata, onde concorrem duas ou mais chapas. Quase todos os coordenadores e segundo eles, muitos professores também, trabalharam ou ainda trabalham em empresas de suas áreas técnicas, além de trabalhar como professor. Por isso, a visão empresarial é muito marcante nos cursos. Os cursos técnicos são totalmente voltados para o mercado de trabalho, e em formar um técnico que atenda as exigências deste mercado.

Os cursos também se utilizam da pedagogia da competência, a ementa do curso de Administração, por exemplo, diz que:

[...] o profissional deve ter integrado um sólido conjunto de conhecimentos, habilidades e competências, estar preocupado constantemente com seu desenvolvimento profissional continuado, com o domínio de pelo menos um segundo idioma, e que tenha a preocupação de aliar sua formação técnica com a formação humanística (Trecho da ementa do curso técnico em Administração).

É o velho discurso de saber de tudo um pouco, ser flexível, adaptar e colaborar o máximo possível dentro da empresa. Porém, entendemos que por trás da flexibilidade está uma reinvenção da exploração de sempre do capitalismo. Os coordenadores ensinam aos alunos a visão de mercado, que para ser competitivo e ter uma chance em uma grande empresa, precisa ser flexível e colaborativo. Entretanto, Floro (2011, p. 79) afirma que “[...] uso dos conceitos de competências e qualificação tem sido útil para “naturalizar” o desemprego estrutural que se instaurou na sociedade, ao passo em que o trabalhador é responsabilizado pela sua “ociosidade””.

Outro desafio é aliar a formação técnica com a humanística, pois nos cursos parecem coisas isoladas, quem quer ser técnico tem que dar mais atenção às disciplinas técnicas, enquanto que quem quer passar no vestibular dá mais atenção às disciplinas do Ensino Médio. Podemos perceber essa visão no discurso da direção, dos

coordenadores e até dos alunos. Com a implantação da matriz integrada este ano, talvez a comunidade escolar possa mudar essa visão daqui a alguns anos, pois algo tão enraizado, não se muda de uma hora para outra.

Desde os anos 1990, quando a reforma no Ensino Médio teve como objetivo formar para a vida, deixando questões como o trabalho e a cidadania serem definidos apenas como contextos do currículo. Bem como, a organização própria do Ensino Técnico desvinculada do Ensino Médio, embora os dois fossem oferecidos de forma concomitante. Diante disto, podemos afirmar que a reforma curricular do ensino médio no período FHC pode ser determinada pela separação do ensino médio da educação profissional (RAMOS, 2011, p. 772).

Somente com a revogação do Decreto n. 2.208/1997, pedra fundamental da reforma curricular que determina a separação do Ensino médio da Educação profissional, a lei passa a admitir que a articulação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional possa ocorrer de forma integrada, o que significa a formação básica e a profissional acontecerem na mesma escola, num mesmo curso, com currículo e matrículas únicas. (RAMOS, 2011, p. 775)

Embora o texto da lei se limite a junção das matrículas, as discussões e propostas de educadores vão além, Ramos (2011, p. 775-776) afirma que:

[...] ao defenderem a proposta de Ensino Médio Integrado, eles resgatam fundamentos filosóficos, epistemológicos e pedagógicos da concepção de educação politécnica e omnilateral e de escola unitária baseada no programa de educação de Marx e Engels e de Gramsci. Tais fundamentos convergem para uma concepção de currículo integrado, cuja formulação incorpora contribuições já existentes sobre o mesmo tema, mas pressupõe a possibilidade de se pensar um currículo convergente com os propósitos da formação integrada – formação do sujeito em múltiplas dimensões, portanto, omnilateral – e da superação da dualidade estrutural da sociedade e da educação brasileiras.

Entendemos que uma escola de qualidade deve ter um currículo como pensado por Gramsci, onde há uma relação entre partes e totalidade. “[...] Ele organiza o conhecimento e desenvolve o processo de ensino-aprendizagem de forma que os

conceitos sejam apreendidos como sistema de relações históricas e dialéticas que constituem uma totalidade concreta” (RAMOS, 2011, p. 776).

Os cursos técnicos da ETEJK, por enquanto, só uniram as matrículas, eles ainda não conseguiram chegar neste currículo onde “[...] as disciplinas escolares são responsáveis por permitir apreender os conhecimentos já construídos em sua especificidade conceitual e histórica; ou seja, como as determinações mais particulares dos fenômenos que, relacionadas entre si, permitem compreendê-los” (RAMOS, 2011, p. 776). Pois, predomina apenas a visão de mercado.

Entretanto, não podemos deixar de dizer que há esforços para se alcançar um currículo, realmente, mais integrado. A ementa do curso de Agenciamento de viagens afirma que:

[...] a proposta do Ensino Médio Integrado ao Curso Técnico de Nível Médio surge da necessidade social de superação de um modelo educacional dividido entre um Ensino Médio voltado para o prosseguimento dos estudos em cursos de nível superior e um Ensino Profissionalizante voltado para a inserção no mercado de trabalho. Tal divisão direcionou a oferta destes cursos para classes distintas da sociedade, restringindo o acesso a um ou a outro. O Curso Técnico de Nível Médio em Agenciamento de Viagem, do eixo tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer, tem como pressupostos promover uma educação científico-tecnológica e humanística visando à formação integral do profissional-cidadão crítico-reflexivo, com competências éticas e técnicas e em condições de atuar no mundo do trabalho. Sendo capaz de lidar com a rapidez da produção dos conhecimentos científicos e tecnológicos e de sua transferência e aplicação na sociedade em geral.

Para que essa proposta se realize o curso integrado deve promover que a educação geral e a educação profissional se tornem inseparáveis em todos os campos, acabando com a visão de que a educação geral é para quem quer prosseguir com os estudos e a educação profissional para quem quer entrar no mercado de trabalho.

3.3. A LEGISLAÇÃO DE ESTÁGIO

Na Idade Média, na Europa, os acadêmicos aplicavam seus conhecimentos em atividades práticas. Os estudos eram utilizados para concretizar trabalho. Entretanto, aos poucos, a intelectualidade se tornou um marco na educação europeia (REIS, 2012, p. 120).

No século XIX, a universidade tem como base o ensino teórico, o intelectual que aprofundava-se em seus estudos, muitas vezes se alienando do mundo. O cultivo dessa intelectualidade era considerado imprescindível para a formação das elites (REIS, 2012, p. 120).

A partir do avanço tecnológico, começou um apelo à prática, o aluno não poderia mais ficar alienado dos problemas do mundo contemporâneo. Em 1975, a 60ª Conferência Internacional do Trabalho, determinou algumas recomendações sobre a orientação profissional e a formação profissional inicial. O Art. 18 e 19 dissertava que os programas e cursos de formação inicial para jovens com pouca ou nenhuma experiência, deveria articular teoria e prática. Devendo o educando ter a formação prática sempre que possível na empresa, ou em situações que correspondam ao ambiente real de trabalho (REIS, 2012, p. 120).

No Brasil, a história do estágio na legislação tem seu marco no Decreto-lei nº 1.190 de 1939, art. 40, § 2º, que tratava sobre as aulas práticas da Faculdade Nacional de Filosofia, Ciência e Letras, que determinava que as aulas práticas seriam realizadas nas empresas visando a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos nas aulas (REIS, 2012, p. 123).

Antes do surgimento da primeira LDB, o ensino acadêmico era totalmente desvinculado do ensino profissionalizante, a maioria dos cursos profissionalizantes nem mesmo ministravam disciplina de educação geral. Nestes cursos, estruturados por volta de 1942 a 1946, se mencionava muito pouco sobre o estágio, o Decreto-lei nº 4.073 de 1942, no seu art. 48, prescrevia que a instituição de ensino e o estabelecimento comercial deveriam se articular para garantir a realização do estágio, períodos de trabalho, realizados pelo o aluno sob o controle de uma

autoridade docente. Já o art. 49, afirmava que os alunos poderiam fazer excursões, acompanhados de uma autoridade docente, visando à observação das atividades relacionadas com seu curso (REIS, 2012, p. 123).

Em 1946, o Decreto-lei nº 8.777, regulamentava o registro de professor no MEC, que exigia do candidato a comprovação da prática ou estágio como docente, para a habilitação profissional (REIS, 2012, p. 124).

O primeiro conjunto de regras que diziam respeito aos direitos e deveres de todas as partes envolvidas no estágio, foi criada pela Portaria nº 1.002 de 29 de setembro de 1967, do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Ficaram instituídos então, os contratos padrão de Bolsa de Complementação Educacional que deveriam constar, obrigatoriamente:

[...]

- a) A duração e o objeto da bolsa que deverão coincidir com programas estabelecidos pelas Faculdades e Escolas Técnicas;
- b) O valor da bolsa, oferecida pela empresa;
- c) A obrigação da empresa de fazer, para os bolsistas, seguro de acidentes pessoais ocorridos no local de estágio;
- d) O horário do estágio (REIS, 2012, p. 124).

A Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, estabeleceu o estágio como uma forma de cooperação entre empresa e escola, sem vínculo empregatício. Esta norma instituiu o Ensino de Segundo Grau, tornando obrigatória a profissionalização. Com isso, houve uma maior demanda para os estágios profissionalizantes, destacando-se o trabalho dos agentes de integração, públicos ou privados, mas a lei não mencionava o trabalho destes agentes (REIS, 2012, p. 125).

Com o Estatuto da Criança e do Adolescente, também passou a ser assegurado o direito ao trabalho do adolescente portador de deficiência, bem como, o direito a aprendizagem e a formação técnico-profissional. Para assegurar esse direito, a Lei nº 8.859 de 23 de março de 1994, veio modificar os dispositivos existentes, tornando obrigatória a atividade de estágio nas grades curriculares dos cursos de

nível superior, profissionalizante de segundo grau, ou escolas de educação especial (REIS, 2012, p. 126).

Em 20 de dezembro de 1996, todas as leis sobre a educação foram consolidadas na LDB, o art. 82 dizia que os sistemas de ensino estabeleceriam suas normas para a realização do estágio, sem deixar de observar a lei sobre a matéria. A LDB deveria seguir ainda os parâmetros estabelecidos na Lei nº 6.494/77, que estabelecia que o estágio deveria proporcionar complementação do ensino e da aprendizagem escolar, além de não ultrapassar a carga horária diária de quatro horas (REIS, 2012, p. 126).

Em 2008, a nova lei de estágio alterou o regime jurídico do contrato de estágio, definindo novas responsabilidades das partes contratantes. A lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, dispõe sobre o estágio de estudantes e altera:

[...] a redação da art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto nº 87.497/82, Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis ns. 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências (REIS, 2012, p. 12).

O principal objetivo da lei é evitar que o estágio assuma um caráter não educacional, confundindo-se com uma relação empregatícia, pois sua principal finalidade é a educação e não a produção (REIS, 2012, p. 156).

Em concordância com a lei nº 11.788/2008, a FAETEC publicou a Portaria 282, de 17 de junho de 2009, que estabelece normas e procedimentos para a realização do estágio profissional supervisionado nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, complementando as normas já estabelecidas no Regimento Norteador das Unidades Escolares da Educação Básica/Técnica da Rede FAETEC.

3.4. O ESTÁGIO NA ETEJK

Começaremos descrevendo a concepção de estágio dos cursos técnicos do Ensino Médio e Técnico Concomitante diurno, para isso, entrevistamos cinco coordenadores técnicos dos cursos desta modalidade.

O papel dos coordenadores técnicos no processo de estágio curricular é verificar se o aluno está apto à realização do estágio. O coordenador verifica a vida escolar do aluno, para estar apto a realização do Estágio Curricular, o aluno do Ensino Médio e Técnico Concomitante diurno, deve estar no terceiro ano e não pode estar devendo nenhuma disciplina da área técnica do primeiro e segundo ano, porém não há problemas se estiver cursando dependência de disciplinas do Ensino Médio. Mais um exemplo, do quanto está enraizado nos cursos, essa dicotomia. Formação técnica e formação humanística não se relacionam, em nenhum momento, os coordenadores fizeram alguma relação neste sentido.

De modo geral, os coordenadores técnicos consideram o estágio curricular como uma complementação da teoria, que permite o aperfeiçoamento profissional, aplicando os conhecimentos adquiridos em sala de aula. Outra dimensão do estágio curricular é o amadurecimento do aluno, os coordenadores destacaram que os alunos se tornam mais maduros após a realização do estágio, segundo eles, é nítido a mudança de postura dos alunos. Eles afirmaram ainda, que o estágio curricular é o momento onde o aluno vai decidir se é mesmo aquela profissão que ele quer seguir. Os coordenadores concordam também, que o estágio curricular facilita a entrada no mercado de trabalho, eles passam isso para os alunos, mas a realidade é que a maioria das empresas onde os alunos estagiam são públicas e com poucas chances de uma contratação de forma terceirizada. Como demonstrado no Gráfico 9.

Quanto à importância, todos os coordenadores técnicos concordam que o estágio é muito importante. Mesmo com a implantação da matriz integrada, onde o estágio foi retirado da grade e deixa de ser curricular obrigatório, os coordenadores continuam incentivando o aluno a realizar o estágio e orienta os professores a fazerem o mesmo, desde o primeiro ano. Todos os coordenadores foram contra a

FAETEC retirar o estágio da matriz curricular, mas a escola é subordinada a FAETEC e nada pôde ser feito para voltar atrás com essa decisão.

Apenas um coordenador técnico considera possível a formação de um técnico sem a realização do estágio, a coordenadora de Guiamento afirma que o aluno tem uma formação prática na escola e treinamento em saídas técnicas obrigatórias para obter a carteira de Guia. Segundo ela, isso já seria suficiente para considerá-lo apto a profissão, porém o estágio não deixa de ser importante, ela enfatizou que o estágio é uma forma de criar um vínculo com a empresa e conseguir um emprego.

Todos os coordenadores afirmam que o estágio curricular tem permitido aos alunos relacionar teoria e prática, complementando o processo de ensino/aprendizagem. Segundo eles, os alunos dão esse retorno, comentando que os conteúdos aprendidos em sala de aula foram utilizados no estágio.

Porém, o coordenador de Eletrotécnica faz uma ressalva, para ele, essa relação teoria e prática depende da empresa onde o aluno estagia, pois existem empresas que proporcionam aos estagiários bom material e equipamentos que permitem que eles relacionem a prática na empresa com a prática no laboratório da escola. Ou seja, há empresas que não oferecem nenhum conhecimento ao estagiário, eles ficam presos ao que já aprenderam na escola ou até em situação pior, enquanto outras oferecem ainda mais do que a prática vista na escola, proporcionando uma complementação do processo de ensino/aprendizagem.

O coordenador de Agenciamento ressaltou ainda, que é preciso que o professor se atualize para que o aluno possa relacionar teoria e prática na realização do estágio, ele nos contou que ainda tem professores que passa o conteúdo de reserva de bilhetes aéreos no papel, enquanto que hoje em dia tudo é feito pela internet, a pessoa compra uma passagem no site e recebe o código para o *check-in* no celular. Por outro lado, também há muitos professores recém saídos da universidade e que nunca trabalharam com Agenciamento, ou seja, não tem experiência prática, tornando difícil proporcionar ao aluno relacionar teoria e prática, se nem mesmo o professor consegue fazer essa relação.

Em suma, podemos dizer que para o aluno relacionar teoria e prática no estágio, complementando sua formação, a escola e a empresa devem proporcionar o acesso às novas tecnologias, explicitando para o aluno todo o conhecimento teórico e científico que envolvem os processos, para que a prática permita um complemento do processo de ensino/aprendizagem.

Consideramos que trabalho precário é uma construção social de acordo com aquilo que cada sujeito entende por uma inserção desejável no mercado de trabalho, considerando as suas necessidades materiais e subjetivas. Por isso, determinamos como importante, a visão dos coordenadores técnicos sobre o trabalho precário e vamos expor o que eles conceituam como trabalho precário.

Na opinião dos coordenadores técnicos, as empresas têm que oferecer recursos tecnológicos atuais, bem como todas as ferramentas necessárias para a realização das atividades no estágio. Além disso, o aluno deve estar preparado tecnicamente para desenvolver as atividades no estágio.

Portanto, para eles, o estagiário se encontraria numa situação de trabalho precário se a empresa não oferecer condições para que ele desenvolva bem suas atividades, tendo a sua disposição todos os recursos tecnológicos necessários ou se o próprio estagiário não estiver bem preparado tecnicamente para realizar as atividades com eficácia. O que eles acreditam que raramente acontece.

Acreditamos que o estágio pode ser uma forma de trabalho precário toda vez que se descaracteriza da sua real função que é relacionar teoria e prática, visando complementar o processo de ensino/aprendizagem. Sua função não é abrir as portas do mercado de trabalho, nem fazer com que o jovem seja contratado pela empresa em que estagia, a função o estágio é pedagógica, não empresarial. Toda vez que o estágio deixa de ser um ato pedagógico para se tornar um ato empresarial, o estágio se descaracteriza do seu verdadeiro papel, tornando-se uma forma de trabalho precário, o estagiário, neste caso, está apenas sendo usado pela empresa.

Segundo os coordenadores técnicos, os pontos positivos do estágio são:

- O amadurecimento do aluno, há uma mudança de comportamento quando eles começam a estagiar;
- A visão empresarial que ele adquire;
- Aquisição de experiência profissional.

Quanto aos pontos negativos do estágio, os coordenadores explicitaram:

- Quantidade de empresas conveniadas insuficientes na área de Turismo e Eletrotécnica, além da vasta burocracia para a empresa que quer se conveniar. Professores tentam indicar seus locais de trabalho para se conveniar, mas é um processo muito longo. Enfim, a demanda dos alunos é superior à demanda das empresas cadastradas;
- A falta de remuneração para os estágios na área de Turismo, somente este ano, a FAETEC passou a oferecer bolsa para os estagiários da Agência Modelo de Turismo. Sem remuneração, torna-se difícil para o próprio aluno pagar seu transporte, pois o eixo de Turismo aqui no Rio de Janeiro é distante da escola, geralmente, eles conseguem estágio na Barra da Tijuca ou na Zona Sul. Com tantas dificuldades, desde 2010, a coordenadora tem observado que muitos acabam desistindo da certificação do técnico;
- A falta de oportunidade de crescimento dentro da empresa;
- O tempo gasto fora da escola prejudica os estudos, devido a grande quantidade de disciplinas que ele ainda está cursando no terceiro ano. A liberação do estágio só no terceiro ano atrapalha os alunos, porque além da grande quantidade de disciplina, em torno de 18 a 20, eles estão preocupados com carreira e acesso ao Ensino Superior;

- As empresas que querem fazer do aluno, um trabalhador.

Os coordenadores técnicos conseguiram apontar mais pontos negativos do que positivos, então por que eles insistem que o estágio é fundamental? Por que dão tanto valor a esse contato com a empresa e o mercado de trabalho? Além disso, a maioria das empresas, onde se encontram os estagiários da ETEJK são públicas e sem chance de contratação.

Acreditamos que parte da população jovem está fadada ao desemprego, o discurso da qualificação contínua para conseguir se colocar no mercado de trabalho, colabora para naturalizar o desemprego estrutural e responsabilizar o jovem pelo seu próprio fracasso.

Já constatamos que a concepção de estágio dos cursos técnicos é uma visão empresarial, onde valoriza-se, principalmente, o contato do jovem com o mercado de trabalho. Para os coordenadores técnicos, mesmo quando o jovem não consegue relacionar teoria e prática, o estágio ainda vale a pena.

Após o aluno receber a autorização para estagiar do coordenador técnico, ele se dirige ao setor de estágio para receber informações sobre todo o processo que envolve o estágio. Por isso, descreveremos agora, toda a rotina do setor de estágio, além de como os funcionários e a coordenadora deste setor entendem o Estágio Curricular, por meio das entrevistas realizadas e da observação não participante. Todo processo para começar o estágio envolve muita burocracia, uma das grandes reclamações de alunos, coordenadores e professores orientadores, além disso, todos os problemas chegam primeiro ao setor de estágio, os estagiários recorrem a este setor o tempo todo.

O setor de estágio tem uma coordenadora que é pedagoga e graduada em Direito. Ela chegou à escola recentemente, em julho deste ano, e foi logo convidada a coordenar o setor de estágio devido possuir uma experiência anterior como coordenadora do setor de estágio de um curso de educação à distância. O setor de estágio estava sem coordenador desde 2010, quando eu ainda trabalhava lá, isso porque o setor de estágio é visto pela direção e pelos coordenadores técnicos como

um setor administrativo, com a função única de cumprir a burocracia exigida pela FAETEC. O setor de estágio é alvo de constantes críticas, devido à quantidade de exigências a cumprir pelos alunos que são determinadas pela DIVEST da FAETEC. Em nossa observação durante uma reunião de estagiários dos cursos da área de Turismo, todos os alunos reclamaram do setor de estágio e a professora orientadora concordou com eles que o setor “complica” a vida do aluno.

Contudo, entendemos que é necessário cumprir certos tramites, como a assinatura do contrato, pois garante todos os direitos dos estagiários e deveres da empresa, ou a exigência que a empresa seja conveniada, pois significa que a FAETEC verificou as condições em que os alunos irão estagiar.

O setor de estágio tem também dois funcionários administrativos, um deles já trabalha lá há uns cinco ou seis anos e possui somente Ensino Fundamental completo, ele é o mais experiente do setor e sempre tira as dúvidas da coordenadora ou do outro funcionário que trabalha lá pouco mais de um ano, este é universitário, estuda Direito. Deveria atuar também no setor de estágio, os professores orientadores como determinado no Art. 54 do regimento escolar, que diz que eles compõem a equipe do setor de estágios, bem como o Art. 73 que lista as atribuições do professor orientador, e um deles é atuar no setor de estágio. Entretanto, os professores orientadores atuam na sala da coordenação técnica, não tem horário definido para atender os alunos, que geralmente, só consegue falar com eles no dia da reunião de estagiários. Por isso, o aluno recorre mais aos funcionários do setor de estágio quando tem alguma dúvida a esclarecer.

A equipe de trabalho do setor de estágios define como sua principal atividade, informar aos alunos sobre estágio, essas informações são sobre todos os processos que envolvem o estágio, sobre a legislação de estágio, sobre as empresas conveniadas ou que queiram se conveniar, etc.

Os alunos aptos a estagiar chegam ao setor de estágio procurando uma vaga de estágio na sua área, e é orientado a procurar no mural do setor, pois não existe nenhum tipo de cadastro ou seleção prévia para as vagas, a seleção é feita pelas

empresas. Todas as vagas ficam disponíveis no mural, bem como, uma cópia do formulário com os dados das vagas de estágio é enviado para a coordenação técnica.

Quando o aluno encontra uma vaga a qual quer se candidatar, ele solicita no setor de estágio uma carta de apresentação, que deverá ser entregue na empresa, esta carta diz que ele está cursando o último ano do curso técnico e precisa realizar estágio curricular obrigatório, com carga horária de 400 horas.

Se o aluno consegue a vaga, ele recebe da empresa três vias do termo de compromisso e o entrega no setor de estágio, os funcionários do setor que irão conferir se todos os dados do termo estão corretos, levar para o diretor da escola assinar e devolver para o aluno, tudo no prazo máximo de três dias úteis.

O funcionário do setor de estágio verifica:

- Se o período de estágio não ultrapassa um ano, pois embora a lei de estágio determine que o período de estágio possa ser até dois anos, a Portaria nº 282/2009 da FAETEC determina, entre outras coisas, que o período de estágio não pode passar de um ano.
- Se consta o número da apólice do seguro contra acidentes pessoais que o aluno deve obrigatoriamente ter.
- Se a lista de atividades a serem desenvolvidas no estágio está compatível com o curso técnico, embora acreditamos que o professor orientador seria mais apto a avaliar esta questão, mas como ele não atua no setor de estágios, cabe aos funcionários administrativos avaliar este item, de acordo com sua experiência no setor.

Embora, os alunos reclamem de toda essa verificação, ela é necessária para proteção do próprio aluno, para que tudo se estabeleça conforme a lei de estágio e as normas da FAETEC. Depois dos termos de compromisso assinado, uma via é

arquivada na pasta do aluno na secretaria escolar, outra fica para o aluno e a última via, ele devolve para a empresa.

Neste momento é entregue ao aluno, o que o setor de estágio chama de kit estagiário, composto pelos seguintes formulários:

- Ficha de acompanhamento do aluno, este formulário é para preenchimento mensal sobre o andamento do estágio, devendo o aluno levá-lo na reunião mensal de estagiários e pedir a assinatura do professor orientador a cada mês, como forma do professor estar ciente das atividades desenvolvidas pelo estagiário na empresa.
- Relatório de estágio, este é um questionário que o aluno preenche sobre suas atividades, dificuldades, pontos positivos e negativos no estágio. Este formulário deve ser entregue ao professor orientador a cada seis meses que deve assinar como forma de tomar ciência, e ao coordenador técnico no final do estágio. O coordenador também assina e depois esse documento deve ser arquivado na pasta do aluno na secretaria escolar.
- Ficha de frequência e avaliação de estágio, este formulário é preenchido pela empresa, o supervisor de estágio da empresa avalia o estagiário em diversos aspectos, na metade e no final do estágio, assina e carimba. Depois de devidamente preenchida e assinada, esta ficha é entregue ao coordenador técnico. Ele juntamente com o Relatório de estágio emite parecer da situação final do estagiário, aprovado ou reprovado, depois esse documento deve ser arquivado na pasta do aluno na secretaria escolar.

Quando os coordenadores técnicos recebem os formulários preenchidos pelos alunos no final do estágio, eles devem comunicar ao setor de estágio o término do estágio por meio do relatório mensal dos estagiários. Este

relatório é utilizado para o controle e estatísticas que devem ser enviadas a DIVEST na sede da FAETEC todo mês. Além do kit com os formulários, o estagiário recebe a orientação de que precisa comparecer a todas as reuniões mensais de acompanhamento obrigatoriamente.

A equipe que trabalha no setor de estágio, entende que o estágio é muito importante para futura carreira profissional, é o momento onde o estagiário coloca em prática aquilo que aprendeu em sala de aula, relacionando teoria e prática. Segundo eles, cabem ao professor orientador e ao coordenador técnico ficar atento para que o estagiário consiga fazer essa relação entre teoria e prática, e nos casos onde isso não ocorre, pedir o cancelamento do estágio e disponibilizar para o aluno, uma nova vaga onde ele possa ter essa vivência.

Quanto ao estágio deixar de ser obrigatório, a coordenadora do setor de estágio acredita que o aluno se torna um bom técnico conforme seu esforço pessoal, o estágio é importante, mas não determina que o estagiário será um profissional eficiente. Além disso, ela acredita que nem todas as empresas proporcionam aos alunos relacionar teoria e prática, muitas não estão preocupadas com isso, só contratam estagiários pelas vantagens e/ou incentivos do governo.

Concordamos com a coordenadora e vamos além, se o aluno tem laboratórios onde exercem a prática profissional, que é o caso da ETEJK, o estágio não se torna indispensável, visto que o objetivo do estágio é relacionar teoria e prática, não é conseguir emprego nem já ir se adaptando ao mercado de trabalho. Além disso, a visão empresarial é marcante nos cursos técnicos, não é preciso o aluno passar por uma empresa para ter essa visão, e a maioria das empresas onde se encontram os estagiários são públicas sem chance de contratação.

Para o setor de estágio, o papel da escola é fiscalizar a empresa para que ela cumpra com seu papel e ofereça um estágio que proporcione ao aluno relacionar teoria e prática. Bem como, ofertar estágio a todos os alunos e cumprir com toda a burocracia que envolve o estágio. Segundo eles, a escola tem conseguido cumprir esse papel, e para isso, o setor de estágio tem sido fundamental, eles têm conseguido detectar problemas e encaminhando à coordenação técnica e professores

orientadores, para análise do problema e se preciso, solicitar à FAETEC o desligamento da empresa.

Entendemos que a escola tenta cumprir seu papel e tem mecanismos para isso, porém os recursos disponíveis não são bem aproveitados. O professor orientador tem que disponibilizar 20 horas da sua carga horária para esta função, mas eles não cumprem esta determinação. A maioria só atende os estagiários no dia da reunião, nos outros dias em que deveriam estar disponíveis, geralmente, eles comparecem na sala da coordenação técnica, permanecem um tempo e vão embora, não há uma rotina. Se eles cumprissem o que determina o regimento escolar, talvez a escola cumprisse melhor o seu papel, o professor orientador deveria atuar no setor de estágios, com um horário fixo, o que permitiria ao aluno procurá-lo em seu horário sempre que for preciso. O professor orientador poderia acompanhar melhor o estagiário se, de fato, os relatórios fossem levados a sério. A reunião de estagiários é obrigatória para que aconteça um acompanhamento mensal, mas nem todos os professores orientadores cobram dos alunos o relatório, eles apenas perguntam aos alunos se querem relatar algum problema que estejam enfrentando no estágio. Dessa forma, os alunos podem ou não relatar como está o desenvolvimento do seu estágio, e se eles não relatam, não há como o professor orientador garantir que o papel da escola se cumpra, pois cabe a escola como diz o Art. 7º da lei de estágio: “[...] zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas; e elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos” (BRASIL, 2008).

Quanto ao papel da empresa, a equipe do setor de estágio acredita que a empresa deve cumprir as exigências da lei, como por exemplo, pagar o seguro contra acidentes pessoais. A empresa deve se preocupar com o conhecimento do aluno, não apenas em utilizar sua força de trabalho ao máximo.

Concordamos com a equipe do setor de estágios da ETEJK, a lei de estágio é bem clara, portanto basta que cada parte cumpra seu papel para que o estágio seja, de fato, um ato educativo. O Art. 9º afirma que também cabe à parte concedente zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, além de “[...] ofertar

instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural” (BRASIL, 2008).

Quanto ao papel do agente de integração, a equipe do setor de estágios afirma que é cadastrar os alunos, ajudando os mesmos a encontrar uma vaga de estágio adequada ao seu curso técnico.

Segundo a lei de estágio, os agentes de integração funcionam como auxiliares no processo de instituição do estágio, mas também tem responsabilidade em relação à empresa, o Art. 5º estabelece que “[...] os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso” (BRASIL, 2008). Ou seja, se a empresa indicada por um agente de integração utiliza a força de trabalho do estagiário, em funções que não correspondam ao seu curso técnico, o agente de integração pode e deve ser responsabilizado.

Para a equipe do setor de estágio, cabe ao aluno procurar estágio nas empresas e agentes de integração conveniados à FAETEC, cumprir com toda a burocracia e aproveitar o momento do estágio para seu amadurecimento pessoal e profissional.

Acreditamos que o aluno deve ir além do exposto pela equipe do setor de estágio, o aluno deve, principalmente, conhecer a lei de estágio, é nítido que eles não conhecem a lei, um estagiário relatou no questionário aplicado, por exemplo, que gostaria que a lei permitisse a contribuição para a previdência. No entanto, a lei permite a contribuição para a previdência, o Art. 12, afirma, entre outras coisas, que “[...] o educando poderá inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social” (BRASIL, 2008). O aluno mais informado de seus direitos e deveres, entendendo o real papel do estágio na sua formação, poderá aproveitar melhor seu estágio e identificar, caso ocorra, alguma irregularidade.

O aluno da ETEJK só pode realizar o estágio curricular em empresas conveniadas com a FAETEC, isso porque a FAETEC verifica se a empresa é séria e se possui instalações que possam proporcionar ao estagiário relacionar teoria e prática

de acordo com seu curso técnico. Quando uma empresa quer se conveniar à FAETEC para receber estagiários, o primeiro passo é preencher um formulário e entregar no setor de estágio da escola, para ser encaminhado à DIVEST. A DIVEST e o setor jurídico da FAETEC que realizarão os tramites para a firmação do convênio.

As visitas às empresas ocorrem no momento do cadastramento, realizadas pela FAETEC, uma vez conveniada, a empresa não recebe mais nenhum tipo de fiscalização, a menos que, ocorra algum problema sério na empresa. Segundo a equipe do setor de estágio e os professores orientadores, o problema mais recorrente, que leva o professor orientador a fazer contato telefônico ou pessoalmente com a empresa, é o assédio moral.

Problemas como o assédio moral devem ser identificados pelo professor orientador, e o coordenador técnico deve solicitar à FAETEC, o desligamento da empresa. O Art. 7º da lei de estágio disserta sobre as obrigações das instituições de ensino, e uma delas é “[...] indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário” (BRASIL, 2008). Portanto, o professor orientador é responsável por identificar todos os problemas que possam estar ocorrendo no estágio, ele também é o responsável por verificar a lista de atividades a serem desenvolvidas no estágio, explicitadas no termo de compromisso, para que o aluno não realize atividades incompatíveis com o seu curso técnico. Atualmente, essa verificação nunca ocorre, uma vez que o professor orientador não atua no setor de estágio e quase não tem contato com o setor, de acordo com os próprios funcionários do setor.

No geral, a equipe do setor de estágio considera que o setor funciona bem e atende às demandas dos alunos. Eles identificam que o necessário para melhorar ainda mais o estágio na ETEJK, seria mais ofertas de estágio para alguns cursos técnicos.

Quanto ao conceito de trabalho precário, a equipe do setor de estágio entende da mesma forma que as coordenações técnicas, que o trabalho precário é a falta de recursos e ferramentas para se executar com eficácia suas atividades no

trabalho. Eles concordam também que algumas empresas podem não oferecer recursos e ferramentas necessárias, para que o estagiário possa exercer a prática do que aprendeu na sala de aula com qualidade. Apenas um funcionário relatou que há casos de estudantes que reclamam de substituir um trabalhador da empresa, fazendo todo o trabalho de um determinado setor e sendo cobrado como um trabalhador.

Segundo a lei de estágio, Art. 1º “[...] o estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho”, a partir do momento que o estágio descaracteriza-se de um ato educativo, ele caracteriza-se como emprego. Como diz o Art. 15, “[...] a manutenção de estagiários em desconformidade com esta lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária” (BRASIL, 2008). Devendo a empresa que “[...] reincidir na irregularidade ser impedida de receber estagiários por 2 anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente” (BRASIL, 2008).

3.5. O PROFESSOR ORIENTADOR E O ACOMPANHAMENTO DO ESTAGIÁRIO

Ao todo são quatro professores orientadores de estágio na ETEJK, um para atender aos estagiários do curso técnico em Administração, um para os estagiários de Eletrotécnica, no momento, a coordenadora técnica de Análises Clínicas tem acumulado a função de professora orientadora deste curso, e os três cursos na área de Turismo (Agenciamento, Guiamento e Hotelaria) têm a mesma professora orientadora.

Além da professora orientadora de Análises Clínicas que acumula também o cargo de coordenadora técnica, os outros professores também acumulam outras atividades, todos são professores de outras disciplinas. Segundo eles, por necessidade do curso e por vontade, nenhum deles tem vontade de se afastar da sala de aula, outra situação, é que os professores que têm carga horária de 40 horas, só

podem disponibilizar 20 horas para a função de professor orientador, as outras 20 horas, eles estão em sala de aula.

Quanto ao conceito de estágio e sua importância na formação do técnico, os professores orientadores têm a mesma visão dos coordenadores, eles acham que sem o estágio, o aluno não consegue relacionar teoria e prática, pois a realidade do mercado de trabalho é importante para que essa relação aconteça, complementando o processo de ensino/aprendizagem. A visão empresarial predomina também entre os professores orientadores, o estágio como ato educativo em si não aparece nos discursos.

A FAETEC reforça essa visão da comunidade escolar, a Portaria 282/2009 que estabelece as normas e procedimentos para a realização do estágio, afirma que o estágio curricular obrigatório visa “[...] facilitar a adaptação social e psicológica à futura atividade profissional do aluno e a sua inserção no mercado de trabalho, bem como, promover a articulação e a transição da Instituição de Ensino com o mundo do trabalho” (FAETEC, 2009).

A concepção dos professores orientadores sobre o estágio e o papel das partes envolvidas neste processo, não difere da visão geral da escola e dos coordenadores técnicos. A professora orientadora de Turismo, por exemplo, quando foi perguntada sobre a importância do estágio, relatou que é importante:

[...] esse confronto mesmo entre teoria e prática. Porque na teoria tudo é muito bonito, a gente tenta passar tudo da forma mais correta possível, mas quando a gente entra numa empresa, se confronta com a realidade. Hoje tem que ter essa flexibilidade e o ajuda a ter essa flexibilidade que está exigindo a todo momento (Trecho da entrevista realizada pela autora).

Ela também admite que, atualmente, tem muitos problemas com a empresa que mais admite estagiários desta área técnica. Durante a reunião de estagiários, vários estagiários reclamaram desta empresa, pois são colocados para realizar funções incompatíveis com seu curso técnico, como servir café, picar papel para um evento, etc. Mesmo assim, ela continua adotando o discurso da flexibilização como algo positivo e necessário para os estagiários.

O que a professora orientadora descreve como importante para o estágio, nós entendemos que é importante somente para as empresas, pois a flexibilização dos processos de trabalho serve para garantir as condições de acumulação,

[...] o capital passa a implementar medidas de gestão do trabalho e da produção, no sentido de proporcionar maior maleabilidade aos processos produtivos, aumentar a capacidade de adaptação da força de trabalho conforme a necessidade, criar nela a disposição para ceder a mudanças de circunstâncias (SOUZA, 2011, p. 26).

A flexibilidade serve ao capital, não a educação, pois os estagiários fazem um pouco de tudo sem se aprofundar em nada, são conhecimentos superficiais que não acrescentarão nada a sua formação técnica.

Quanto às visitas às empresas, os professores orientadores afirmam que só entram em contato telefônico com a empresa se houver algum problema, no geral, eles consideram importante essa visita, mas para eles, não há tempo para isso. Entretanto, voltando ao exemplo da empresa da área de Turismo que sempre tem reclamações dos estagiários, a professora orientadora relatou que nunca visitou a empresa, nunca fez contato telefônico e nem informou a FAETEC os problemas que vem acontecendo. Acontece que há poucas empresas que oferecem estágio aos alunos da área de Turismo, então a professora orientadora teme perder o convênio que mais oferta oportunidades de estágios.

Entendemos que se o estagiário não tem o aprendizado prático da teoria em sala de aula, o estágio fica descaracterizado, cabendo punição a empresa por descumprir a lei. O papel do professor orientador, nesses casos, é zelar pelo estagiário e para que se cumpra a lei.

O item que os professores mais reclamaram na entrevista e colocaram como principal ponto negativo é a burocracia, eles gostariam que acabasse a exigência da FAETEC da empresa ser conveniada, pois isso atrapalha o aluno quando ele tem uma empresa que está interessada em recebê-lo como estagiário para depois contratá-lo, mas essa empresa não é conveniada e o processo para celebrar o convênio é demorado.

Entretanto, não acreditamos que o fim dessa exigência seria positivo para os estagiários, pois como já constatamos anteriormente, a única fiscalização da empresa ocorre quando é celebrado o convênio e mesmo assim ocorrem problemas depois, como seria se qualquer empresa pudesse receber os estagiários sem nenhuma fiscalização? Pensamos que aumentariam os problemas, a empresa não é confiável só porque o aluno acredita que é ou porque ele pretende ser contratado por ela.

Quanto ao conceito de trabalho precário, os professores orientadores relataram que é quando a empresa não oferece condições do trabalhador exercer sua função com dignidade. Em relação aos estagiários, seria quando a empresa o designa para realizar atividades incompatíveis com o seu curso técnico, quando a empresa não está preocupada com o conhecimento a ser adquirido pelo estagiário, e sim, em obter mão-de-obra sem a responsabilidade dos encargos sociais. O estagiário seria utilizado como trabalhador, em desrespeito a lei, visando apenas o lucro da empresa.

Os professores orientadores expuseram ainda, que a maioria das empresas em que acontecem essas situações de precariedade, são empresas pequenas, e mesmo reconhecendo a situação de precariedade, alguns estagiários aceitam se submeter a essa situação, pois têm esperança de serem contratados ao final do estágio. Sendo assim, o professor orientador não toma nenhuma atitude em relação à empresa, prevalece o que o estagiário quer.

A pesquisa nos mostrou ainda que nem sempre o estagiário se considera em situação precária, muitas vezes ele avalia que a flexibilização das suas atividades na empresa, faz parte da exigência atual do mercado de trabalho, o que aliás, é o discurso do curso técnico como um todo.

Acreditamos que a flexibilidade serve para “[...] o capital dispor de múltiplos usos da capacidade de trabalho, desenvolvendo a multifuncionalidade ou a polivalência do trabalhador” (SOUZA, 2011, p. 26), em prol de aumentar a produtividade das empresas, uma exploração que nem sempre o trabalhador consegue reconhecer. Faz parte da pedagogia política do capital, que tem como objetivo a conformação psicofísica do trabalhador, bem como:

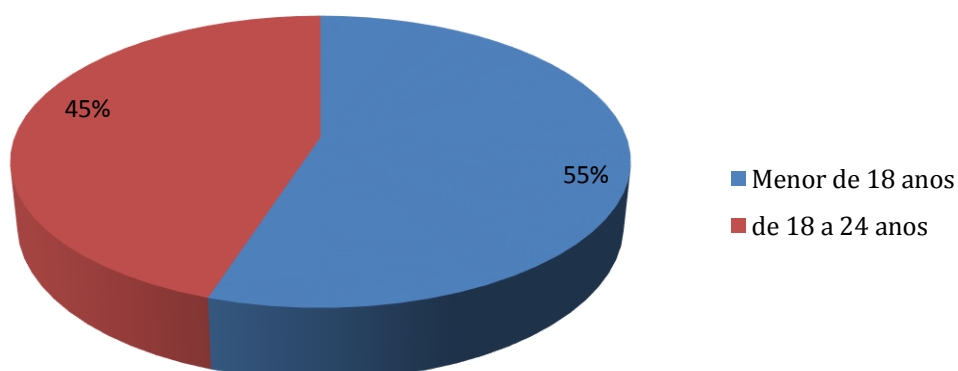
[...] construir consenso em torno da sociabilidade burguesa, a classe dominante vem promovendo a redefinição do papel do Estado e o fomento de uma “nova” cultura cidadã fundada no individualismo e na competitividade, regulada pela lógica de mercadológica, compondo a formatação de um novo bloco histórico, um novo tipo de metabolismo social para, assim, conservar em condições renovadas a sociabilidade do capital (SOUZA, 2010, p. 134).

3.6. Os ESTAGIÁRIOS

O universo da nossa pesquisa são os estagiários dos cursos técnicos realizados em concomitância com o Ensino Médio, do turno diurno. Para o aluno ser considerado apto para o estágio, ele deve estar no terceiro ano e não estar devendo nenhuma disciplina da área técnica dos anos anteriores. Ao todo são 195 alunos que estão no terceiro ano dos cursos técnicos em concomitância com o Ensino Médio, destes, 193 estão aptos a realizar o Estágio Curricular, 176 encontram-se estagiando, 17 ainda não conseguiram estágio e apenas quatro já concluíram.

Nossa pesquisa de campo foi realizada num período de greve escolar, com baixa frequência dos alunos neste período, nas aulas e nas reuniões de estagiários, por este motivo, só conseguimos aplicar questionários para 89 estagiários.

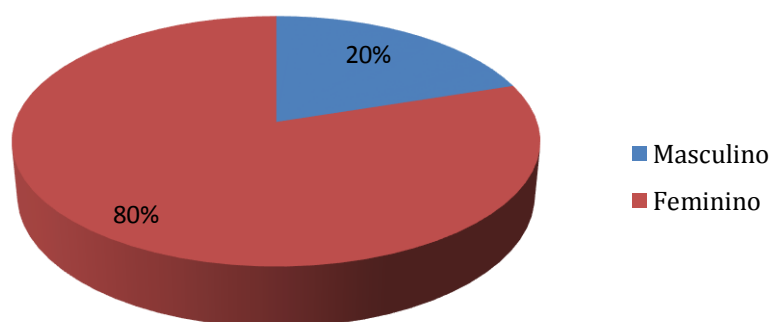
Gráfico 1 - Classificação dos estagiários por faixa etária



Fonte: dados coletados pela autora.

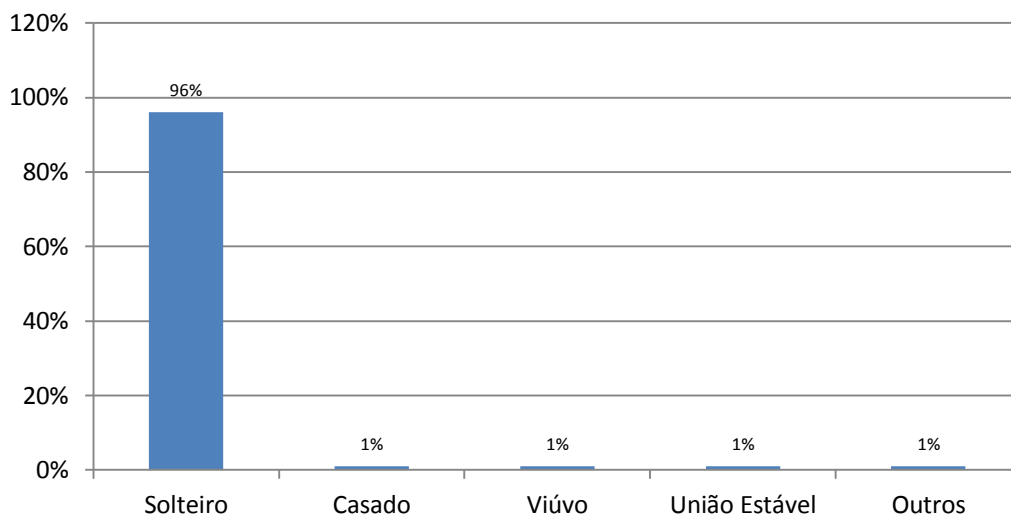
A maioria dos estagiários são muito jovens por se tratar de um curso diurno em concomitância com o Ensino Médio, apenas um estagiário realizou o Ensino Fundamental por supletivo, em quatro anos. Todos os outros, vem do Ensino Fundamental regular de nove anos, concluído em idade apropriada, conforme diz o MEC.

Gráfico 2 - Classificação dos estagiários por sexo

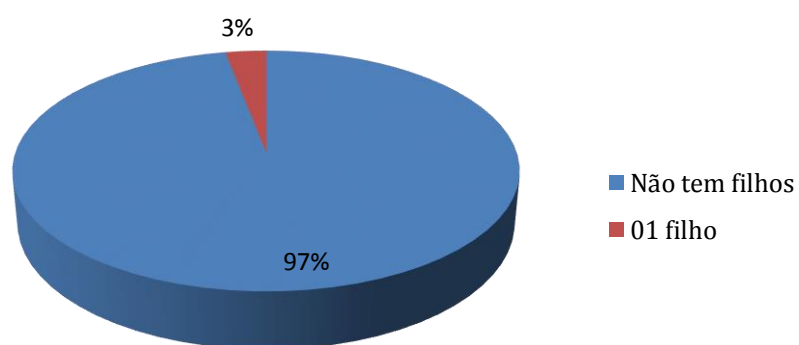


Fonte: dados coletados pela autora.

O fato da maioria dos estagiários ser do sexo feminino se deve aos cursos da área de Turismo e de Análises Clínicas, que são cursos tradicionalmente femininos na escola e a maior parte dos questionários foram destes cursos.

Gráfico 3 - Classificação dos estagiários por Estado Civil

Fonte: dados coletados pela autora.

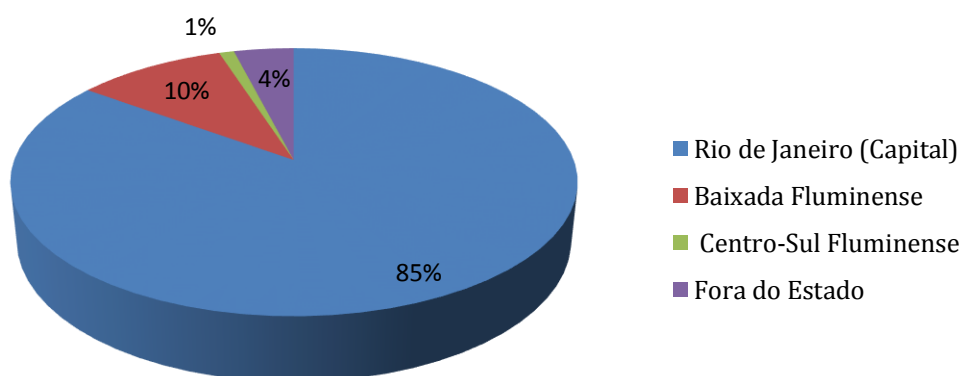
Gráfico 4 - Classificação dos estagiários por número de filhos

Fonte: dados coletados pela autora.

Em tempos de desemprego estrutural, onde a entrada no mercado de trabalho é incerta, os jovens têm protelado os planos de casar, constituir família e ter filhos, como demonstra o gráfico 4. O jovem tem dedicado um tempo a mais para seu pleno desenvolvimento, inclusive educacional.

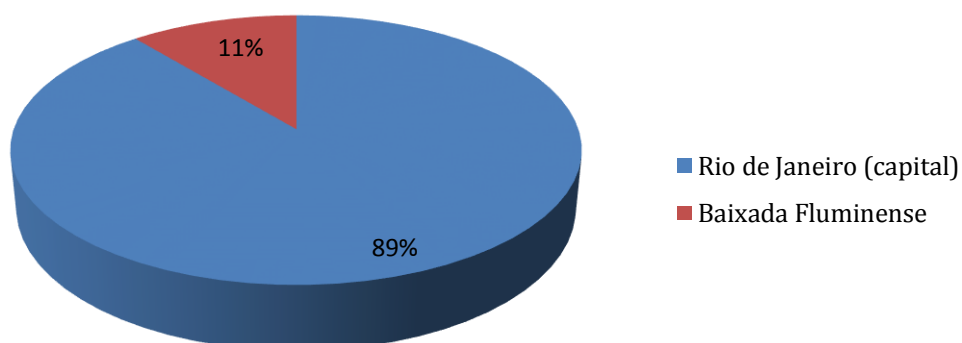
A maioria dos estudantes nasceu na cidade do Rio de Janeiro e ainda moram nela. Eles residem, principalmente, nos bairros da Zona Leopoldina, que foram bairros construídos ao longo das linhas ferroviárias da Central e Leopoldina nos final do século XIX. Tais como: Vigário Geral, Jardim América, Parada de Lucas, Olaria, Ramos, Bonsucesso, Brás de Pina, Penha, Cordovil, etc.

Gráfico 5 - Classificação dos estagiários por Naturalidade



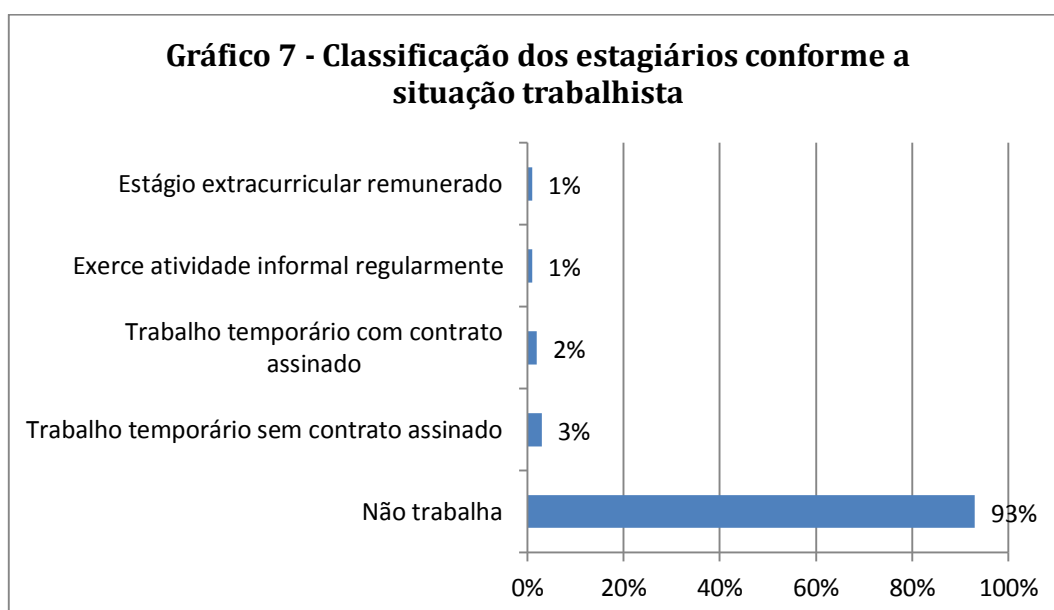
Fonte: dados coletados pela autora.

Gráfico 6 - Classificação dos estagiários por Endereço



Fonte: dados coletados pela autora.

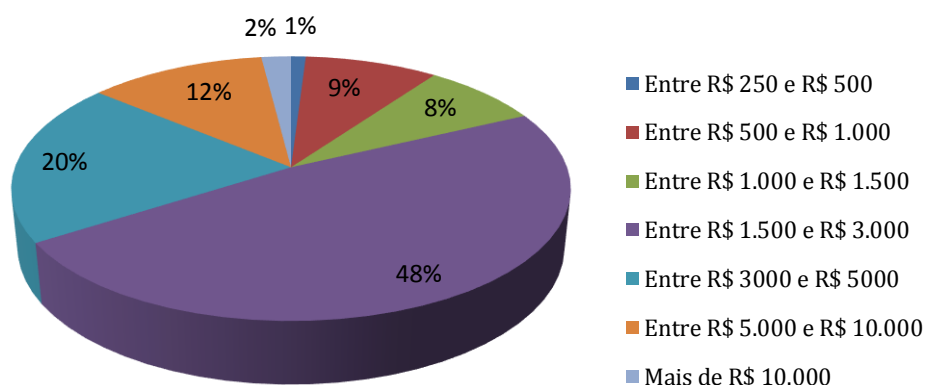
Quanto à situação trabalhista dos estagiários podemos dizer que eles têm optado por investir no capital humano, e protelado a entrada no mercado, com o apoio da família, que os sustenta. Até porque, nessa idade e sem a formação técnica concluída, tendem a ocupações precárias e informais. Como é o caso dos poucos estagiários que trabalham, metade deles ganham menos de R\$ 250,00.



Fonte: dados coletados pela autora.

Podemos dizer que, a maioria, das suas famílias, são da classe D, segundo classificação do IBGE. Além disso, mais da metade dos estagiários estudaram o Ensino Fundamental todo ou a maior parte dele em escola privada. Quanto aos pais, pouco mais da metade, não chegou a completar nem mesmo o Ensino Médio.

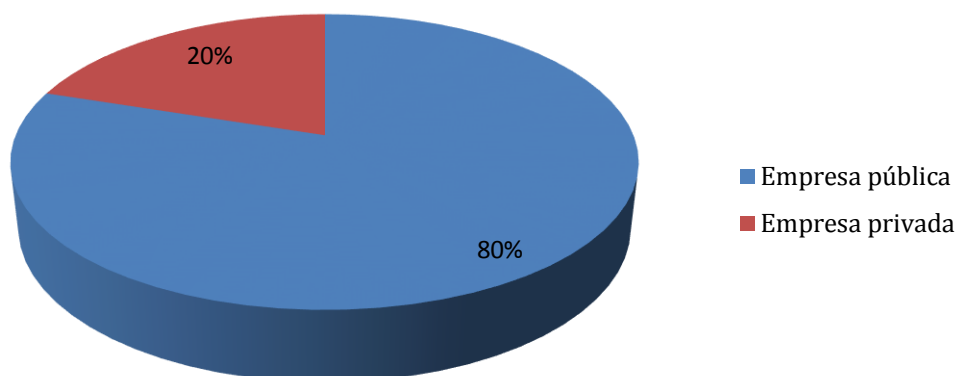
Gráfico 8 - Classificação dos estagiários conforme a renda familiar



Fonte: dados coletados pela autora.

Todos os estagiários pesquisados ingressaram no estágio este ano, podemos afirmar sobre as empresas que receberam os estagiários são em sua grande maioria públicas, sem chances de contratação, mas no entanto, muitos estagiários relataram acreditar na possível contratação, devido seu esforço pessoal na empresa. É uma grande contradição, eles admitem que só podem ser contratados por meio de concurso público, mas sonham que se fizerem tudo que é pedido, às vezes até além de suas funções como estagiário, eles serão contratados.

Gráfico 9 - Tipos de empresas onde se encontram os estagiários

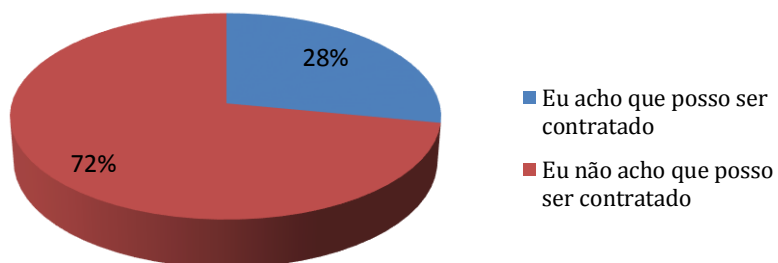


Fonte: dados coletados pela autora.

Mesmo nas empresas privadas, a possibilidade de contratação é pequena, muitos admitem que raramente as empresas contratem estagiários, apenas três estagiários relataram possuir chances reais de contratação. Um deles, não foi contratado por ser menor, mas teve o estágio renovado enquanto aguarda ter idade suficiente. Outro estagiário, já conversaram logo no início, que estavam renovando o quadro de funcionários e eles gostariam de treiná-lo para uma futura contratação. E por fim, o último estagiário tinha certeza da sua contratação, pois seus pais trabalham na mesma empresa em que ele estagia.

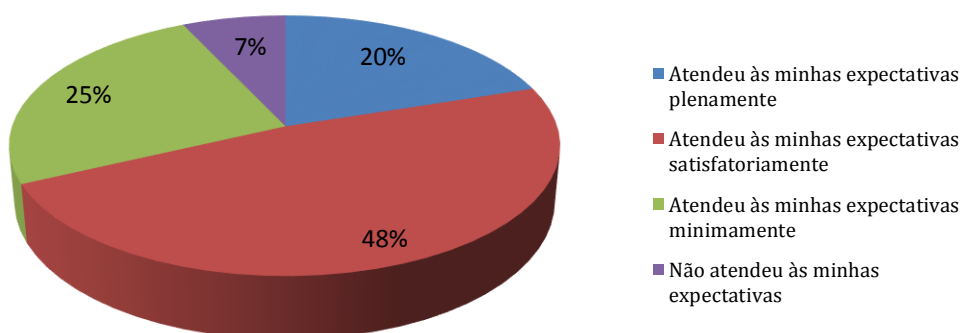
Apesar da frustração em relação à contratação, a maioria dos estagiários afirmou que o estágio atendeu às suas expectativas e acreditam que o estágio ampliará suas oportunidades no mercado de trabalho, devido à experiência profissional adquirida e os contatos feitos na sua área técnica.

Gráfico 10 - Expectativa dos alunos em relação à contratação



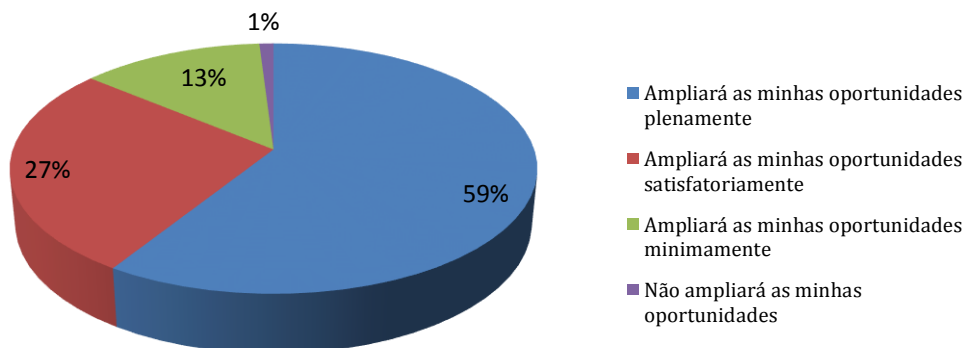
Fonte: dados coletados pela autora.

Gráfico 11 - Expectativas em relação ao estágio



Fonte: dados coletados pela autora.

Gráfico 12 - Expectativa em relação à ampliação de oportunidades no mercado de trabalho



Fonte: dados coletados pela autora.

Ao traçarmos um perfil sobre o que os estagiários entendem como papel de cada parte envolvida no estágio, ficou claro que “[...] a maioria dos estudantes que fazem estágio sequer conhecem a legislação aplicada às suas atividades. As empresas e instituições, por sua vez, desvirtuam o verdadeiro sentido do estágio (REIS, 2012, p. 119)”.

Os estagiários definem como o principal papel da escola, encaminhar os alunos para os locais de estágio, tirando dúvidas e apoiando no cumprimento das burocracias. Eles também citaram como função da escola, prepará-los para o estágio com conhecimentos técnicos correspondentes a prática do curso e na área comportamental, como se portar numa entrevista, por exemplo. A escola tem que estar sempre disponível para resolver qualquer problema durante o estágio.

Poucos estagiários compreendem que o papel da escola é acompanhar todo processo de estágio, supervisionar e zelar para que se cumpra tudo que está estabelecido no termo de compromisso, para que o estágio não perca seu caráter educativo. Isso porque, os alunos tendem a focar no mercado de trabalho, tendo uma visão empresarial do estágio, assim como, os coordenadores e professores orientadores.

Para os estagiários, o papel da empresa é transmitir conhecimentos relacionados à prática da sua área técnica e dar oportunidade profissional ao estudante, preparando para o mercado de trabalho. Frases como: “o papel da empresa é construir um bom profissional” ou “a empresa deve explorar os conhecimentos adquiridos pelo aluno na escola”, chamaram muita atenção, pela forma que é tão naturalizada essas relações de mercado, onde o trabalhador é moldado e explorado pela empresa, que domina até sua subjetividade.

Mesmo com uma visão voltada para o mercado de trabalho, muitos estagiários expuseram como função da empresa, proporcionar que o aluno coloque em prática o que aprendeu na escola, complementando a aprendizagem. Esse é o verdadeiro papel da empresa, que deve ser assegurado pela escola.

Quanto ao agente de integração, mais da metade dos estagiários não sabem o que é, muito menos sua função no processo de estágio. Muitos identificaram como agente de integração, o professor orientador, eles não incluíram as funções fiscalizadoras e de acompanhamento do professor orientador como papel da escola, eles veem a escola representada apenas pelo setor de estágio, por isso a maioria só citou a questão burocrática como papel da escola.

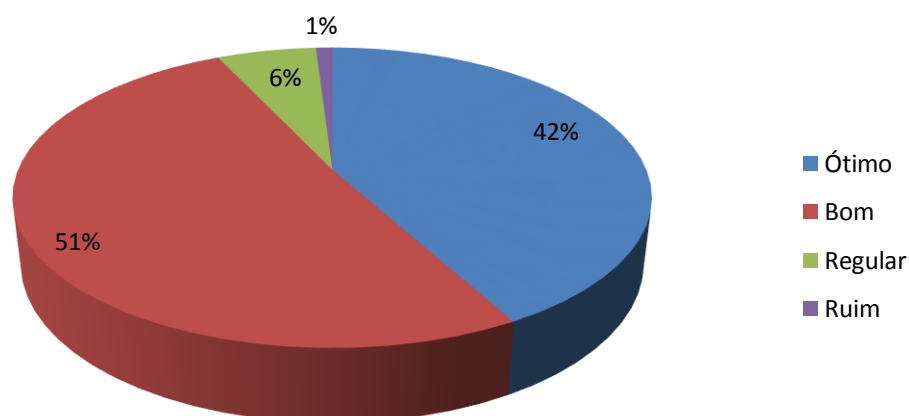
Uma das queixas apresentadas pelos professores orientadores e alunos é a falta de vagas para estágio e de empresas conveniadas com a FAETEC, porém os alunos não conhecem os agentes de integração, cuja principal função é ofertar vagas de estágios adequadas ao curso técnico. São mais de 10 agentes de integração conveniados com a FAETEC, onde os alunos podem se cadastrar, uma maior divulgação dos agentes de integração e sua função talvez aumentasse o número de ofertas de estágio, dando mais opções ao aluno.

Como papel do estagiário, eles destacam principalmente, ter responsabilidade, empenhar-se e aproveitar a oportunidade ao máximo. Muitos citaram ainda, atender às expectativas da empresa, cumprindo todas as atividades com comprometimento e dedicação.

Percebe-se na fala do estagiário, que ele tem se deixado envolver pelas exigências do mercado, transformando as metas da empresa em suas metas, eles estão mais preocupados em deixar uma boa impressão na empresa, do que se estão relacionando teoria e prática, colocando em prática na empresa o que foi aprendido em sala de aula.

Após toda essa avaliação das partes envolvidas no processo de estágio, o estagiário classifica positivamente, essa experiência.

Gráfico 13 - Avaliação da experiência de Estágio Curricular

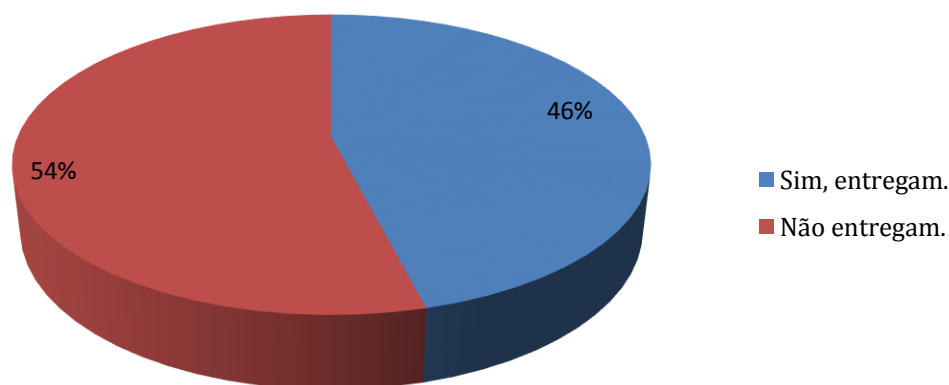


Fonte: dados coletados pela autora.

O acompanhamento do estágio não tem uma regularidade, as reuniões de estagiários são consideradas chatas por eles e embora elas sejam obrigatórias, essa obrigatoriedade não é exigida de verdade. O art. 12 da Portaria 282/2009 da FAETEC, diz que o aluno deverá entregar o calendário de reuniões mensais na empresa e comparecer a todas as reuniões. Cabendo ao setor de estágios, encaminhar relatório a DIVEST sobre a frequência dos estagiários.

A frequência dos estagiários nas reuniões mensais é muito baixa, segundo os próprios professores orientadores, porém o aluno não sofre nenhum tipo de penalidade por isso. Muitos alunos só aparecem nas reuniões na metade e no fim do estágio quando têm que entregar a ficha de frequência e avaliação do estágio. Outro problema é que o professor orientador deve fazer a ata da reunião e entregar no setor de estágios junto com a lista de presença dos estagiários, mas nem sempre os professores entregam. O professor orientador deve cobrar ainda dos estagiários, o preenchimento de um relatório mensal, descrevendo suas atividades no estágio e as relações interpessoais, mas também não há uma regularidade quanto a esse método de acompanhamento.

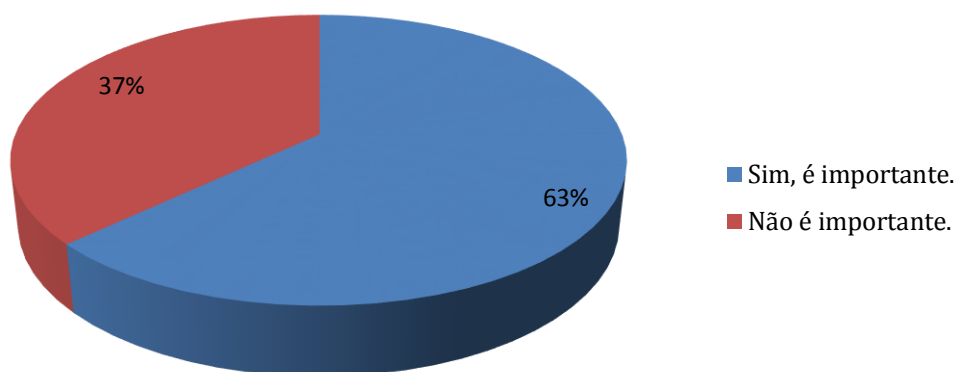
Gráfico 14 - Quanto à entrega mensal de relatórios sobre as atividades desenvolvidas no estágio



Fonte: dados coletados pela autora.

Outra forma de supervisionar o Estágio Curricular, seria o professor orientador visitar as empresas, porém elas não estão previstas nas determinações da FAETEC e nem é de interesse dos professores que isso ocorra. A visita à empresa só é feita pela FAETEC no momento do convênio, depois não ocorre nenhum tipo de fiscalização.

Gráfico 15 - A importância do professor orientador visitar a empresa onde se encontra o estagiário



Fonte: dados coletados pela autora.

Os estagiários consideram que a visita do professor orientador ao local do estágio é importante para que ele veja a situação real da empresa e conseqüentemente, dos estagiários. Para observar situações que o estagiário possa ter vergonha de contar na reunião na frente de todos, além de dar mais segurança aos estagiários. A visita ao local de estágio permitiria ainda, verificar se as atividades realizadas estão compatíveis com o curso técnico, aumentando a aprendizagem.

Os estagiários que não consideram importante a visita do professor orientador ao local de estágio, acreditam que a reunião mensal de estagiários é suficiente para o acompanhamento do estágio, havendo algum problema basta o estagiário procurar o professor.

O acompanhamento do estágio também é realizado pelo supervisor da empresa, ele deve orientar os alunos nas atividades e fazer uma avaliação, essa avaliação é feita, principalmente, pela observação e pelo preenchimento da ficha de frequência e avaliação enviada pela escola. A avaliação deve ser feita na metade do estágio e no final, conforme a lei 11.788/2008 determina: “enviar à instituição de

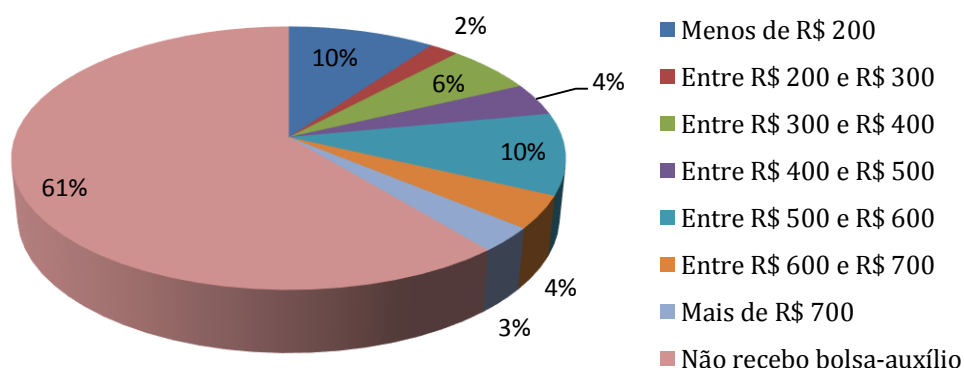
ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário” (BRASIL, 2008).

Segundo os estagiários, os aspectos mais relevantes desta avaliação são a habilidade na execução das tarefas e o conhecimento da área técnica em geral, porém as empresas também avaliam a área comportamental, dando grande ênfase à responsabilidade, disciplina e assiduidade.

Quanto à bolsa-auxílio, os estagiários do curso técnico de Análises Clínicas nenhum recebem bolsa-auxílio, o que é alvo de muitas críticas, pois eles consideram a bolsa-auxílio um incentivo a mais para empenhar-se no estágio, bem como, ajuda a pagar as despesas com passagem, o que às vezes dificulta a ida para o estágio.

Os estagiários da área de Turismo também reclamam da bolsa-auxílio, pois quando o estágio é remunerado, geralmente, recebem apenas ajuda para pagar o transporte. Eles comparam o valor da bolsa-auxílio recebida por eles, com o valor da bolsa-auxílio recebida pelos estagiários do curso técnico de Administração, que com os benefícios, chegam a ultrapassar o valor de R\$ 1.000,00.

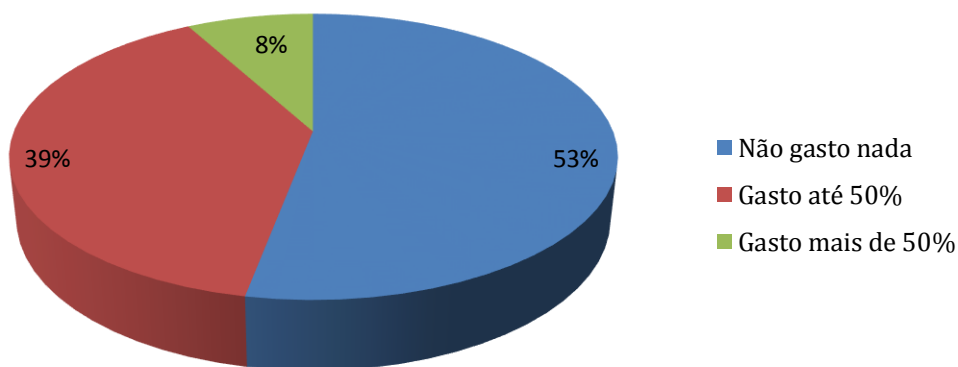
Gráfico 16 - O valor da bolsa-auxílio recebida pelos estagiários



Fonte: dados coletados pela autora.

Os estagiários que recebem bolsa-auxílio menor que R\$ 200,00 relataram que utilizam todo o valor com transporte e às vezes ainda não é suficiente. Eles afirmam ainda, que para o melhor aproveitamento do estágio, deveriam receber uma bolsa-auxílio maior. Bem como, os que não recebem bolsa-auxílio, entendem que deveriam receber bolsa-auxílio para um melhor aproveitamento do estágio.

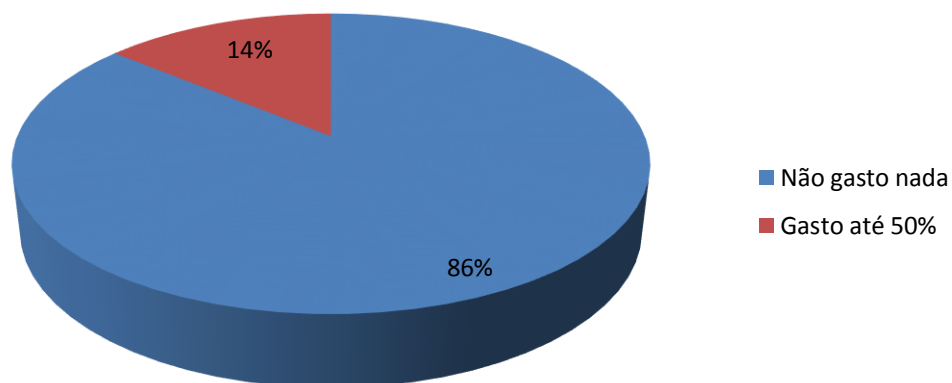
Gráfico 17 - Utilização da bolsa-auxílio pelos estagiários com educação



Fonte: dados coletados pela autora.

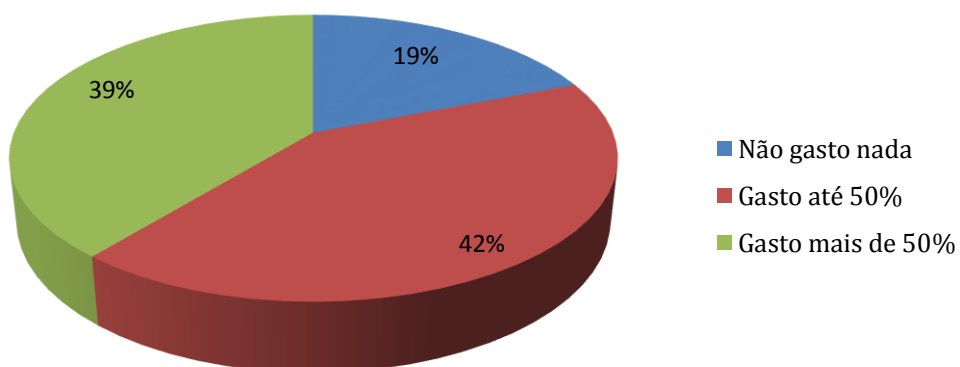
Alguns estagiários utilizam a bolsa-auxílio para complementar a renda familiar, nestes casos, nenhum estagiário gasta mais de 50% da bolsa-auxílio para ajudar nas despesas da família.

Gráfico 18 - Utilização da bolsa-auxílio pelos estagiários para complementar a renda familiar



Fonte: dados coletados pela autora.

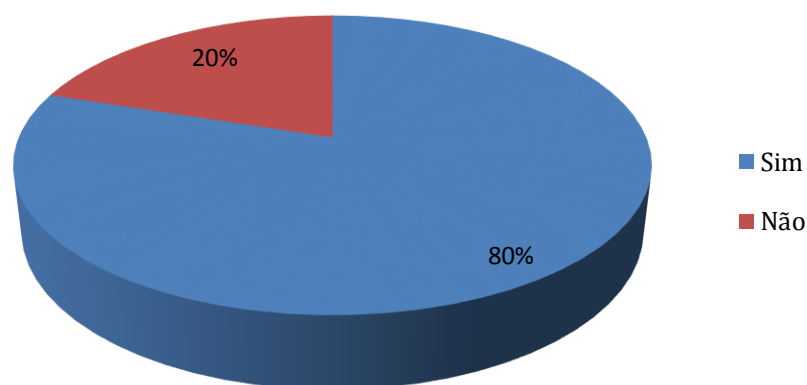
Gráfico 19 - Utilização da bolsa-auxílio pelos estagiários com gastos pessoais e lazer



Fonte: dados coletados pela autora.

A maioria dos estagiários acreditam que o estágio tem permitido relacionar teoria e prática, complementando o ensino e a aprendizagem, eles têm conseguido aplicar os conhecimentos adquiridos na escola e ainda adquirir novos. Segundo eles, o aprendizado é maior durante o convívio com os profissionais da área técnica da sua futura profissão.

Gráfico 20 - O Estágio Curricular tem permitido relacionar teoria e prática?

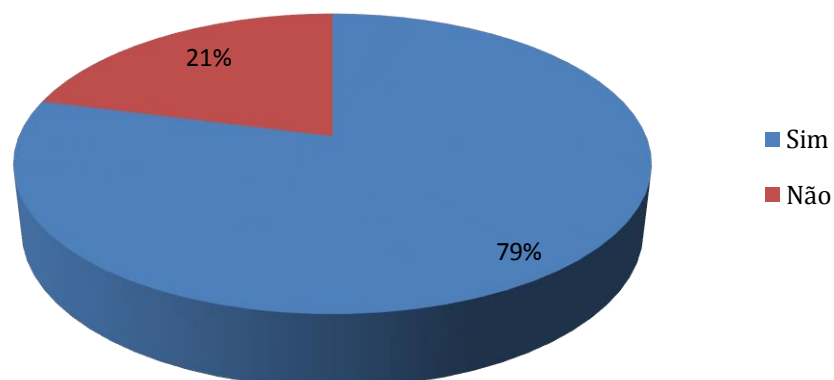


Fonte: dados coletados pela autora.

Quanto à colaboração do estágio no aumento de conhecimento para a futura profissão, os estagiários concordam que têm contribuído sim, com experiências significativas que mostram a rotina da profissão, expandindo a visão geral que eles tinham sobre a atividade profissional.

Os estagiários que entendem que o estágio não contribuiu para o aumento do seu conhecimento para a futura profissão, no geral, mudaram de opinião sobre a profissão e pretendem seguir outra carreira.

Gráfico 21 - O estágio colaborou para o aumento do conhecimento da futura profissão?

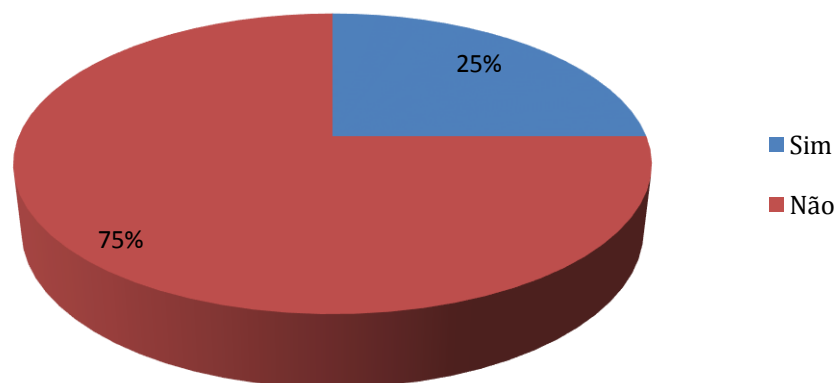


Fonte: dados coletados pela autora.

A respeito da flexibilização, a maioria dos estagiários afirmam não realizar atividades além das que atribuídas ao curso técnico. Os estagiários que relataram realizar atividades que vão além do que lhe caberia como estagiário, não veem problema nisso, segundo eles, é preciso aprender o máximo possível, um deles chegou a afirmar: “topo tudo que me é falado”. Eles acreditam que assim têm mais chance de conseguir ser efetivado.

Concordamos que quanto mais conhecimento melhor, mas um técnico em Administração carregar processos de um setor para o outro, um técnico em Análises Clínicas atuar como recepcionista ou um Guia de Turismo ficar na agência de viagens picando papel para um evento, não tem nada a ver com ampliar os conhecimentos e sim, com exploração.

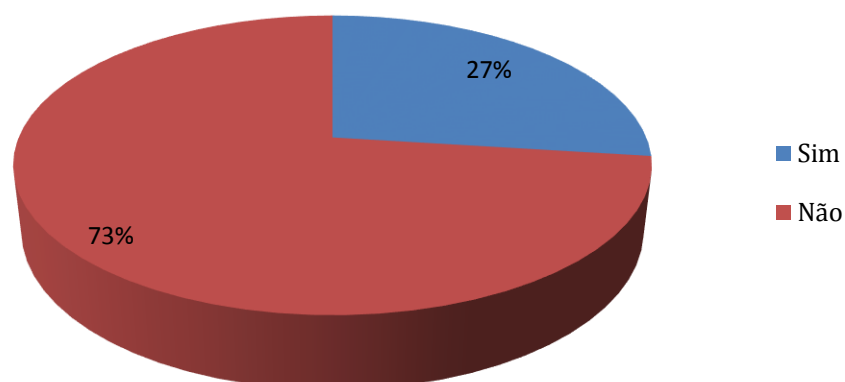
Gráfico 22 - A empresa lhe atribui atividades que vão além do que lhe caberia como estagiário?



Fonte: dados coletados pela autora.

Acreditamos que a flexibilidade é a principal causa da precariedade, em nome do profissional multifuncional, as empresas têm explorado cada vez mais trabalhadores e estagiários. Enquanto chefes, passam do limite pedindo cafezinho ou resolução de problemas particulares, aproveitando-se da insegurança do trabalhador ou estagiário, diante de um mercado de trabalho incapaz de absorver todos os trabalhadores.

Gráfico 23 - A empresa lhe atribui atividades que não estão de acordo com seu curso técnico?



Fonte: dados coletados pela autora.

Embora, a maioria dos estagiários não se reconheçam em uma situação de precariedade, muitos deles afirmam que substituem um funcionário na empresa em que estagiam e são cobrados como outro trabalhador qualquer dessa empresa. Isso é desvirtuar o sentido do estágio, de um ato educativo para emprego. Se os estagiários conhecessem a lei de estágio, entenderiam melhor essa relação, podendo até denunciar essa empresa.

Uma estagiária do curso de Agenciamento de viagens relatou que na agência onde estagia, trabalha a dona da agência e mais três estagiárias, essa empresa precisa ser denunciada, estão contratando estagiários como forma de burlar as leis trabalhistas.

Outra observação sobre as empresas que podemos fazer é que a empresa que contrata a maioria dos estagiários do curso técnico em Administração, paga a maior bolsa-auxílio, com os benefícios chega a mais de R\$ 1.000,00. Entretanto, quase todos os estagiários reclamam de não exercer atividades que permitam relacionar teoria e prática, aumentando os conhecimentos adquiridos na escola. Como não há um rodízio por todos os setores, somente o estagiário que fica lotado no setor de recursos humanos consegue praticar tudo que aprendeu na escola, os outros reclamam de fazer apenas atividades muito simples que não acrescentam em nada na aprendizagem. Mesmo assim, nenhum deles cogita a possibilidade de mudar de estágio por causa da bolsa-auxílio, aliás, eles escolheram esse estágio por esse motivo. O valor da bolsa-auxílio, neste caso, tem um peso maior do que a aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação e análise propostas neste estudo foram realizadas com o objetivo de verificar se o estágio curricular tem cumprido seu papel como ato educativo na unidade escolar investigada.

Com o aumento do desemprego, aumenta também a busca por uma formação profissional que permita o educando estar em condições de disputar uma vaga no mercado de trabalho, bem como, prosseguir na educação superior. Para isso, muitos jovens procuram as escolas técnicas da rede pública de ensino como as da FAETEC.

Mesmo que, a melhoria da educação não venha garantindo o acesso ao mercado de trabalho, que se encontra deteriorado e excludente, sobretudo para os jovens. Pois, acreditamos que o desemprego é estrutural e não circunstancial, o desemprego é uma das consequências da expansão do sistema capitalista.

Um dos componentes indispensáveis do currículo para a formação e certificação do aluno é o estágio curricular, nele o aluno tem seu primeiro contato com o mercado de trabalho para estabelecer relações entre teoria e prática. Além disso, muitos jovens acham que o estágio representa grande oportunidade para sua entrada no mercado de trabalho. As empresas, por sua vez, optam por estagiários, pois eles são mais fáceis de doutrinar. A luz do discurso da flexibilização, o estagiário torna-se um “faz-tudo”, descaracterizando o perfil pedagógico do estágio. Contudo, cabe à escola supervisionar o estágio para impedir que isso aconteça, mas ela nem sempre consegue cumprir esse papel fiscalizador, por vezes até incentiva que o estagiário se sujeite a tal exploração em prol da possibilidade de uma futura contratação pela empresa.

Descrevemos neste estudo, quem são os estagiários da ETEJK e como eles avaliam o estágio curricular. Em sua maioria, eles são jovens, por volta dos 18 anos, solteiros e sem filhos, que se dedicam exclusivamente aos estudos e sonham com uma boa colocação no mercado de trabalho. Eles veem o estágio curricular como uma oportunidade para esta inserção no mercado, embora as empresas que oferecem o estágio, em sua maioria, sejam empresas públicas e a forma de ingresso nessas empresas seja por meio de concurso. É uma contradição, mas muitos acreditam que se tiverem um bom desempenho de suas atividades, uma contratação pode ser possível, sendo que, mesmo em empresas privadas, a possibilidade de contratação é muito pequena. Com esse pensamento, eles se sujeitam a precariedade, muitas vezes, indo além de suas funções como estagiários. Contudo, a maioria dos estagiários avalia positivamente o estágio curricular, eles entendem que é uma ótima oportunidade de contato com sua área de atuação profissional e que o estágio aumentou seu conhecimento.

Quanto aos estagiários, concluímos que eles transformam as metas da empresa em suas próprias metas, mais importante que relacionar teoria e prática, é deixar uma boa impressão na empresa. Eles não se sentem explorados, pois as relações de mercado, onde a empresa tem a função de moldar e explorar ao máximo os conhecimentos do estagiário, dominando até sua subjetividade, está naturalizada por eles. E faz parte do discurso de professores orientadores e coordenadores. Embora, os estagiários não se considerem explorados, eles admitem que são cobrados como qualquer outro funcionário da empresa, o que desvirtua o caráter educativo do estágio e o caracteriza como emprego. Os estagiários e a escola, como um todo, defendem a formação de um profissional multifuncional justificando a flexibilidade que leva a todo tipo de atividades, inerentes ao curso técnico ou não, porém acreditamos que a flexibilidade não acrescenta nada à formação profissional, só leva a precariedade.

Quando o estágio não oferece a relação entre teoria e prática, permitindo ao estagiário aperfeiçoar-se e complementar sua formação profissional, o estágio torna-se apenas uma forma da empresa burlar um contrato de trabalho, pois

uma vez que a relação trabalhista fica descaracterizada de estágio, caracteriza-se como emprego.

A lei nº 11.788/2008 é muito clara, manter estagiários em desconformidade com a lei, caracteriza vínculo empregatício, podendo a empresa ficar dois anos sem receber estagiários se reincidir na irregularidade. A legislação afirma:

Art. 3º [...]

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária (BRASIL, 2008).

Quando a empresa não respeita a legislação, enfatizando o conteúdo procedimental, em detrimento do conteúdo conceitual, forçando uma separação da prática de seu conceito teórico, a contratação de estagiários só é vantajosa para os empresários. Eles ficam isentos de pagar as garantias trabalhistas por causa da não formação de vínculo empregatício e ainda justificam tal prática em face da nobre causa da valorização do ensino e preparação do estagiário para o mercado de trabalho (PONTES, 2008, p.6).

Quanto ao processos administrativos e pedagógicos que norteiam o estágio curricular na unidade investigada, concluímos que a escola possui bons instrumentos para acompanhar o processo de estágio curricular, porém eles não tem sido bem aproveitados. A reunião de estagiários é considerada chata por eles e os alunos não a veem com seriedade, só comparecerem para receber dispensa de um dia no estágio e a obrigatoriedade de presença não é real, pois nenhum estagiário tem seu estágio cancelado por conta das ausências nas reuniões. Esta reunião poderia ser usada, entre outras coisas, para esclarecer os alunos quanto ao real papel do estágio e seus direitos e deveres, de acordo com a legislação de estágio e o regimento escolar da FAETEC. Pois, os estagiários deixaram bem claro nos questionários, que não conhecem a legislação de estágio nem as atribuições do setor de estágio e professor orientador.

O professor orientador tem carga horária de 40 horas, 20 horas em sala de aula e 20 horas como orientador de estágio, porém o acúmulo das duas funções é prejudicial ao bom desempenho da função de orientador. Atualmente, a função de orientador tem se restringido a ministrar a reunião de estagiários e assinar documentos ao final da mesma. Se o professor orientador só se preocupasse com o estágio sem acumular funções, talvez ele conseguisse cumprir sua função fiscalizadora que atualmente vem sendo negligenciada, uma vez que a reunião de estagiários não tem atendido às demandas dos alunos. É preciso que o professor orientador esteja mais disponível e presente no setor de estágios. Outra questão, é a visita às empresas, que os professores orientadores consideram desnecessária e alegam não ter tempo para isso, porém mais da metade dos estagiários consideram importante que o professor orientador visite o local de estágio.

Quanto ao setor de estágio, embora seja muito burocrático, o que é a principal queixa de alunos, professores orientadores e coordenadores, entendemos que até o momento essa burocracia se faz necessária para garantir que a lei de estágio se cumpra minimamente. O setor de estágios tem cumprido sozinho o papel fiscalizador que cabe a escola, essa fiscalização seria mais completa e satisfatória se o professor orientador se unisse ao setor nessa função, ao invés de trabalharem quase que isolados.

Acreditamos que todos os segmentos da escola devem trabalhar juntos para que o estágio curricular cumpra seu real papel que é permitir ao aluno relacionar teoria e prática, proporcionando o aperfeiçoamento e aprofundamento dos seus conhecimentos teóricos, práticos, culturais e científicos.

Toda vez que o estágio curricular não cumpre seu papel, ele caracteriza-se como trabalho precário. O trabalho precário é uma construção social, a partir das necessidades e anseios do educando. Portanto, o trabalhador e o estagiário encontram-se em situação de trabalho precário quando sua situação trabalhista, não atende suas necessidades materiais e subjetivas. Acreditamos que a principal causa da precariedade é a flexibilidade, pois a flexibilidade gera um competidor brutal, disposto a dobrar-se a qualquer tipo de demanda do mercado, fazendo com que o

desempregado se sinta responsabilizado por estar fora do mercado de trabalho, naturalizando o desemprego estrutural.

A situação dos trabalhadores é de precariedade permanente e não seria diferente com os estagiários, que são futuros trabalhadores. É preciso, uma mudança radical, um bloqueio revolucionário às estratégias neoliberal, onde o Estado socorre aos bancos e as classes baixas pagam a conta, por meio da precarização do trabalho que traz consigo o aumento da instabilidade dos rendimentos e a perda das poucas conquistas da classe trabalhadora, sobretudo no que diz respeito à seguridade social, os poucos direitos assegurados e conquistados aqui no país já começaram a ser modificados e/ou perdidos nas últimas décadas.

Mészáros (2008) afirma que aprendemos constantemente, pois vivemos na sociedade da informação¹⁷, sabemos tudo que acontece no mundo. O tempo todo recebemos milhares de informação que influenciam nossa educação durante toda vida, não só no período escolar. Neste sentido, é um desafio para nós educadores, educarmos na perspectiva de formar um sujeito crítico e consciente. Pois, vivemos imersos na ideologia do capital, internalizada a ponto de naturalizar as relações entre os indivíduos baseadas nas relações de mercado. Não podemos incentivar que nossos educandos se sujeitem a precariedade, pois a crise é estrutural, não depende só de esforço próprio a sua inserção no mercado de trabalho, ao contrário, quanto mais o capital se expande mais produz desemprego, empurrando a classe trabalhadora para a precariedade.

¹⁷ Há movimentos conflitantes inerentes à chamada “sociedade da informação”. Se por um lado, a informação chega até nós o tempo todo, nos influenciando durante toda vida. Por outro lado, capitalismo contemporâneo busca o lucro não apenas no “material”, mas ultrapassava essa barreira e atinge o “imaterial”, transformando em produto de consumo (mercadoria), a informação.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo : Boitempo, 2000. Cap. IV, [Desenvolvimento capitalista e reestruturação produtiva], p. 101-119.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo : Boitempo, 2007. p. 19-57.

_____. A era da informatização e a época da informalização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo : Boitempo, 2006. p. 15-25.

BATISTA, Roberto Leme. Reestruturação Produtiva, Ideologia e Qualificação: Crítica às noções de Competência e Empregabilidade. In: BATISTA, Roberto Leme & ARAÚJO, Renan (Org.). **Desafios do trabalho**: capital e luta de classes no século XXI. Londrina, PR : Práxis, 2003. p. 143-172.

____ (Org.). **Trabalho, Economia e Educação**: perspectiva do capitalismo global. Londrina, PR : Práxis, 2008. p. 313-341.

BELLUZZO, Lílian e VICTORINO, Rita de Cássia. A juventude nos caminhos da ação pública. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 18, n. 4, p. 8-19, 2004.

BRASIL. Lei nº 4.513, de 01 de dezembro de 1964. Castelo Branco. Brasília, 1964. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4513.htm, acessado em abril de 2012.

_____. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Fernando Henrique Cardoso. Brasília, 1997. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>, acessado em abril de 2012.

____. Portaria MEC nº 646/97, de 14 de maio de 1997. Paulo Renato Souza. Brasília, 1997. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC646_97.pdf, acessado em abril de 2012.

____. Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004. Francisco Aparecido Cordão. Brasília, 2004. Disponível em portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1.pdf, acessado em abril de 2012.

____. Decreto nº 5.154/2004, de 23 de julho de 2004. Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília, 2004. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm, acessado em abril de 2012.

____. Parecer CNE/CP nº 39/2004, de 08 de dezembro de 2004. César Callegari. Brasília, 2004. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer392004.pdf, acessado em abril de 2012.

____. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília, 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm, acessado em abril de 2012.

____. Parecer CNE/CP nº 11, de 30 de junho de 2009. Clélia Brandão Alvarenga Craveiro. Brasília, 2009. Disponível em <http://www.sinepedf.org/site01/images/documentos/doc02.pdf>, acessado em abril de 2012.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.

CÊA, Georgia S. dos Santos. A Educação Profissional sob a Ótica da Mediação e da Ruptura: reflexões sobre o PLANFOR. **Trabalho e Crítica:** Anuário do GT Trabalho e Educação/ANPEd, n. 02, set./2000.

CIEJK. **Regimento Escolar.** Portaria nº 5591 de 12 de setembro de 1984.

ETEJK. **Relatório de Gestão Qualidade Rio.** 2012a.

ETEJK. **Projeto Político Pedagógico**. 2012b.

FAETEC. **Regimento Escolar**. Registrado no 5º Ofício de Títulos e Documentos sob o nº 495027 em 27 de dezembro de 2001.

FAETEC. **Regimento escolar**. 1º de janeiro de 2008. Disponível em www.faetec.rj.gov.br, acessado em abril de 2012.

FAETEC. **Portaria nº 282**, de 17 de junho de 2009. Estabelece normas e procedimentos para realização de estágio profissional supervisionado nos cursos de educação profissional técnica de nível médio. Presidente Celso Pansera. Disponível em www.faetec.rj.gov.br/divest/images/stories/legislacao/portaria_doc, acessado em abril de 2012.

FLORO, Elisângela Rodrigues. **Trabalho, qualificação e precariedade**: perspectivas profissionais de egressos do curso técnico em Agropecuária do campus Crato do Instituto Federal do Ceará. Seropédica (RJ): 2011. 243f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

FOGLI, B. F. C. S. **A dialética da inclusão em educação**: uma possibilidade em um cenário de contradições “um estudo de caso sobre a implementação de inclusão para alunos com deficiências na rede de ensino FAETEC”. 2010. 173f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.

FRIGOTTO, G. Educação como capital humano: uma teoria mantenedora do senso comum. In: _____. **A produtividade da escola improdutiva**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. Educação e formação técnico-profissional frente à globalização excludente e o desemprego estrutural. **Revista do Sepe**, Rio de Janeiro, 2000, v. 2, n. 56, p. 27-31.

_____; CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação e Sociedade**, Out 2005, vol.26, n.92, p.1087-1113.

____. Fundamentos científicos e tecnológicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: LIMA, Júlio C. F e NEVEZ. M. L. (Org.). **Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2007, v. 1, p. 202-241.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Vol. 2.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo : Boitempo, 2011.

IPEA. Política social e desenvolvimento – a juventude em foco. **Políticas sociais – acompanhamento e análise**, n. 15, p. 7-28, março 2008.

IPEA. Trabalho e Renda. **Políticas sociais – acompanhamento e análise**, n. 15, p. 141-160, março 2008.

JORNAL DA APEFAETEC. Rio de Janeiro : APEFAETEC, N. 14, setembro, 2009.

JÚLIO, Marcelo. Crise do capital, reestruturação produtiva e qualificação profissional. In: BATISTA, Roberto Leme & ARAÚJO, Renan (Org.). **Desafios do trabalho**: capital e luta de classes no século XXI. Londrina, PR : Práxis, 2003. p. 115-141.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2ª ed. Rio de Janeiro : Paz e terra, 1926. Cap. I, [Dialética da totalidade concreta], p. 13-64.

KUENZER, Acacia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100, jan. 2007. p. 1153-1178.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli Elisa D. A. **Pesquisa em Educação**: Abordagem Qualitativa. São Paulo : EPU,1986.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MENNELLA, Ana Carolina Villas Bôas. **Os jovens e a experiência de trabalho precário na cidade de São Paulo**. 2009. 248f. Dissertação – Faculdade de Filosofia,

Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

MÉSZÁROS, István. A Ordem do Capital no Metabolismo Social da Reprodução. **Ensaio Ad Hominem 1 – Revista de Filosofia, Política, Ciência da História**. Tomo I – Marxismo, 2000. Cap. I, [Defeitos Estruturais de Controle no Sistema do Capital], p. 83-96.

_____. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo : Boitempo, 2006. p. 26-44.

_____. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo : Boitempo, 2008.

NATHANAEL, Paulo. O estágio em foco. In: NISKIER, Paulo Arnaldo e NATHANAEL, Paulo. **Educação, estágio & trabalho**. São Paulo : Integrare Editora, 2006. P. 125-145.

OLIVEIRA, Ramon de. **A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira**. Boletim Técnico do SENAC, v 27, nº 1, 2001.

PAMPLONA, Ronaldo Mendes. Cursos Técnicos Integrados: o desafio da implementação. **Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas**, vol. 1, n. 2. Seropédica (RJ) : Edur, 2010. p. 49-68.

PIÑEIRO, Diego E. **O trabalho precário na agricultura uruguaia**. 2007. 420f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.

POCHMANN, Marcio. **Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?** Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, maio/agosto, 2004. p. 383-399.

_____. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo : Boitempo, 2006. p. 59-73.

_____. **A batalha pelo primeiro emprego**: a situação atual e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro. 2ª ed. São Paulo : Publisher Brasil, 2007.

PONTES, A. P. F. S. A pedagogia fabril desvelada no estágio de formação do técnico industrial em empresas flexíveis. In: Reunião Anual da ANPEd, 31, 2008. Caxambu (MG). Anais... Disponível em www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT09-4078--Res.pdf. Acessado em 01 de maio de 2012.

RAMOS, Marise Nogueira. **O currículo para o ensino médio em suas diferentes modalidades**: concepções, propostas e problemas. Revista Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 116, p. 771-788, jul.-set. 2011. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>, acessado em abril de 2012.

REIS, Jair Teixeira dos. **Relação de trabalho**: estágio de estudantes. 2ª ed. São Paulo : LTr, 2012.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 1.534, de 27 de novembro de 1967. Geremias Fontes. Rio de Janeiro, 1967. Disponível em <http://www.fia.rj.gov.br/linhadotempo.htm>, acessado em abril de 2012.

____. Lei nº 3.277, de 28 de outubro de 1999. Anthony Garotinho. Diário Oficial do estado de Rio de Janeiro. Poder Executivo. Rio de Janeiro, sexta-feira, 29 de outubro de 1999, ano XXV, nº 207, parte I, p. 4.

SENNETT, RICHARD. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 14ª ed. Rio de Janeiro : Record, 2009.

SOUZA, José do Santos. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil**: anos 90. Campinas, SP : Autores Associados, 2002.

____. A "nova" cultura do trabalho e seus mecanismos de obtenção do consentimento operário: os fundamentos da "nova" pedagogia do capital. In: BATISTA, Roberto Leme & ARAÚJO, Renan (Org.). **Desafios do trabalho**: capital e luta de classes no século XXI. Londrina, PR : Práxis, 2003. p. 173-200.

____. Trabalho, qualificação, ciência e tecnologia no mundo contemporâneo: fundamentos teóricos para uma análise da política de educação profissional. **Revista FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v.13, n. 22, p.1-15, jul./dez., 2004.

____. A qualificação do trabalhador no contexto da construção de nova regularidade para a produção social da vida material no capitalismo contemporâneo. In: TUMOLO, Paulo Sérgio & BATISTA, Roberto Leme (Org.). **Trabalho, Economia e Educação: perspectiva do capitalismo global**, Londrina, PR : Práxis, 2008. p. 313-341.

____. Trabalho, educação e luta de classes na sociabilidade do capital. In: SOUZA, José dos Santos & ARAÚJO, Renan (Org.). **Trabalho, Educação e Sociabilidade**. Maringá, PR: Práxis, 2010. p. 133-157.

____. Trabalho, qualificação, ciência e tecnologia no mundo contemporâneo: fundamentos teóricos para uma análise da política de educação profissional. In: SOUZA, José dos (Org.). **Trabalho, qualificação e políticas públicas**. Rio de Janeiro : 7 Letras, 2011. p. 13-33.

SPOSITO, Marília Pontes; SILVA, Hamilton Harley de Carvalho e SOUZA, Nilson Alves de. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, maio/agosto 2006.

____ e CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 24, set./out./nov./dez., 2003.

VASAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo : Boitempo, 2006. p. 45-57.

REFERÊNCIAS DIGITAIS

CIEE. Centro de Integração Empresa-Escola, 2012. Disponível em <http://www.ciee.org.br/portal/institucional/index.asp>. Acessado em maio de 2012.

FAETEC. Fundação de Apoio à Escola Técnica, 2010. Disponível em [<http://www.faetec.rj.gov.br>], acesso em abril de 2010.

FIA. Fundação para a Infância e Adolescência. Disponível em [http://www.fia.rj.gov.br/] acessado em novembro/2010.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Ciência e Tecnologia. Assessoria de Comunicação. Disponível em [http://www.governo.rj.gov.br/], acessado em outubro de 2010.

OUTRAS OBRAS CONSULTADAS

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1993.

TUFANO, Douglas. **Guia prático da nova ortografia**. São Paulo : Melhoramentos, 2008.